

JANEIRO A JUNHO DE 2014

ANO 14 - Nº 44

PUC *viva*

WWW.APROPUCSP.ORG.BR

50 anos do Golpe Militar Brasileiro

ISSN 1806-3667

50 anos da ditadura militar no Brasil

A Revista *PUCviva* debate, neste número, os 50 anos do golpe militar e da instauração da ditadura imposta em 1 de abril de 1964, nos marcos das (des)comemorações de norte a sul do país, na memória dos anos de “chumbo”, de arbítrio, de repressão, de torturas, assassinatos, exílios forçados e na direção da punição aos mandantes e responsáveis que torturaram e exterminaram centenas de militantes. Procura, sobretudo, recuperar a trajetória de lutas de resistência da classe trabalhadora contra a ditadura, contra o capitalismo, contra o imperialismo, na perspectiva da emancipação humana.

São apresentados 11 artigos, escritos por professores e estudantes da PUC-SP e de outras universidades do país, por intelectuais e por militantes de partidos e organizações de esquerda que nos conduzem a debates e polêmicas, voltados a diversos ângulos analíticos, de caráter geral, como também dos movimentos sociais no combate à ditadura militar no processo da luta de classes.

A ideia inicial deste Editorial era a de apresentar o significado da Revista no que se refere à ditadura militar por recuperar o direito à memória, à história e à verdade. Motivada pela instigante leitura, optei por realizar uma resenha dos artigos, posto que recuperam a trajetória da ditadura militar, seu significado, o necessário combate aos violentos “anos de chumbo” e a punição ainda a ser feita aos torturadores e mandantes.

A coletânea abre com um artigo referente ao ciclo das ditaduras militares na América do Sul, entre os anos 1960 e 1980, com brutais repressões, milhares de desaparecidos, assassinatos em diversos países, sendo que em todo o continente latino-americano o exército aparece como a única força organizada mediante o arbítrio e a repressão. A militarização dos regimes latino-americanos é fruto de uma estratégia continental alinhada à política exterior de intervenção dos Estados Unidos sob a hegemonia imperialista apoiada na Doutrina de Segurança Nacional. O texto trata, em um primeiro momento, das insurreições sociais e nacionais, notadamente na Bolívia em 1952, em Cuba em 1959, com a revolução que destrói o Exército de Fulgêncio Batista, e na luta da Nicarágua, com a liquidação da guarda nacional “somozista”. Analisa ainda as ditaduras “caudilhistas” dos anos 1930 e 1940 e as que denomina de “institucionais”, que se expressam mais claramente para enfrentar a situação de tipo revolucionário e apresentam, apesar das diferenças, pontos comuns manifestos na “falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais; militarização da vida política e social em geral, dissolução das instituições representativas” (Coggiolla).

Um segundo texto, de caráter geral, apresenta um balanço histórico dos 50 anos do golpe militar no Brasil e destaca que o país, entre 1961 e 1964, encontrava-se em uma fase pré-revolucionária em que “ou o proletariado apoiado na maioria oprimida tomava o poder das mãos de João Goulart, implantando o governo operário e camponês, ou a fração burguesa e militar pró-oligárquica e pró-imperialista o fazia por meio de um golpe” (Oliveira). Nesse sentido, afirma que a burguesia recorre às Forças Armadas para acabar com um governo constitucional que expressava a via nacionalista do desenvolvimento capitalista atrasado. Discute o papel e faz a crítica ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, por sua política estratégica estalinista que pressupõe a definição da “revolução por etapas (a democrática depois a socialista)”; que “o proletariado deveria apoiar os governos burgueses progressistas”; que “o nacionalismo é necessariamente anti-imperialista”; que “a burguesia industrial é progressista”, o que define sua política de colaboração de classes. Considera que as medidas nacionais devam ser defendidas e recusados os ataques imperialistas, mas sem apoiar o governo burguês-nacionalista. Conclui reafirmando que “somente o proletariado é a classe “capaz de lutar por um programa de realizações democráticas e anti-imperialistas como parte da revolução social” (Oliveira).

Um terceiro artigo caracteriza o golpe como burgo-militar de caráter bonapartista, que tem por alicerce o aparato repressivo com prisões, torturas, assassinatos, perseguições, desaparecimentos e se utiliza de Atos Institucionais que legalizam o arbítrio instaurado. A perseguição política é seguida do aniquilamento e proibição das entidades estudantis livres. A instalação do SNI – Serviço Nacional de Informação, as demissões e afastamentos de militantes de seus postos de trabalho, o desaparecimento constante de lutadores vão conformando os “anos de chumbo” da ditadura militar, que se estendem por 21 anos. Faz uma autocritica do PCB nesse período, por expressar como política estratégica uma frente policlassista; ação politicista e economicista; perseverança nacional desenvolvimentista; etapa nacional democrática com via pacífica à revolução brasileira, “nada mais ilusório”, o que levou o PCB a um desgaste “na longa transição para a democracia formal” (Pinheiro).

O papel adesista da grande imprensa – os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* (particularmente aqui tratados), a Organização Globo, a TV Record, o *Jornal do Brasil* – com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipês e com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad, a serviço do poder de classes e de sustentação do golpe militar – constitui matéria do quarto artigo. Essa relação desenvolveu uma forte campanha política e ideológica, apoio financeiro e material às mobilizações

contra o governo Jango, farto material propagandístico referente à “ameaça vermelha”, em uma investida anticomunista que se propagava pelos meios de comunicação em sustentação ao golpe militar, embora as pesquisas de opinião pública expressassem, majoritariamente, o apoio às reformas de base e à reforma agrária, na direção oposta do que era divulgado pelos meios de comunicação. O artigo ilustra com notícias desses dois jornais, no processo de 21 anos de ditadura, como a imprensa deu sustentação ao poder e à ação militar oriundos do golpe de 1964 (Dias).

Ainda na direção da sustentação do golpe e do regime de exceção, outro artigo trata da pesquisa referente à relação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp e a ditadura militar. Demonstra a colaboração do empresariado em várias frentes: financeira, com cessão de equipamentos (como veículos, combustível) para o patrocínio das torturas; de informação, com a delação de nomes de trabalhadores militantes para as forças da repressão e extermínio como a Operação Bandeirantes – Oban e o Departamento de Operação e Informações e Operação de Defesas Internas – DOI-Codi. A estreita relação entre o empresariado e a ditadura se expressa, entre outros, além da Fiesp, com a Associação Comercial, Ultragas e toda a rede Ultra, a rede Globo e sistema geral de telecomunicações, empresários ligados à construção civil, à indústria pesada e ao sistema bancário. A luta contra a ditadura e seus entulhos no momento contemporâneo significa rever a Lei restrita da Anistia de 1979 e punir com a prisão os torturadores e mandantes que exterminaram centenas de lutadores, bem como lutar “por um Brasil justo e igualitário para que não haja mais Amarildos, Cláudias e tantos outros” assassinatos de jovens negros e pobres nas periferias e morros dos grandes centros urbanos por uma polícia que traz em seu âmago e constituição “a herança dos ‘anos de chumbo’” (Misleh).

“O golpe contra a democracia e as reformas é um artigo, como diz seu título, que faz uma análise do golpe militar de 1964 e reafirma a necessidade de se realizar um amplo debate e aprofundamento do significado do golpe e tirar consequências para que os arquivos das Forças Armadas estejam a serviço da sociedade brasileira. Esses estudos, análises e denúncias ainda são insuficientes mediante a gravidade do que experimentou o Brasil na ditadura militar no país. Portanto, essa história não pode cair no esquecimento ou ser secundarizada e os setores democráticos e populares devem, sim, ir a fundo no que diz respeito às barbáries cometidas pela ditadura. Reafirma a importância da Comissão da Verdade e apresenta uma série de indagações referentes aos arquivos das Forças Armadas e sua disponibilidade à sociedade brasileira; à necessidade da apuração de quem foram os responsáveis pelo golpe militar de 1964 e pela montagem do aparelho repressivo da ditadura militar; à participação e sustentação da ditadura por industriais, banqueiros, meios de comunicação, multinacionais, entidades da sociedade civil (religiosas e culturais) e agências internacionais diretamente envolvidas com a ditadura militar. A revisão da restrita Lei da Anistia, a ampla divulgação do Relatório da Comissão da Verdade e as medidas necessárias à punição dos crimes e arbítrios cometidos pelos setores das Forças Armadas com torturas, mortes, desaparecimentos, assassinatos são centrais para “o direito à memória e o direito à verdade” (Toledo).

Esses primeiros artigos, que se referem ao caráter geral do golpe, são seguidos por artigos que se direcionam a movimentos específicos na luta contra a ditadura: dois sobre o movimento estudantil, um sobre 1968, o ano das grandes mobilizações, outro sobre a reorganização do movimento estudantil na luta pela democratização do país; outro abordando a luta feminista e a luta dos homossexuais na ditadura militar e, por último, um artigo do Cedec da PUC-SP que explicita a importância dos centros de documentação como um instrumento para a Memória e a Verdade.

O primeiro artigo relativo ao movimento estudantil analisa o ano de 1968, emblemático pelas grandes mobilizações na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo na perspectiva da revolução social. Explicita as lutas específicas do movimento estudantil contra o Acordo MEC-Usaid que previa uma reforma universitária ideologicamente centrada na ideologia imperialista norte-americana, na luta contra o Decreto nº 477, que expulsava professores(as) e estudantes militantes das universidades, contra a Lei Suplicy de Lacerda, que proibia a organização livre estudantil. O texto se detém ainda na luta dos estudantes do curso de Serviço Social da PUC-SP inserido na luta mais geral e, em particular, no movimento estudantil da PUC-SP. O movimento estudantil sai às ruas em março de 1968, quando o estudante Edson Luiz é assassinado na Guanabara; a seguir é realizada a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro. Os estudantes se manifestam em solidariedade às greves operárias de Contagem e de Osasco, contra o arrocho salarial e pela recomposição das perdas salariais. A relação do movimento estudantil com os movimentos culturais de contestação no período se estabelece de forma intensa e permanente. São enfatizadas a luta na Rua Maria Antônia contra os ataques do CCC, a organização do XXX Congresso da UNE, a prisão dos 1.000 estudantes participantes e a luta de resistência na PUC-SP, no final da década de 1970 (Abramides).

O segundo artigo referente ao movimento estudantil resgata o período de reorganização da UNE a partir das mobilizações em 1975, que estava esfacelada desde o desaparecimento de seu último presidente, Honestino Guimarães, em 1973. Recupera o período de 1974 a 1985 na retomada das grandes mobilizações do país, na luta pela democratização, e reafirma o pacto “pelo alto” das elites que passa por cima da luta pelas Diretas-Já e que, em 1979, aprova uma Lei da Anistia restrita. Apresenta ainda

as principais tendências de esquerda no interior do movimento estudantil, como PCB, PCdoB, MR8, organizações trotskistas, entre elas a Convergência Socialista e a corrente Liberdade e Luta, que reivindicavam: liberdades democráticas, liberdade de imprensa, anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade de organização e expressão, denúncia às torturas, disputa de candidatos populares em 1978. Destaca também o MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado e a PO – Política Operária, que afirmavam a necessidade de levantar as lutas econômicas contra a exploração para não se evitar a diluição reformista. Reativa o processo de reconstrução da UNE de 1977 a 1979. Retoma ainda a importância, nesse período, da efervescência das grandes mobilizações operárias, do movimento sindical, do movimento de mulheres, pastorais operárias, comunidades eclesiais de base, movimentos populares e imprensa alternativa, além da rearticulação do movimento estudantil (Lacerda).

A emergência da segunda onda feminista recupera a trajetória da luta das mulheres no exílio, que debate as relações desiguais de gênero, a crítica a setores da esquerda que viam nessa luta um desvio da luta de classes, bem como a perspectiva classista da luta feminista. No Brasil muitas feministas na luta contra a ditadura foram presas, torturadas, assassinadas e desaparecidas, desvelando as violências físicas e psicológicas por elas sofridas nos porões da ditadura. O artigo se detém nos congressos das operárias metalúrgicas e químicas e da mulher paulista, explicitando as suas reivindicações. Desse processo destacam-se as lutas por salário igual para trabalho igual, contra a repressão e demissões de mulheres pelos patrões, contra o controle da natalidade, contra a violência sexista e doméstica, por direitos sexuais e reprodutivos, por serviços que socializem o trabalho doméstico. O artigo apresenta as divergências políticas no interior do movimento feminista em relação à questão do aborto e do lesbianismo, que não são aceitas por alguns setores ligados à Igreja e à esquerda estalinista. A segunda onda do feminismo é a que amplia o debate com as mulheres trabalhadoras e a perspectiva classista se orienta para a superação da ordem destrutiva do capital e da opressão racista, homofóbica e patriarcal (Ribeiro).

“Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão” trata do debate, em plena ditadura militar, de 1968 a 1973, da organização de gays, lésbicas, travestis, feministas e bissexuais contra a ordem conservadora, machista e homofóbica, e do início de um movimento homossexual politizado. Grupos musicais como Secos & Molhados e Dzi Croquettes, por meio da inversão de papéis, expressam a liberdade sexual e, no Tropicalismo, a presença da figura “unissex” é utilizada para identificar homens e mulheres. A imprensa alternativa, da contracultura e *underground*, se expressa como referência na luta contra a ditadura e pelos direitos das mulheres, dos negros, dos índios e dos homossexuais. Muitos homossexuais que se organizaram em grupos e partidos de esquerda, de orientação estalinista, também sofreram preconceito por não serem aceitos em sua orientação sexual. Os ensinamentos judaico-cristãos e o machismo de um setor da esquerda condenam a homossexualidade “como pecaminosa e imoral frente a um discurso hegemônico heteronormativo preconceituoso e discriminatório” (Veronezi). O primeiro grupo de homossexuais foi o Somos, e a partir daí vários grupos se formam; o jornal *Lampião* é perseguido pela ditadura que somente cessa mediante a pressão de artistas, sindicatos, imprensa e intelectuais. Os debates e a organização em torno da homossexualidade ocorrem estimulados pelas mobilizações estudantis e feministas na luta contra a ditadura.

Finalizando, é apresentado um artigo que trata da Documentação Memória e Ditadura: testemunhos da resistência no Centro de Documentação e Informação Científica – Cedec, da PUC-SP, que reafirma a importância das Comissões da Verdade, em torno de 40 em todo o mundo, e dos centros de documentação e, em particular, a recuperação histórica do Cedec. Este foi constituído em 1980, porém somente a partir de 2005 é criada a Rede Nacional de Cooperação e Informações Artísticas Memórias e Rebeldias, compreendendo mais de 60 entidades articuladas, entre elas o Cedec e outros centros de documentação de outras universidades. O Cedec possui um amplo acervo de documentação, que consta de: Comitê de defesa dos direitos humanos para os países do Cone Sul, Grupo Solidário São Domingos, militantes ligados aos dominicanos na década de 1980; material da Teologia da Libertação, parcerias com MST, CPT, CJP, CPC da UNE, CEB e pastorais, MEB e escolas radiofônicas; o ensino vocacional do Estado de São Paulo; pequenas coleções das organizações de esquerda, ALN e AP entre outras; JUC, Coleção Paulo Freire, vídeos, hemeroteca com jornais como *O Pasquim*, *Opinião*, *Em Tempo*, *Movimento*, *Brasil Mulher*, *Lampião de Esquina...* O artigo reafirma a relevância da Comissão da Verdade da PUC-SP, que recupera as lutas de resistência: movimento estudantil e da anistia, SBPC, acolhimento de professores cassados e exilados no avanço da “cultura do ‘Nunca Mais’ em nosso país” (Cruz).

Certamente este número da Revista *PUCviva*, nos 50 anos da ditadura militar no Brasil, possibilitará um amplo debate e se constitui em mais um instrumento na luta pela memória e verdade no país, com a consequente punição aos assassinos da ditadura militar que ceifaram a vida, torturaram, prenderam e massacraram centenas de militantes que lutaram contra a ditadura e em defesa da liberdade e da igualdade na direção de uma sociedade anti-imperialista, anticapitalista, socialista, emancipada.

Uma excelente leitura a todos e um ótimo combate!

Professora Maria Beatriz (Bia) Abramides
Editora-Geral da Revista *PUCviva*

**Associação dos Professores
da PUC-SP – APROPUC**

Diretoria

Presidente

Victoria Claire Weischardt

Vice-presidente

Maria Beatriz Costa Abramides

1ª Secretária

Priscilla Cornalbas

2ª Secretário

Leonardo Massud

1º Tesoureiro

João Batista Teixeira

2º Tesoureiro

Wagner Wuo

Suplentes

Carla Andrea Tieppo

Sandra Gagliardi Sanchez

Áquilas Nogueira Mendes

PUC^{Viva}

Conselho Editorial

Leonardo Massud

Maria Beatriz Costa Abramides

Priscilla Cornalbas

Sandra Gagliardi Sanches

Editoria-Geral

Maria Beatriz Costa Abramides

Priscilla Cornalbas

Editor Executivo

Ricardo Melani (MTPS nº 26.740)

Preparação e revisão

Véra Regina Maselli

Projeto Gráfico

Ricardo Melani

Editoração eletrônica

Mauro Teles - LIVRE DESIGN STUDIO

Fotos (miolo e capa): divulgação

Impressão - Rettec Arte Gráfica

Tiragem: 1.000 exemplares

Normas de publicação

A revista *PUCviva* é uma publicação semestral da Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

A revista trata de temas da atualidade nacional e internacional, com a publicação de artigos informativos, acadêmicos e científicos.

A revista visa principalmente a divulgar as diferentes posições críticas e promover o debate sobre os temas abordados.

Os temas são indicados pela diretoria da APROPUC e todos os artigos são submetidos à aprovação do Conselho Editorial.

Os artigos devem ter no máximo 20 mil caracteres, salvo nos casos de veiculação de documentos históricos. O Conselho Editorial poderá recusar a publicação de artigos que não atendam a especificação definida e os objetivos da revista.

Os artigos devem ser entregues nos prazos estabelecidos para cada edição, preferencialmente em versão eletrônica, com título, subtítulos, intertítulos e créditos.

A entrega de artigos para a revista pressupõe a cessão de direitos autorais para esta publicação.

Todas as propostas de artigos devem ser encaminhadas para a APROPUC, aos cuidados do Editor-Geral da revista.

APROPUC

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 – Perdizes

CEP 05.009-000 - São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-2685 - apropuc@uol.com.br

Sumário



O ciclo das ditaduras militares na América do Sul

7

OSVALDO COGGIOLA



Balanco histórico dos 50 anos do golpe militar

22

ERSON MARTINS DE OLIVEIRA



Um golpe a serviço das classes dominantes

33

SORAYA MISLEH



O golpe contra a democracia e as reformas

39

CAIO NAVARRO DE TOLEDO



O emblemático ano de 1968: O movimento estudantil na ditadura militar no Brasil

42

MARIA BEATRIZ (BIA) COSTA ABRAMIDES

52 O movimento estudantil e a transição democrática brasileira

GISLENE EDWIGES DE LACERDA



58 A conjuntura política no imediato pós-golpe de 1964 e o PCB

MILTON PINHEIRO



66 Imprensa e opinião pública: Análise dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964

LUIZ ANTONIO DIAS



74 A emergência da segunda onda do feminismo brasileiro na ditadura militar: a construção se faz na luta

LUCIANA RIBEIRO



82 “Abaixo a repressão – mais amor e mais tesão”. Um balanço sobre a homossexualidade no período da ditadura militar

RENATO TADEU VERONEZE



89 Documentação, memória e ditadura: O Cedec/PUC-SP e testemunhos da resistência

HELOISA DE FARIA CRUZ





Militares argentinos carregam manifestante, em Buenos Aires, 1982. [Daniel Garcia/Agência O Globo - Divulgação]

O CICLO DAS DITADURAS militares na América do Sul

OSVALDO COGGIOLA

Entre meados das décadas de 1960 e 1980, a América do Sul esteve basicamente dominada por regimes militares que levaram a cabo brutais repressões, com dezenas de milhares de desaparecidos, torturados e mortos, sob o pretexto de combater a “subversão comunista”, supostamente materializada em organizações guerrilheiras. A Revolução Cubana (uma determinada interpretação de sua dinâmica) favoreceu o desenvolvimento de organizações armadas (algumas já existentes antes dela, como ocorreu na Colômbia) em um quadro sem precedentes de acirramento das lutas de classes no subcontinente. A militarização dos Estados, por outro lado, tinha também fortes raízes na história pregressa da América Latina. No período de formação dos Estados Nacionais latino-americanos, a fraqueza social e a mesquinha política da burguesia agiram como alavancas da intervenção do Exército (ou de setores deste) na arena política. A profissionalização

dos Exércitos acentuou duas características incipientes nessa etapa, levadas ao paroxismo nas etapas posteriores do desenvolvimento social e político latino-americano: a) a consolidação de um espírito e de um funcionamento “de casta” na instituição militar, que só se reforçou com a conquista da sua plena independência como pilar independente do Estado, espírito e funcionamento aos quais as novas incursões na arena política convidaram a projetar-se “para fora”; b) o desenvolvimento dependente das Forças Armadas dos países latino-americanos, cujos governos chamaram para a modernização dos seus exércitos missões estrangeiras (francesas no Brasil, alemãs no Chile e na Argentina), que deram moldura definitiva aos exércitos e que organizaram os primeiros “Colégios” e “Escolas” militares, criando um verdadeiro regime de promoção militar independente dos outros organismos do Estado, que consagrou a profissionalização da força armada.

Esse militarismo “dependente” seria um fator central nas futuras intervenções políticas dos militares. A irrupção dos setores plebeus e das “classes médias” na arena política tinha forçado uma relativa democratização dos Estados (maior ou menor, segundo cada país), no que Tulio Halperin Donghi chamou de “era radical”. Os governos civis emergentes desse processo não significaram um freio para o desenvolvimento da força independente do militarismo. A “era radical” significou uma democratização relativa da esfera política, democratização que teve por base o crescimento econômico do período dourado das exportações primárias, situado, para a América Latina em geral, nas primeiras três décadas do século 20; mas não significou uma alteração básica das relações de propriedade (latifúndio agrário, monopólio da burguesia comercial) que sustentavam a república oligárquica. Os países enriqueceram temporariamente, mas a estrutura econômica continuou fundamentalmente inalterada. A interrupção do período de crescimento das exportações (com a crise mundial da década de 1930) produziu um abalo político que revelou as frágeis bases da democracia política. Em contraste com isso, as raízes deitadas pelo poder militar eram bem firmes. Ao aumento do seu poder econômico e militar, deve-se acrescentar a consolidação da sua solidez como instituição.

Quando sobreveio a crise de 1930, que abalou o conjunto das sociedades latino-americanas, segundo Alain Rouquié “o corpo de oficiais profissionalizado forma no interior do Estado um núcleo duro no interior de um corpo mole e sem forma” – reflexão que poucos políticos latino-americanos da época teriam compartilhado, mas que não escapava a um observador exterior contemporâneo aos fatos, o francês André Sigfried, no seu *Amérique Latine*, publicado em 1930:

Na ausência de um espírito de legalidade efetivo e de instituições civis com virtudes próprias, tem que se constatar que em quase toda a América Latina o Exército é a única força social organizada. O Estado está à disposição dessa força, que protege a sociedade contra a desordem, mas que poderia voltar-se contra aquela. Nem sonhar em cortar os soldos do Exército ou da polícia, o que

equivaleria a morte imediata! Esta condição financeira é a decisiva, e é por isso que, para os governos arbitrários, a crise econômica é uma causa direta de afundamento.

O moderno nacionalismo burguês latino-americano, com um forte componente militar, foi fruto dessa crise nacional e continental. Não foram poucos os militares que faziam suas, com os objetivos mais variados, as palavras pronunciadas, em 19 de maio de 1944, pelo coronel Juan Domingo Perón:

Entendo que a organização interna do Exército está concebida com um autêntico sentido orgânico e social, e que é uma cátedra exemplar de disciplina, de camaradagem, de patriotismo, de hierarquia e de respeito. Aí não existem nem postergações injustificadas nem ascensões imerecidas. A hierarquia cumpre-se sem exceções e sem privilégios, com um sentido estrito de seleção e de justiça.

As velhas classes possuidoras, que experimentaram um retrocesso político durante o período de democratização, viram então no Exército o único fator de estabilidade do Estado nos momentos de crise social e política, o que determinou a militarização dos estados latino-americanos.

Em todos os países latino-americanos que tinham atingido certo grau de desenvolvimento democrático a crise econômica iniciada em 1929 pôs em relevo a contradição existente entre a democracia política e a raiz oligárquica do Estado. Os governos dos principais países da América do Sul caíram em 1930. O Exército reapareceu no cenário político, tomando o poder como protagonista independente na maioria dos casos, ou como base de sustentação principal dos grupos políticos em luta (como foi o caso do Brasil). As formas políticas resultantes dessa comoção social variaram em cada país: encaminhamento em direção a um governo ditatorial (Brasil), restauração da democracia oligárquica baseada na proscricção política (Argentina), ou a instauração pura e simples de governos militares em outros países. Inclusive os países que retomaram posteriormente um desenvolvimento

democrático o fizeram através de episódios militares de certa duração, como o Chile do general Ibáñez e até a própria “Suíça da América”, o Uruguai, que conheceu um período de ditadura militar durante a década de 1930. Todos os processos políticos da América Latina, a partir de então, tiveram em comum a tendência crescente para a militarização do Estado. Se em certos países (Argentina, Bolívia, Peru) isso foi perfeitamente visível, pois a sua vida política caracterizou-se por um “golpismo” cada vez mais frequente e duradouro, em outros a democracia pareceu reinar – com altos e baixos – até um golpe militar arrancar de raiz essa ilusão e instaurar um governo institucionalmente “mais estável” do que o democrático. Esse foi o caso do Uruguai, do Chile e até do Brasil, com ditaduras militares que sobreviveram durante décadas. Os projetos das “uniões aduaneiras” surgiram durante a década de 1940 (como o “pacto ABC” – Argentina, Brasil, Chile) como um elemento de barganha do nacionalismo latino-americano perante a pressão crescente do imperialismo norte-americano.

Mas o nacionalismo burguês, até o de forte base militar, foi incapaz, inclusive no seu auge nas décadas de 1940 e 1950, de quebrar a espinha dorsal da dominação imperialista do continente, assim como de formular um projeto de unidade continental que saísse do papel. Na década de 1930, além do Brasil, vários países latino-americanos suspenderam o serviço de suas dívidas, facilitando o desenvolvimento e a industrialização em alguns desses países. Já no período de 1945 a 1955, a América Latina remeteu ao exterior o equivalente a 10,5% de suas receitas de exportação. De 1950 a 1969 ingressaram na América Latina 20 bilhões de dólares em forma de investimentos e empréstimos; no mesmo período

foram remetidos para o exterior 28 bilhões de dólares, sendo a remessa de lucros das companhias estrangeiras a principal responsável. O atraso econômico relativo e a desunião da América Latina foram a contrafigura do imperialismo norte-americano, cujo primeiro passo histórico foi o de declarar (com o “corolário Roosevelt” da Doutrina Monroe, de 1904) a América Latina como seu “quintal”. Ao longo do século 20 as bases do capital imperialista norte-americano foram adquirindo crescentemente um caráter mundial, mas nunca perderam sua base latino-americana, sua verdadeira “plataforma de lançamento”. Durante o *zenit* econômico do imperialismo ianque no *boom* econômico do segundo pós-guerra (1950-1965) os fluxos mundiais de capital norte-americano e os lucros obtidos sobre ele tiveram a composição que pode ser vista no gráfico apresentado nesta página.

A crise do limitado nacionalismo burguês latino-americano expressou-se na emergência da primeira revolução *proletária* das Américas (na Bolívia, em 1952) e na vitória da primeira revolução *socialista*, com a radicalização revolucionária, em 1961 (depois da invasão da Baía dos Porcos), da revolução cubana de 1959. No final da década de 1960, o *boom* econômico mundial do pós-guerra começou a tocar a finados: em 1944, por ocasião do Acordo de Bretton Woods, os EUA e os países aliados assinaram um acordo que regulava o funcionamento do sistema monetário internacional, privilegiando os EUA através da conversão automática do dólar em ouro. Um quarto de século depois, o Tesouro americano detinha 13,5 mil toneladas de ouro, o equivalente a 12 bilhões de dólares, e nesse mesmo momento os estrangeiros possuíam 75 bilhões de dólares em reservas. Nesse quadro, em 15 de agosto de 1971, o presidente Nixon decretou uni-

Investimentos e lucros dos Estados Unidos (1950-1965)

	Europa	Canadá	América Latina	Resto do mundo
A) Fluxo de investimentos diretos dos EUA	8,1	6,8	3,8	5,2
B) Ingresso sobre este capital transferido aos EUA	5,1	5,9	11,3	14,3
Líquido (B – A)	-2,6	-0,9	7,5	9,1

Cifras em bilhões de dólares.

lateralmente o fim da conversibilidade do dólar em ouro. A América Latina foi chamada a cumprir seu papel de mantenedora do parasitismo do capital financeiro internacional, em especial norte-americano. Após 1968, no início dos anos 1970, a crise do capitalismo internacional se manifestava, entre outras formas, através de um excepcional excedente de capital monetário, em situação de mercado saturado.

As ditaduras latino-americanas, em um lapso de poucos anos, endividaram o subcontinente por várias gerações. As “novas” ditaduras militares tinham um caráter contrarrevolucionário, isto é, haviam surgido para quebrar os processos revolucionários que se desenvolveram, especialmente na América do Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia) no final da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970, quando o nível de organização operária e popular (*cordones industriales* e JAP – *Juntas de Abastecimiento y Precios* – no Chile, *coordinadoras* na Argentina, Assembleia Popular na Bolívia, greve geral no Uruguai) atingira níveis inéditos na história precedente, chegando a colocar elementos de poder dual. A base para a recolonização da América Latina foram essas ditaduras militares, baseadas no poder independente do militarismo, que deitava suas raízes nas etapas históricas precedentes.

O aumento dos gastos militares deu o índice do crescimento da potência própria da instituição armada. Eles evoluíram (em milhões de dólares de 1960), na Argentina, de 138,6 anuais (em 1938-1941) para mais de 287 milhões (em 1960-1965); de 23,8 milhões para 176,5 milhões, em igual período, na Venezuela; de 15 para mais de 78 milhões na Colômbia; de 60 para mais de 97 milhões (sempre no mesmo período) no Chile – cifras correspondentes a países que conheceram períodos democráticos bastante prolongados. Cada novo golpe militar tinha por resultado duradouro (ou seja, para além da duração do próprio governo militar) uma intervenção cada vez mais profunda do exército na vida social e política da nação. A militarização dos regimes políticos na América Latina desde a década de 1960 não foi uma coincidência. O elo que ligou a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 ao golpe militar boliviano poucos meses depois era produto de uma estratégia continental. A forma,

os ritmos e os prazos em que as forças militares alinhadas à política exterior dos Estados Unidos assumiram efetivamente o poder político mesclaram-se, por outro lado, às tradições históricas e conjunturas políticas locais.

A doutrina da segurança nacional teve um papel importante de álibi ideológico na condução de grande parte das ditaduras militares da América Latina e na política de intervenção dos EUA. Uma das características centrais da doutrina de segurança continental norte-americana após a Segunda Guerra, e em particular após a vitória da Revolução Cubana em 1959, foi combater não apenas as formas de “anti-americanismo”. A própria neutralidade de países da América Latina passava a ser vista como adversa aos interesses dos EUA. Desenvolveu-se a concepção de que a política internacional seria uma questão de “política interna” dos EUA e a região mais próxima – a América Latina – deveria ser objeto de uma preocupação e atenção maior. Como parte central destas orientações, o militar latino-americano ganhou destaque na estratégia de defesa continental, como atestou um debate no Senado americano em 1962, na fala de um senador:

Nossos programas deveriam dar maior ênfase ao treinamento, ajuda técnica e educação do pessoal militar. Os Estados Unidos deveriam encorajar a utilização de recursos militares latino-americanos para o apoio de objetivos econômicos e sociais, tanto quanto possível paralelamente ao desempenho de suas missões de segurança.

Essas ações representavam apenas parte de toda uma reorientação estratégica para a região. O aparelhamento e doutrinação das forças armadas latino-americanas sob direta supervisão dos EUA, longe de “profissionalizar” os militares, tornou-os cada vez mais politizados. Isso deu às corporações militares vantagens frente a outras instituições políticas nacionais, como coesão, renda relativamente superior às médias nacionais e relações sociais privilegiadas, que preparavam as condições para torná-los forças auxiliares dos EUA em seus próprios países. Foram

criados programas específicos de doutrinação política anticomunista para os militares latino-americanos, que ganharam grande impulso com a administração Kennedy.

O aspecto geopolítico da doutrina de segurança nacional não deve, assim, ser menosprezado. Destacou Octavio Ianni:

A doutrina de segurança hemisférica implicava interdependência econômica, política e militar. Ou melhor, o caráter da supremacia dos Estados Unidos na América Latina, assim como o caráter dos interesses dos governantes dos países do hemisfério, compreendia a doutrina da segurança nacional. Implicava os desenvolvimentos políticos, econômicos e militares das relações de dependência destas nações segundo as razões dos governos dos Estados Unidos.

Segundo Guido Vicario, com a doutrina de segurança nacional “passa-se, em essência, do conceito de que a defesa da nação se dá em suas fronteiras para outro conceito, que compromete a totalidade da vida nacional para garantir esta defesa”. Está ligada aos conceitos da geopolítica que buscam uma síntese entre economia, política e estratégia militar; às ideias de segurança hemisférica defendidas por ideólogos do governo dos EUA e ao combate às ameaças internas da subversão, principalmente após a vitória da revolução cubana em 1959.

O fortalecimento e a ampliação das atividades a cargo das forças armadas se expandiram ainda mais. Na Bolívia, uma lei de 1963 modificava as atribuições das forças armadas e passava a permitir que o exército exercesse a função de polícia e segurança interna. Essa medida expressava o grande desgaste dos governos do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR em relação aos movimentos operários e populares que tradicionalmente os apoiavam. O exército tornava-se, de maneira crescente, o suporte político e social que começava a faltar aos governos do MNR. As eleições presidenciais de 1964 apresentaram de maneira dramática esta nova situação. Victor Paz Estenssoro candidatou-se à presidência, incorporando como candidato a vice o general René Barrientos, depois de afastar Juan Lechín – o mais importante líder

sindical do país – da mesma pretensão. Era o sinal de que as bases sociais do regime haviam mudado completamente de posição. O período de governos do MNR alçados com a revolução de abril de 1952 terminou brutalmente com o golpe de Estado de 4 de novembro de 1964 liderado pelo mesmo general René Barrientos, vice-presidente do país e egresso das fileiras do próprio MNR. O golpe, embora fosse uma operação de controle militar, teve amplo apoio civil que refletia a desagregação do governo do MNR. Entre setores militares mais conservadores, o golpe foi visto como um acerto de contas entre civis e militares do MNR, como expressaram as palavras de um autor da época:

A luta entre partido e exército foi concluída. Venceram os militares recuperando para sua instituição a independência e a hierarquia esquecidas pela revolução. Os membros do poder armado na Nação não puderam marchar encadeados ao Partido e, ainda que submetidos ao mesmo por vários anos, logram em 4 de novembro derrubar seus opressores, seus servilizadores e os que pretendiam manter a organização representativa da República como um rebanho de carneiros.

O governo militar de Barrientos, além de atacar as conquistas do regime iniciado em 1952, estreitou ao máximo os laços de dependência com os EUA, demonstrando que o principal apoio político do governo militar encontrava-se de fato fora das fronteiras nacionais do país. Esse apoio tornou-se explícito nas eleições de 3 de julho de 1966, respaldadas pela OEA – Organização dos Estados Americanos, destinadas a legitimar a ditadura militar. As mobilizações dos mineiros contra as medidas de Barrientos ocorreram no mesmo período em que a guerrilha de Che Guevara agia no país. De março a outubro de 1967 a guerrilha agiu isoladamente na região oriental da Bolívia. Che entrara no país em novembro de 1966 e a CIA alertara o governo boliviano quatro meses depois. A guerrilha, embora isolada no Oriente, interagiu politicamente com a mobilização dos mineiros. Os mineiros, por exemplo, aprovam na clandestinidade a doação de um dia de trabalho para ajudar a guerrilha. Na mina Siglo XX os mineiros declararam “territó-



A morte de Che Guevara em 1967, na Bolívia. [Divulgação]

rio livre”. O panorama das lutas sindicais e populares mudara completamente de fisionomia. Esses movimentos colocam em alerta todo o governo militar. Barrientos reagiu e decretou o estado de sítio: a 3 de junho de 1967 foi decretada uma greve de 24 horas em Catavi e Siglo XX, para que se organizasse uma passeata para a cidade de Oruro. Um trem é tomado e lotam-se dez vagões. Interceptados no caminho, os mineiros decidem se dirigir para a mina de Huanuni, onde em assembleia (6 de junho) declaram os distritos mineiros “territórios livres” e arrecadam fundos para a guerrilha. A euforia contagiou o movimento e dirigentes clandestinos dos mineiros preparavam uma reunião para os dias 25 e 26 de junho para discutir uma pauta de reivindicações. As lutas sociais retomam seu movimento.

O alto comando militar deflagrou um ataque militar que culminou no “massacre de Siglo XX”, com centenas de mineiros mortos. Foi fechada a mina e todos os 2.000 mineiros foram demitidos. O governo decretou a Lei de Segurança de Estado. Desbaratada a resistência dos mineiros, tudo foi concentrado em esmagar os guerrilheiros de Che Guevara isolados no Oriente. As forças da guerrilha contavam com 52

combatentes (ELN – Ejército de Libertación Nacional), dos quais poucos sobreviveram. Che Guevara foi capturado em 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte, com a participação direta de agentes da CIA (embora o assassinato a sangue frio – Guevara estava ferido, mas poderia se recuperar com atenção médica – tenha sido executado por oficiais do exército boliviano). O desmantelamento da guerrilha e a morte de Che Guevara tiveram enorme repercussão no país. Toda uma geração de jovens da classe média urbana foi atingida por esse fato. O ELN prosseguiu atuando e em 1968 lançou um documento intitulado “Voltaremos às montanhas”. Mas no ano seguinte Inti Peredo, seu principal dirigente, foi capturado e morto sob tortura, o que desarticulou a organização. O drama de Che Guevara e a derrota militar de seu grupo de companheiros expuseram as feridas profundas e os impasses em que se debatiam certas organizações de esquerda na América Latina para abrir uma via ao socialismo. Entre os setores de juventude das classes médias, no entanto, a recepção das guerrilhas seria diferente, incidindo sobre a formação de novas organizações políticas. Nos anos sucessivos, especialmente na década de 1970, uma geração de jovens militantes

participaria e seria derrotada – não raro deixando a vida na experiência – no esgotamento da estratégia política foquista, especialmente no Cone Sul do continente: Montoneros e ERP na Argentina, Tupamaros no Uruguai, MIR no Chile... A tática foquista atingiu seu auge em meados dos anos 1970, e provaria, com um custo elevadíssimo em vidas, o fracasso estratégico da substituição da organização e luta de classes pela luta de aparelhos, inclusive quando estes estavam armados até de modo sofisticado.

As insurreições nacionais e sociais que se produziram na América Latina desde o fim da Segunda Guerra Mundial acabaram sempre colocando em jogo a própria existência do Exército: assim foi na Bolívia em 1952 (desmantelamento do Exército e criação de milícias operárias e camponesas), em Cuba em 1959 (destruição do Exército-Guarda Pretoriana de Fulgencio Batista) e na Nicarágua em 1979 (liquidação da Guarda Nacional “somozista”). O fenômeno militarista consistia, em essência, no desenvolvimento das Forças Armadas como uma casta independente de todo controle democrático, que acabava submetendo o Estado à sua dominação. A base do fenômeno encontrava-se no escasso desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que levou à formação de uma burguesia nacional débil (em relação ao capital financeiro internacional e ao movimento dos explorados da nação) e à presença de uma poderosa pressão externa, dos países centrais do capitalismo mundial, ou países imperialistas.

A burguesia revelou-se, então, incapaz de assegurar duradouramente a sua dominação política através de métodos civis (constitucionais ou parlamentares). A debilidade da sociedade civil (ausência de tradição legislativa, de governos provinciais ou estaduais autônomos, tardia incorporação do sufrágio universal) deitava as suas raízes no caráter tardio e dependente do desenvolvimento capitalista. Sua consequência foi a debilidade dos partidos políticos como instrumentos de mobilização da sociedade civil. O Exército encontrou assim o terreno favorável para submeter o Estado ao seu controle e para desenvolver seus próprios interesses de casta. Esse fenômeno pôs em questão os princípios políticos que presidiram a formação do Estado Nacional. O Decreto nº 1 da Junta Militar Chilena

(instaurada pelo golpe militar de Augusto Pinochet, a 11 de setembro de 1973) afirmava:

A Força Pública, formada constitucionalmente pelo Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Gendarmaria, representa a organização que o Estado deu-se para a salvação e a defesa da sua integridade física e territorial e da sua identidade histórica e cultural.

O Exército, segundo essa lógica, deixaria de ser uma instituição do Estado (ou seja, convocado por este), sendo, ao contrário, o Estado uma projeção do Exército. Mas a Junta Militar invocava, nada menos, o princípio constitucional que lhe dera origem. O desenvolvimento histórico da contradição já contida no princípio constitucional democrático acabava transformando esse princípio no seu contrário: o órgão criado para defender o Estado democrático substituíra o próprio Estado, negando, portanto, a democracia, e reproduzindo o princípio absolutista.

O democratismo limitado à esfera política manifestou-se incapaz de aplicar os princípios democráticos às Forças Armadas, assim como à burocracia em geral. Nesta não regem os princípios eleitorais, tampouco os direitos políticos para as tropas e os suboficiais. Só esse fato já estabelece uma dependência do poder civil em relação à força armada, pois naquele a titularidade varia de acordo com o sufrágio, enquanto a esfera militar se renova só pela via hierárquica. A deliberação política seria monopólio dos altos mandos militares, o que lhe é imposto pela sua natureza de reserva do Estado, mas sem ser responsável perante ninguém. Nessas condições, a subordinação do poder militar ao poder civil exige como condição uma elevada estabilidade política e social, isto é, ausência de crise. Em outras condições, a supremacia militar torna-se inevitável, inclusive quando o poder militar não ocupa o centro do cenário. Essa seria a razão de fundo das sistemáticas intervenções políticas dos exércitos latino-americanos, e também da relativamente escassa militarização da política nos países capitalistas centrais – isto apesar do poderio comparativamente muito maior dos seus respectivos exércitos. Nos países capitalistas desenvolvidos, os elevados recursos das suas classes dominante permitiram atenuar as lutas de classes (e as crises políticas delas derivadas).

Tem-se insistido na distinção entre as ditaduras militares “caudilhistas”, típicas da primeira metade do século, e as ditaduras “institucionais” do Exército, próprias da onda golpista das décadas mais recentes, nas quais o Exército não assumiu o poder através de um líder, mas como instituição. Esses tipos diversos corresponderiam a diversos tipos de crise da sociedade como um todo e, como assinalou Eder Sader, a diferentes etapas da acumulação capitalista nos países latino-americanos. As ditaduras “caudilhistas” possuíam um caráter politicamente preventivo, enquanto as “institucionais” enfrentam mais claramente situações de tipo revolucionário. Mas seria um erro considerar que ambas pertencem a correntes históricas diferentes e pior ainda levantar um muro intransponível entre elas. Uma ditadura “institucional” podia desenvolver-se posteriormente como “personalista”, como a ditadura pinochetista no Chile, e vice-versa. Menos acadêmica e mais política foi a observação que se referia ao distinto signo dos diversos regimes militares: uns teriam um caráter “gorila” (ou pró-imperialista) típico, enquanto outros seriam de signo nacionalista, procurariam o apoio das massas populares e se oporiam à pressão estrangeira, como o golpe de junho de 1943 na Argentina (que acabaria levando ao governo “populista” de Juan Perón), o de Velasco Alvarado em 1968 no Peru, os de Ovando Candia e Torres, em 1969-1971 na Bolívia, etc.

Insistem em distinguir decisivamente entre uns e outros regimes aqueles que consideram um dever apoiar os processos militares nacionalistas, considerando-os progressivos. Nesse caso, chega-se a postular que o Exército poderia emancipar-se totalmente das classes dominantes, executando as tarefas históricas que teriam correspondido a uma burguesia nacionalista, não executadas por esta devido a sua debilidade ou inexistência. A literatura e a crítica nacionalistas hispano-americanas, de direita ou de esquerda, insistiram particularmente nessa teoria. Mas, na verdade, foi impossível separar absolutamente um e outro tipo de processo militar. Em outubro de 1968, uma junta militar liderada pelo general Juan Velasco Alvarado derrubou o presidente Belaúnde Terry e instalou-se no poder. Seu lema, expresso no “Estatuto do Governo Revolucionário”, resumia-se a três pontos: tornar a estrutura do Estado mais dinâmica

para modernizar o país; dar níveis de vida superiores à população desassistida; desenvolver no povo e na economia uma mentalidade nacionalista e independente perante as potências estrangeiras. Desde os anos 1940, influenciados pela força demonstrada pelo exército norte-americano na Segunda Guerra, os militares peruanos começaram a interferir na política nacional, chegando ao poder em 1945 com um golpe liderado pelo general Manuel Odría. Este promoveu um gradual processo de abertura até 1952, quando foram realizadas eleições livres.

No entanto, os militares continuaram a representar uma “eminência parda” na presidência, interferindo nas decisões presidenciais e no andamento do processo político. Em 1960, o Exército fundou o “Centro de Altos Estudos Militares” (Caem), destinado a formar militares com consciência crítica sobre os problemas sociais do país. O Caem representava a politização das Forças Armadas peruanas e seu desejo mais do que explícito de chegar ao poder na primeira oportunidade. Dois anos depois, essa chance apareceu. Víctor Haya de la Torre, candidato da Apra (partido nacionalista, de caráter populista), venceu as eleições presidenciais, mas não chegou a tomar posse, pois os militares o derrubaram, acusando-o de liderar um suposto levante comunista. Esse governo militar caracterizou-se por iniciar uma “reforma social controlada”: tentou uma reforma agrária em terras improdutivas, sem ferir os interesses dos latifundiários, ao mesmo tempo que reprimia e prendia líderes sindicais. Em 1963, pressionados pela oposição e pelos EUA, os militares promoveram novas eleições, com a vitória de Belaúnde Terry. Este, apesar de defender em campanha inclusive a nacionalização do petróleo, não só não cumpriu o prometido, como concedeu novos direitos de exploração dos campos petrolíferos peruanos a empresas norte-americanas a baixos preços e impostos. Foi esse ato, aliado ao aumento da pobreza da maioria da população e da crescente violência rural pela reforma agrária, que estimulou o golpe de Velasco Alvarado, também formado no Caem.

O primeiro ato de Velasco já foi cercado de polémica. Na primeira semana de governo, ele naciona-

lizou a empresa norte-americana International Petroleum Company, que detinha as principais concessões de exploração do petróleo no país. Em seguida, numa clara provocação aos EUA, anunciou que não pagaria indenização à empresa enquanto ela não pagasse uma dívida de 690 milhões de dólares de impostos devidos. O ato cercava-se de um discurso nacionalista e de independência perante os negócios internacionais, mas foi desmistificado pelo próprio presidente. Para tranquilizar os investidores estrangeiros, Velasco foi à televisão dizer que somente nacionalizaria outras firmas internacionais se estas não cumprissem as leis do país e não pagassem os impostos devidamente. Com isso, garantiam-se as inversões estrangeiras no Peru e a manutenção dos mercados para onde exportava sua produção.

...primeira ditadura militar no continente a promover uma considerável reforma agrária.

A nacionalização da International Petroleum Company representou mais um ato destinado a mostrar à população a força do novo regime e sua preocupação com princípios nacionalistas do que uma efetiva demonstração de independência perante as potências. Isso é comprovado pela importância do petróleo na economia do país: na época, ele representava apenas 10% das exportações peruanas. A indústria pesqueira e agrícola, dominada por consórcios norte-americanos, ficou intocada. Apesar de bramár contra o capital estrangeiro e nacionalizar setores menos importantes, o regime não diminuiu a dependência peruana perante as potências. Mas o governo do Peru entrou para a história da América Latina por ser a primeira ditadura militar no continente a promover uma considerável reforma agrária. No final de 1968, Velasco Alvarado decretou a divisão das terras dos latifúndios improdutivos em cooperativas administradas pelos camponeses. Ficou famosa, na expropriação da primeira fazenda, a frase pronunciada por Alvarado: “Camponês, o patrão não comerá mais de tua pobreza”. Isso fora dito, duzentos anos antes, por

Tupac Amaru. A iniciativa foi mais demagógica do que efetiva. Apesar da grande quantidade de terras dividida, numa reforma agrária radical, o governo não forneceu meios técnicos ou qualquer tipo de ajuda para que os camponeses, que até então eram servos de poderosos senhores de terras, se tornassem administradores.

A produtividade das cooperativas não rendeu o esperado, e com o enfraquecimento do regime, nos anos 1970, muitos ex-proprietários entraram na justiça para reaver suas terras, alegando desapropriação indevida. Aos poucos a estrutura latifundiária se normalizou, e os camponeses, ameaçados pela falência das cooperativas e pressionados pela Justiça, voltaram a ser servos nas grandes propriedades. Alguns, no entanto, conseguiram manter um pedaço de terra, promovendo um regime de pequena propriedade. Pressionada pelos interesses econômicos internacionais e mergulhada em suas próprias contradições – atacar o capital estrangeiro enquanto não detinha sua penetração na economia, promover uma reforma agrária sem dar a devida estrutura aos camponeses e pregar um discurso nacionalista ao mesmo tempo em que calava a imprensa e suspendia eleições e partidos políticos –, a ditadura peruana perdeu força ao longo dos anos 1970. Velasco Alvarado foi derrubado por setores militares mais conservadores em 1975, assumindo o poder o também general Francisco Bermúdez. Este preparou o terreno para as eleições em 1978, quando a esquerda trotskista, através do Focep (Frente Obreiro Campesino Estudantil Popular) realizou uma excelente eleição, elegendo senadores (como o lendário líder camponês Hugo Blanco) e deputados.

O processo nacionalista peruano encabeçado por Velasco Alvarado transformou-se tipicamente em “gorila” sob a condução de Morales Bermúdez. A ditadura militar “gorila” de Barrientos Ortuño, na Bolívia, ao contrário, foi continuada por outros membros do seu Estado-Maior (Ovando Candia e Juan José Torres) como processo militar nacionalista. O mais importante é que ambos os processos têm em comum a militarização do Estado e do processo político. Isto se verifica porque o nacionalismo militar mostra-se desde o seu início inclinado a eliminar todos os elementos de independência política ou sindical do movimento operário

(burocratização e integração ao Estado dos sindicatos sob Perón, criação de organismos corporativos contra os sindicatos de classe peruanos, sob Velasco Alvarado). O que acabou ficando em pé do militarismo nacionalista, quando este cedeu o seu lugar ao “gorilismo”, foram esses elementos: a legislação antissindical de Perón (que foi usada pelos “gorilas” contra os trabalhadores peronistas), ou os instrumentos corporativos criados por Velasco Alvarado (usados com os mesmos fins pelo seu inimigo político civil e “gorila” Belaúnde Terry). Por outro lado, se a exceção confirma a norma, não é possível transformar a exceção em norma: os processos militares nacionalistas ou limitadamente anti-imperialistas podem se contar nos dedos da mão se comparados com as inúmeras intervenções tipicamente “gorilas” dos exércitos latino-americanos. Nos anos 1970 teve ampla circulação a teoria segundo a qual os exércitos latino-americanos funcionavam como “exércitos de ocupação” de potências estrangeiras, como se eles fossem corpos estranhos e alheios à sociedade nacional. Essa afirmação menosprezava o caráter global e multiforme da dependência latino-americana (econômica, política, cultural).

A análise baseada na teoria dos “exércitos de ocupação” teve uma ampla operacionalidade política (ela foi a base teórica das guerrilhas “foquistas”, que costumavam se apresentar como o “autêntico exército nacional” em cernes), o que teria sido impossível se não contivesse elementos perfeitamente reais. Estes se referem ao papel específico do militarismo nos países subdesenvolvidos, que constituiu a estrutura do sistema imperialista privado de colônias de tipo clássico. Em sua grande maioria, os pactos e instituições através dos quais se materializou a dependência política das nações latino-americanas são de ordem militar. Consolidado o processo da independência política, as sobrevivências puramente coloniais cumpriram um papel secundário. O papel preponderante foi assumido pelos institutos políticos dos EUA (como a já mencionada emenda Platt, que instituiu o controle militar de Cuba pelos EUA, ou a emenda Hickenlooper, que os EUA pretenderam usar contra as nacionalizações do petróleo peruano em 1968), pelos pactos bilaterais ou pelos tratados

regionais, sob patrocínio norte-americano, como o Condeca na América Central. Essa situação correspondia perfeitamente às características da potência imperialista “sem colônias” (os EUA). Era um método de dominação mais barato, porque evitava a custosa (e arriscada) tarefa de manter permanentemente tropas nos territórios considerados como de “interesse vital” (embora a ocupação direta fosse sempre o último recurso, como demonstrou a interminável lista de intervenções militares “ianques” em nosso continente, as bases militares nele disseminadas, ou a prolongada ocupação militar da Nicarágua durante a década de 1920).

A passagem do conjunto do continente para a órbita de influência político-militar norte-americana consolidara-se durante a Segunda Guerra Mundial. Na Conferência Interamericana de Chanceleres do Rio de Janeiro (1942), os EUA impuseram a quase todos os países latino-americanos a participação, beligerante ou não, no conflito bélico (em favor dos Aliados): só a Argentina e o Chile resistiram ao *diktat* ianque, expondo-se a sanções econômicas. Vários países centro-americanos propuseram, na ocasião, que fosse declarada a guerra aos países sul-americanos que não rompessem relações com os países do Eixo. Depois da guerra, a pressão política e militar completou-se com a assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que previa o direito de intervenção militar em qualquer país latino-americano em caso de agressão externa (menciona explicitamente a “agressão externa do comunismo”, o que deixa uma margem de arbítrio bastante grande como para permitir uma intervenção militar da OEA, sob qualquer motivo). A República Dominicana foi vítima desse tratado em 1965, quando foi invadida pelos “*marines*” travestidos em soldados da OEA. O general nacionalista Perón, a diferença de seus predecessores “gorilas” de 1942, assinou esse tratado em nome da Argentina.

Os tratados, por outro lado, completaram-se com as mais variadas formas de “integração militar”, que colocaram os exércitos latino-americanos sob controle quase direto dos EUA. Uma das mais conhecidas foram as periódicas manobras navais Unidas, começadas em 1957 com a presença conjunta das

frotas dos EUA, da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Para Vivian Trias, essas manobras consagraram o fim da influência militar britânica na América Latina e o triunfo completo das pressões militares e políticas norte-americanas para obter a absoluta hegemonia militar na região. O conteúdo dos “programas militares” latino-americanos dos EUA estava perfeitamente claro e explícito nas palavras seguintes de dois altos funcionários da administração norte-americana:

Que é então a assistência militar? É um programa com cujos fundos são feitas compras à indústria norte-americana, para as forças dos países estrangeiros que, contando com vontade e material humano, carecem de meios de defesa; é um programa que traz a nosso país entre dez e quinze mil estudantes militares estrangeiros anualmente, expondo-os não somente ao conhecimento militar norte-americano, como também ao modo de vida norte-americano; é um braço da política exterior dos EUA; defende predominantemente nosso interesse nacional. (General Robert J. Wood)

Os EUA não podem estar em todo lugar simultaneamente. A balança de forças e as necessárias alternativas com o mundo contemporâneo em transformação só podem ser conquistadas com amigos fiéis, bem equipados e prontos para cumprir com a tarefa que lhes cabe. O Programa de Assistência Militar foi projetado para impulsionar e conquistar tais forças e alternativas, já que ajuda a manter forças militares que complementam nossas próprias forças armadas. (Declaração de Robert McNamara, Secretário de Defesa dos EUA, em defesa do Programa de Assistência Militar para o ano fiscal de 1967)

Como parte desse Programa de Assistência Militar foi criada a Escola Militar do Caribe (posteriormente School of Americas) na zona do Canal do Panamá, escola que desde 1961 teve o centro das suas atividades no treino “anti-insurrecional” (ou “contra-insurgente”) dos oficiais latino-americanos nela inscritos. A economia de esforços que esse investimento militar significava para os EUA está ilustrada por estas cifras, de 1967: o custo médio de um soldado norte-americano era de 5.400 dólares, o de um das forças armadas “complementares”, de 540. O Programa de Assistência Militar

(PAM) foi o pilar de sustentação das Forças Armadas numa série de países (Bolívia, República Dominicana, Equador, Honduras, Guatemala, Panamá, Paraguai, e a Nicarágua somozista), onde os exércitos se transformaram numa espécie de apêndice das Forças Armadas norte-americanas. Segundo John Saxe-Fernandez, as consequências que um tipo de assistência militar dessa natureza provocou na estrutura política latino-americana eram sem precedentes. A tradicional debilidade relativa das estruturas políticas civis que se opõem aos militares no sistema político viu-se aumentada ao grau da virtual impotência.

O impacto de tais programas nos países pobres e atrasados da América Central era, todavia, bem maior. A assistência militar deu a cada membro da Guarda Nacional da Nicarágua, sob a direção de “Tachito” Somoza, uma média de 900 dólares em equipamento e treinamento, para que exercesse o poder e conduzisse a violência contra uma população cuja renda anual *per capita* era de 250 dólares. No caso da Guatemala, a “ajuda militar” proporcionou ao soldado médio um poder para exercer violência (equipagem e treinamento) avaliado em 538 dólares, contra o guatemalteco médio, cuja renda anual era de 185 dólares. Mas o programa de contra-insurreição e ação cívica militar foi mais longe: não somente aumentou em alto grau a superioridade relativa das forças armadas sobre o cidadão médio em qualquer situação de conflito físico, como também forneceu um marco ideológico que justificava e incitava a intervenção militar em esferas usualmente sob controle civil. Nesse sentido, as forças armadas latino-americanas tendiam a se transformar em entes determinantes em questões político-econômicas e sociais. Na década de 1960, o aumento do poder militar estava chegando ao estágio do *take off*, no qual autogeravam seu próprio poder com um elevado grau de independência, quase uma autonomia, do sistema político respectivo. Na década de 1980, a crise nas relações políticas EUA-América Latina, derivada da guerra das Malvinas e dos conflitos na América Central, acarretou uma reformulação dos métodos da hegemonia militar dos EUA. As circunstâncias políticas obrigaram então a fechar a School

of Americas do Panamá, mas só para diversificar de modo eficaz as suas funções em outros territórios (Honduras, Porto Rico, o Caribe em geral, e Fort Benning, nos EUA).

Quando o que está em jogo é o equilíbrio político interno de um país, o intervencionismo externo assumiu formas mais diretas...

Cabe, então, caracterizar como “fascistas” os regimes militares latino-americanos das décadas de 1960 e 1970? As diferenças com os regimes da Alemanha nazista ou da Itália mussoliniana eram muitas: a) não se tratava de regimes de “partido único”, mas do domínio do Estado por uma casta militar; b) não suscitavam, nem dirigiam, como o fez o fascismo, um movimento de massas; c) o mais importante: não constituíam um nacionalismo agressivo (como o fascismo) e menos ainda defensivo, mas uma espécie de apêndice de uma potência econômica e militar estrangeira. A casta militar latino-americana não possuía uma ideologia própria, porque enquanto “casta” não constituía o movimento político próprio de nenhuma classe social do país (embora recebesse, de boa ou má vontade, o apoio das classes possuidoras, para as quais chegou a ser o último recurso defensivo contra a insurreição social). A “Doutrina da Segurança Nacional” (DSN), na qual alguns viram a ideologia própria dos militares, não passava de um receituário *ex post facto*, com alguns elementos ideológicos, destinado a justificar o já feito, não a preparar um movimento político futuro. A respeito do caso chileno observou Alain Rouquié:

Certamente uma DSN foi elaborada após o golpe de estado, e uma Academia de Segurança Nacional foi criada em 1974 para os oficiais, onde ensinavam professores civis da direita democrata-cristã, do Partido Nacio-

nal e do grupo fascista “Pátria e Liberdade”. Mas a “doutrina” não tem outro objetivo que o de unificar as fileiras militares, fundamentando *a posteriori* e estrategicamente a intervenção política do Exército, evitando assim os estados de ânimo nas casernas. Mas a Junta Militar não teve nenhuma necessidade, para realizar a redenção política anunciada, de convencer e impulsionar os cidadãos; procurava ao contrário despolitizar e individualizar os produtores e consumidores.

Toda vez que, ainda levada aos seus extremos a dependência militar, ela não chegou a conferir um estatuto colonial aos países latino-americanos, as manobras políticas regionais constituíram o instrumento privilegiado para a manutenção do *status quo*. Um aspecto essencial disso foi a utilização das rivalidades regionais: a Inglaterra foi mestre nesse jogo, e os EUA o projetaram em escala continental. A velha rivalidade Brasil-Argentina foi usada, durante as Conferências Interamericanas de 1938 a 1947 (nas quais se deu forma acabada ao chamado “sistema panamericano”), apoiando o Brasil, para abrandar a resistência argentina à ofensiva dos EUA: Rio de Janeiro (1947) foi, como já foi dito, o teatro da capitulação argentina. Em 1958, foi a vez de o Brasil (com Juscelino Kubitschek) ter atritos com a política interamericana dos EUA: o governo argentino de Arturo Frondizi foi então o encarregado de quebrar qualquer apoio latino-americano à resistência brasileira, que tinha chegado ao rompimento de relações com o FMI em junho de 1958. Pouco tempo depois, a Ata de Bogotá consumaria a capitulação do Itamaraty. O nacionalismo de direita latino-americano, encorajador dos conflitos regionais, foi instrumento desse tipo de manobra. Certas teorias sobre os “subimperialismos” regionais esquecem o marco geral desses conflitos, que só podem ser compreendidos à luz da política mundial. Quando o que está em jogo é o equilíbrio político interno de um país, o intervencionismo externo assumiu formas mais diretas, sempre tendo no Exército o seu pilar. O Colégio Interamericano de Defesa foi criado levando isso em conta. Durante a década de 1950, a Comissão Mista Brasil-EUA não vacilou em criar um conflito entre as Forças Arma-

das e o poder civil no Brasil, inscrevendo unilateralmente alunos brasileiros (os que, poucos anos depois, assumiriam o poder político) apesar da oposição do Itamaraty. Militarização interna e intervencionismo externo sempre foram aspectos complementares na América Latina.

Documentos secretos da Presidência de Richard Nixon (1969-1974) revelaram detalhes do apoio da Casa Branca ao governo brasileiro durante o período mais brutal da ditadura militar. Incluem a correspondência pessoal entre Nixon e o ditador Emílio Garrastazu Médici (cuja gestão foi de 1969 a 1974), memorandos e transcrições de conversas telefônicas entre autoridades dos dois países. Os registros vão de dezembro de 1969 a julho de 1973 e fazem parte dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional de Nixon, que estão nos National Archives, em Washington. Os documentos revelam, entre outras coisas, que em dezembro de 1968 os EUA viram o fechamento do Congresso e a suspensão dos direitos políticos no Brasil como uma reação lógica a “provocações” esquerdistas e um mal necessário para impedir que o Brasil se transformasse numa “outra China”. Mostram ainda que a relação entre Nixon e Médici começou de forma desconfiada e conflituosa e avançou para uma colaboração estreita e frequente, baseada no sentimento anticomunista de ambos. Para ganharem a confiança e a intimidade de Médici, os EUA desenvolveram uma estratégia para “massagear” o ego brasileiro, dando ao país tratamento de potência emergente e, a Médici, de líder influente no mundo. Numa carta enviada a Médici, o presidente norte-americano disse ter-se lembrado de palavras do presidente brasileiro no exato momento em que conversava com o líder chinês Mao Tse-Tung, durante a histórica visita de Nixon à China, em 1972. Os documentos mostram também que, pela “solidez ideológica” de Médici, Nixon convidou o Brasil a enviar tropas para supervisionar um cessar-fogo no Vietnã, em 1973 – convite rejeitado pelo Brasil. Como contrapartida, Médici alertava Nixon para movimentos subversivos na América Latina. Em 27 de abril de 1972, escreveu a Nixon para avisá-lo de que o governo socialista chileno de Salvador Allende estava treinando guerrilheiros com o objetivo de implantar na Bolívia

um regime marxista. Allende seria derrubado, no ano seguinte, por um golpe militar apoiado pelos EUA.

O conteúdo completo de um arquivo sobre o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1977), aberto pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca em 1974, simplesmente desapareceu, por razões não explicadas. A respeito do AI-5 – o ato institucional de 13 de dezembro de 1968 que fechou o Congresso, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos – há um memorando sobre a situação brasileira escrito a pedido de Henry Kissinger, então conselheiro de Nixon para assuntos de segurança nacional. O autor do documento é o general Vernon Walters, o mesmo agente da CIA que fora adido militar dos EUA no Brasil durante o golpe militar de 1964. Os documentos mostram que Walters foi visto como a maior referência sobre o Brasil na burocracia norte-americana até, pelo menos, 1974:

Relatava Walters a Kissinger:

Em 1964, um governo hostil foi substituído por um governo anigável e cooperativo, apoiado pelos militares, mas no qual ministros militares eram uma minoria.

A oposição logo descobriu que o governo não era repressivo e, depois das eleições de 1966, procurou provocar o governo a tomar ações inconstitucionais. Neste mês ela (a oposição) teve sucesso e o governo fechou o Congresso e instituiu a censura. Os grupos que se opõem ao presente governo são fortemente hostis aos EUA (...). Os militares no Brasil (...) são na verdade o único grupo no país com a força e a organização para combater a subversão que está sendo praticada em escala global.

Depois de sugerir que os EUA sob Nixon mantivessem o apoio ao governo militar brasileiro, Walters conclui o memorando em tom dramático. “Não podemos nos permitir erros nessa região. Se o Brasil se perder, não será outra Cuba. Será outra China”.

O acervo mostra que, apesar da afinidade ideológica entre Nixon e Médici, diplomatas e militares brasileiros viam os EUA como um obstáculo à ascensão do Brasil como uma potência emergente. À época, dois conflitos poluíam a relação bilateral: os EUA

contestavam o limite marítimo de 200 milhas imposto pelo governo brasileiro para delimitar a soberania do país; já Brasília criticava Washington por restringir as importações de café – na época, o produto mais importante da pauta de exportações do Brasil. Numa carta a Nixon, Kissinger explicou que, por causa do tamanho do Brasil, de seu ótimo desempenho econômico na época e da orientação anticomunista de seu governo, seria aconselhável dar tratamento preferencial a Médici. Nixon recebeu de Kissinger listas com os assuntos a serem tratados e com as possíveis reações de Médici a cada um deles. É de uma dessas listas – a que se refere a assuntos polêmicos – que consta a única referência à tortura e à repressão no Brasil. Num item curto, os norte-americanos desenvolveram uma resposta-padrão para um eventual questionamento da imprensa sobre o tema: “Trata-se de assunto interno brasileiro”.

A dificuldade, quando analisamos os governos militares das décadas de 1960 a 1980, consiste em determinar os rasgos comuns a regimes e situações políticas diversas. É claro, por exemplo, que os golpes militares de Velasco Alvarado e Ovando Candia, no Peru e na Bolívia de 1968, nacionalistas e “populistas”, diferiam em muito dos regimes repressivos e entreguistas de Pinochet, Costa e Silva ou Videla, no Chile, no Brasil e na Argentina, respectivamente: neste último país foram os “grupos de tarefa” da ditadura militar os que assassinaram o general boliviano Juan José Torres, que tinha encabeçado o governo boliviano em 1970-1971, dando continuidade ao processo iniciado por Ovando Candia. Em que pesem as enormes diferenças, alguns pontos em comum de todos os regimes militares são evidentes: dissolução das instituições representativas, falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais, militarização da vida política e social em geral. Os regimes militares “progressistas”, por outro lado, foram a exceção e não a regra nesses “anos de chumbo”. Outro aspecto em comum é o crescente poderio econômico, social e político, a partir das décadas de 1950-1960, da instituição militar. Até a Segunda Guerra Mundial o excedente de capital acumulado nos países industriais avançados criou as crises periódicas do capital, mais

especificamente em 1929 e 1937. As vastas demandas de gastos militares pelo Estado absorveram o excedente depois de 1937, mas a crise reapareceu em fins dos anos 1940 nos EUA. Posteriormente, os gastos militares dos EUA, combinados com a corrida espacial, mantiveram uma taxa de crescimento constante, ainda que lenta, para toda a economia, e de 1963 em diante o grande aumento no gasto militar gerou uma taxa de crescimento muito mais rápida, que se estendeu por uma década. O papel de “locomotiva” dos EUA deveu-se a uma série de fatores históricos precisos, que os colocaram já no período de entre guerras no centro do capitalismo mundial e, com a Segunda Guerra Mundial, como pilar hegemônico da ordem mundial: além das numerosas e valiosas vantagens de seu caráter histórico, o desenvolvimento dos EUA gozou da preeminência de um território imensamente grande e de uma riqueza natural incomparável.

A intervenção estatal como garantia do ciclo do capital em seu conjunto foi particularmente marcante na Europa, onde o problema que se apresentou no segundo pós-guerra foi o de reparar as devastações produzidas durante o conflito. Em todo o continente a destruição material havia sido enorme e havia existido muito pouco investimento neto. Ao mesmo tempo havia existido tal progresso nas técnicas e produção industriais durante a guerra, especialmente na América do Norte, que voltar simplesmente aos esquemas pré-bélicos teria deixado a Europa à mercê dos EUA nos aspectos econômicos tradicionais, e da URSS nos aspectos militares. Era particularmente importante – e custoso – modernizar os serviços básicos de transporte e de energia, dos quais dependia a recuperação (eles haviam protagonizado os debates sobre a propriedade pública antes da guerra) e coordená-los em nível nacional. Esses setores foram objeto da primeira onda de nacionalizações europeias que ocorreu depois da guerra. O principal motor, porém – em especial nos EUA –, foi o gasto armamentista, ou seja, o gasto improdutivo do Estado, que durante a Segunda Guerra Mundial tinha permitido absorver o desemprego criado pela crise da década de 1930, e posteriormente tirar (com a guerra da Coreia) o país da recessão do final

da década de 1940. Os gastos militares somaram, a partir da guerra da Coreia (1950), quantidades nunca antes atingidas. Nessas condições teve lugar a expansão do sistema capitalista internacional. Os gastos militares eram, para o sistema mundial capitalista, a principal causa da expansão e ainda do desaparecimento de uma parte das desproporções que antes limitavam a capacidade de expansão. Os encargos militares davam solução ideal ao problema colocado pela realização da mais-valia: preservavam a taxa de lucro no conjunto da economia e abriam, para as indústrias não armamentistas, mercados que de outro modo não teriam existido.

A importância do gasto armamentista foi tal que a economista Joan Robinson declarava, em 1962, que

uma sequência de 17 anos sem uma recessão mundial séria é uma experiência inédita para o capitalismo (mas) não se provou que as recessões possam ser evitadas, exceto pelos dispêndios em armamentos, e como, para justificar as armas, a tensão internacional tem de ser mantida, parece que o tratamento é muito pior do que a doença.

Essa tensão internacional – EUA *versus* URSS, ou “comunismo *versus* mundo livre” – forneceria justamente o alibi ideológico para os golpes militares latino-americanos, que afirmaram bastante uniformemente que a democracia era “incapaz de conter o comunismo”. Durante os anos em que foram vigentes as ditaduras militares (entre meados das décadas de 1960 e 1980), a forma orgânica principal do mecanismo de dominação política foi a união pessoal dos representantes do grande empresariado com a camada superior da buro-

cracia estatal, a cúpula das Forças Armadas e as sucessivas “equipes técnicas governamentais”. É preciso considerar, com Norberto Lechner, que o “discurso técnico neutral do autoritarismo não é tanto um encobrimento do poder, como sua expressão”. Nessa modalidade de exercício de poder, “a política se expressa em categorias econômicas e, por conseguinte, nos custa descobri-la enquanto política. Este peculiar processo pode ser considerado como um retorno à economia política liberal, eixo fundamental da resposta neoconservadora”. A ofensiva neoconservadora não apontava para a substituição de “uma autoridade política por outra autoridade política, mas tendia a substituir o poder político por um poder social. Pretendia, concretamente, transladar a determinação para a ordem do mercado. Esta transferência passava por um redimensionamento do espaço público”. As ditaduras militares sul-americanas foram produto de processos políticos, específicos para cada país, em que as direções democráticas e dos trabalhadores foram postas à prova na sua capacidade de exercerem seu papel diante da alternativa de revolução ou contrarrevolução. E também da militarização crescente das economias centrais, sob pretexto da Guerra Fria, que, no entanto, superou os limites temporais desse marco político internacional, chegando até os dias de hoje. Ainda é fecundo o ventre da besta imunda. **Pv**

Oswaldo Coggiola é Professor Titular de História Contemporânea da USP, Doutor pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris), membro da Comissão de Pós-Graduação do Prolam (Programa de Integração Latino-americana) da USP e da Faculdade de Giurisprudência (Direito) da Università di Teramo (Itália).

Referências

- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa Omega, 1984.
- SIGFRIED, André. *Amérique Latine*. Paris, Gallimard, 1930.
- IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- VICARIO, Guido. *Militares e Política na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- SADER, Eder. *Um Rumor de Botas*. São Paulo, Polis, 1982.
- ROBINSON, Joan. *Filosofia Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.



Em 1964, o exército foi às ruas para oprimir os trabalhadores, Rio de Janeiro. [Divulgação]

Balanço histórico dos 50 anos do golpe militar

ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

1961-1964, situação pré-revolucionária

Em abril de 1964, a burguesia recorreu às Forças Armadas para acabar com um governo constitucional que expressava a via nacionalista de desenvolvimento do capitalismo atrasado, que se mostrou incapaz de canalizar os explorados e que permitiu a formação de uma situação objetivamente pré-revolucionária. Situação extremamente favorável para o proletariado e para os camponeses que despertavam do longo pesadelo da opressão latifundiária, mas que contraditoriamente não ti-

nham um partido marxista para estabelecer a aliança operária e camponesa e concentrar suas forças para arrancar o poder da burguesia.

A situação pré-revolucionária consistia em que ou o proletariado apoiado na maioria oprimida tomava o poder das mãos de João Goulart, implantando um governo operário e camponês, ou a fração burguesa e militar pró-oligárquica e pró-imperialista o faria por meio de um golpe, que seria sangrento caso houvesse resistência popular. A via revolucionária estava impossibilitada pela ausência do partido marxista. A via contrarrevolucionária teve seu caminho

livre para se impor. Está aí por que o golpe deve ser caracterizado como contrarrevolucionário.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) não poderia ter servido de instrumento da via revolucionária? Os fatos mostraram que não. Estava completamente mergulhado na esperança de que João Goulart e a fração nacionalista das Forças Armadas eram capazes de levar adiante as “reformas de base” e rechaçar a oposição reacionária que não tinha bases populares. O PCB serviu, na verdade, de instrumento para inflar as ilusões dos explorados no governo burguês nacionalista, tíbio, indeciso e covarde. Não há possibilidade de outro balanço da política seguidista dos estalinistas reformados por vãs autocríticas e abraçados à “via pacífica da revolução” ditada pelo PC moscovita.

Em plena situação pré-revolucionária, aberta desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961, os estalinistas (renegados do comunismo) se limitaram ao uso dos sindicatos, do CGT, do PUA e da Ultab para movimentos de reivindicações corporativas e para o movimento de apoio à posse de João Goulart. A classe operária não tinha no PCB uma direção que lutasse por derrotar a ofensiva da reação levantando o programa da revolução proletária. O lugar dos estalinistas diante do golpe foi o de quem, abismado, assistia à fuga do Presidente e à deposição das armas pelos oficiais que garantiam o governo, sendo nacionalistas ou legalistas.

Não se pode deixar de acentuar a responsabilidade do estalinismo. A sua adaptação ao nacionalismo burguês vem de longa data. Desde o momento em que seus congressos definiram o programa da revolução por etapas (a democrática e depois a socialista), caracterizaram que a burguesia industrial era progressista, que o nacionalismo era estrategicamente anti-imperialista e que o proletariado devia apoiar governos burgueses progressistas, o PCB renunciou à luta por constituir o proletariado em classe revolucionária independente. Negou-se a ser instrumento da aliança operária e camponesa. Aboliu a estratégia da ditadura do proletariado. E, apesar do nome, das tradições revolucionárias da revolução russa, que ostenta, renegou de fato o comunismo.

O Partido Comunista foi a matriz de onde saíram várias das organizações que se embrenha-

ram na luta armada foquista. Acreditavam que a alternativa seria encontrada no castro-guevarismo e no maoísmo. Não chegaram a compreender e não queriam compreender – porque teriam de aceitar que os acontecimentos da União Soviética e da luta de classes mundial – que o castro-guevarismo e o maoísmo não passavam de variantes do nacional-socialismo estalinista. Se o PCB foi responsável por não ter organizado o proletariado para enfrentar a situação pré-revolucionária, as organizações que se lançaram à luta armada à margem do proletariado foram responsáveis por desviar a vanguarda da tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

A maioria dos grupos foquistas foi dizimada pela violência contrarrevolucionária da ditadura. O arqui-estalinista PCdoB tudo faz para apagar de sua vida pregressa a “guerrilha do Araguaia”, que não foi além de um foco rural. Hoje, apodrece na política burguesa. Parte dos esquerdistas que saíram vivos do embate e que tiveram suas organizações destroçadas se enfiou no PT e se corrompeu. Não foram capazes de fazer um balanço crítico e autocrítico de seu deses- pero pequeno-burguês e de seus desvios do programa da revolução socialista.

Certamente, nestes 50 anos do golpe, temos a oportunidade de fazer uma severa avaliação dos erros das esquerdas. Evidentemente, com o objetivo de construir o partido revolucionário.

A impotência do nacionalismo burguês

É necessário expor as teses marxistas sobre o nacionalismo que as experiências do governo de João Goulart comprovaram. O que o definiu como tal? Do ponto de vista geral, assumiu como objetivo do Estado resolver tarefas democráticas pendentes, típicas do capitalismo atrasado, que historicamente passou da condição de colônia para a de semicolônia. As principais são: solução dos profundos desequilíbrios regionais (unidade nacional), acesso dos camponeses à terra (reforma agrária), defesa da indústria nacional (industrialização) e soberania do país (o Estado com poder de decisão a despeito do imperialismo).

O nacionalismo de Vargas e de João Goulart não chegou a assumir tais tarefas de conjunto. Nem poderia. As forças nacionalistas não podem desencadear uma revolução democrática, que em seus fundamentos tem de ser anti-imperialista (não anti-capitalista, uma vez que é dirigida por uma fração da burguesia). Admitir a possibilidade de uma revolução democrática tendo a burguesia como força dirigente é falsificar o desenvolvimento histórico e submeter o proletariado. Mas o governo nacionalista toma em suas mãos limitadamente parte das tarefas pendentes.

Nem Getúlio Vargas nem João Goulart chegaram ao poder por meio de uma revolução popular. O primeiro serviu-se de um golpe de Estado; o segundo de eleições e de um acidente de percurso (a renúncia de Jânio). Nenhum deles se baseou nas massas camponesas, operárias e pequeno-burguesas urbanas. Getúlio teve de dar um golpe em 1937 e instituir uma ditadura civil (o “Estado Novo”). Suas medidas nacionalistas e trabalhistas, serviram à nascente burguesia industrial. Não rompeu com o imperialismo, embora contrariasse interesses ora de uma potência ora de outra. Não permitiu que a classe operária desenvolvesse suas lutas, estatizando os sindicatos. João Goulart não teve como instituir uma ditadura civil, mostrou-se débil e incapaz de aplicar seu programa de “reformas de base”; não rompeu com o imperialismo, que alimentou a oposição golpista e a auxiliou a derrubar o governo constitucional.

Goulart procurou cercear a liberdade do capital imperialista (lei da remessa de lucro, nacionalizações etc.). Deparou-se com a resistência da oligarquia e fraquejou no objetivo de modificar a Constituição de forma que pudesse comprar terras dos latifundiários e assentar camponeses. O que os acontecimentos mostraram? O nacionalismo burguês não pode assumir plenamente as tarefas democráticas. Não pode romper com o imperialismo, por isso não é estrategicamente anti-imperialista (estalinistas e reformistas inventaram o anti-imperialismo do nacionalismo). Não pode levar até o fim as reformas que se propõe a realizar. Não pode ser democrático-burguês (o exemplo de Goulart mostra que não governa). Não admite a luta independente da classe operária. Mas qualquer

que seja o governo nacionalista toma medidas de proteção da burguesia nacional e do país que se chocam com os interesses do imperialismo (nacionalizações, controle de fontes de matéria-prima etc.).

As medidas nacionais devem ser defendidas – e rechaçados os ataques do imperialismo. Mas não se deve apoiar estrategicamente o governo nacionalista, uma vez que é burguês, reprime a classe operária, defende a grande propriedade dos meios de produção e exerce a ditadura de classe da burguesia. Nesse sentido, observamos que somente uma frente única anti-imperialista dirigida pelo proletariado poderia quebrar a ofensiva dos Estados Unidos e avançar o processo revolucionário. É necessário que nestes 50 anos do golpe essas teses e premissas sejam profundamente discutidas.

Implantação do regime militar

Há ainda um problema de caracterização do regime militar e de seus governos que precisa ser assinalado. O golpe foi pró-oligárquico e pró-imperialista. Golpeou o movimento camponês que ganhava força social e política. As ligas camponesas foram desbaratadas. A reforma agrária somente poderia ser uma conquista da luta de classes. Isso os camponeses começavam a compreender pela experiência. A reação pró-imperialista golpeou as forças do nacionalismo que não aceitavam se sujeitar à estratégia da “guerra fria”, especialmente à ofensiva norte-americana contra a revolução cubana, e interrompeu as medidas de disciplinamento do saque das multinacionais e de nacionalizações.

A ditadura iniciou seu governo descarregando a crise capitalista sobre os assalariados e camponeses. Logo se manifestaram as contradições da economia atrasada. O governo nacionalista impotente foi removido pelo golpe cirúrgico. Mas as forças antinacionais e antipopulares da burguesia não tinham como abolir as bases materiais – já citadas acima – sobre as quais se erigiu o nacionalismo. Assim, não tardou para que se manifestassem no seio do regime militar.

Uma de suas frações estabeleceu um plano de desenvolvimento acionado por um amplo interven-

cionismo estatal. O governo do general Garrastazu Médici delincou o estatismo, embora incentivasse a penetração das multinacionais em ramos da produção os quais o Estado não poderia assumir nem tampouco a burguesia nacional. No mandato do general Ernesto Geisel, o nacionalismo militar se delincou com maior clareza. A ruptura do acordo militar Brasil-Estados Unidos expôs o importante conflito em torno da energia nuclear, estratégica para o imperialismo. Mas a dessintonia do governo Geisel com os Estados Unidos era mais ampla. Isso em razão do avanço do estatismo.

A centralização do processo econômico nas mãos do Estado em um país semicolonial é típica do nacionalismo burguês. É a forma governamental de enfrentar a tremenda fraqueza da burguesia nacional e o tremendo poderio da burguesia imperialista. Não por acaso, Geisel foi combatido pelo excesso de intervencionismo na economia e de estatismo. Respondeu à acusação de um dos ministros da ditadura, Roberto Campos, explicando que suas medidas estatistas respondiam a uma situação objetiva, portanto forçada. Geisel não tinha posição nacionalista, mas se via obrigado a comportar-se como tal, utilizando a capacidade do Estado de substituir a burguesia nacional nas atividades, tarefas e ramos estratégicos que esta não podia assumir, que não eram do interesse das potências ou que eram apenas de interesse nacional (energia, fontes de matérias-primas etc.).

Um dos poderosos conspiradores e que serviu integralmente ao golpe foi a família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*. Tornou-se, porém, ferrenha opositora da ditadura desde o momento em que concluiu que os militares caminhavam para uma política que contrariava os preceitos liberais pró-imperialistas.

Verificamos que a afirmação de que o golpe de 64 encerrou o ciclo nacionalista não é precisa. Encerrou, sim, o ciclo nacionalista varguista. Em seu lugar, Médici e Geisel assumiram um programa que se pode definir como nacionalista-militar, uma particular expressão política do nacionalismo burguês. O ciclo varguista se esgotou com João Goulart. Mas o ciclo nacionalista não poderia simplesmente ser eliminado

por um golpe. Os governos militares não poderiam deixar de expressar as bases materiais e históricas que deram origem ao nacionalismo. Não há nenhuma incompatibilidade entre ditadura militar e nacionalismo burguês. As experiências em outros países latino-americanos comprovam essa afirmação. As ditaduras voltadas inteiramente para o imperialismo assumem a forma particular de fascismo. Seja qual for a forma do regime político no país semicolonial, não se pode perder de vista que expressa o antagonismo entre a burguesia nacional e o proletariado, entre a burguesia imperialista e o proletariado. A burguesia nacional é débil diante do proletariado revolucionário; está obrigada a se apoiar na fortaleza do imperialismo.

O nacionalismo militar deixou o Brasil penhorado diante do capital financeiro internacional. Os governos democráticos decidiram pagar parte da monumental dívida externa desfazendo o processo de estatização econômica. A democratização significou para os poderosos grupos empresariais brasileiros – muitos deles se valeram do estatismo da ditadura para se construir – e para os partidos da ordem o fim do nacionalismo, da intervenção do Estado e do protecionismo. Impera a política pró-imperialista sob a democracia burguesa.

Provavelmente, alguns burgueses e a grande imprensa lembrarão, nestes 50 anos, o golpe de 1964 com reparos e condenarão o prolongamento do regime militar. A crítica se volta contra o desvio de rota da política econômica que ensejou o estatismo e o distanciamento das diretrizes ditadas pelos Estados Unidos. Dirão que após Castelo Branco, feita a limpeza dos nacionalistas e esquerdistas, o país deveria ter voltado à normalidade democrática; e que a ditadura, em seu prolongamento, eliminou a liberdade política e de imprensa. Mas no fundo estarão condenando o nacional-estatismo de Garrastazu Médici e de Ernesto Geisel. Ao contrário, os marxistas afirmam que o estatismo dos países semicoloniais cumpre um papel de defesa da nação oprimida contra as nações opressoras. Não por acaso fomos obrigados – e ainda somos – a nos contrapor aos planos pró-imperialistas de desestatização dos governos democrático burgueses.

Os marxistas fazem o melhor possível para aplicar o materialismo histórico. O fundamental é revelar as leis da história, de maneira a construir o partido revolucionário. É, sem dúvida, importante distinguir as posições nacionalistas das posições pró-imperialistas.

A ditadura é um governo da burguesia, assim como o é o democrático. Os crimes cometidos pelos militares e policiais contra a militância que se levantou contra o regime dos generais jamais serão esquecidos. A classe operária fará os acertos de contas por meio da luta de classes. Está claro que a democracia não irá punir os responsáveis. A Comissão da Verdade montou uma farsa. Nestes 50 anos do golpe militar, saudamos os bravos que tombaram e levantamos a bandeira da revolução e ditadura proletárias.

Cadáver insepulto

Nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, uma fração das Forças Armadas desfechou o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. O presidente deposto não esboçou qualquer resistência. Refugiou-se no Rio Grande do Sul – seu estado de origem e onde fez sua riqueza como fazendeiro.

Sem dúvida, capitulou diante das forças da reação articuladas pelo general Olímpio Mourão Filho. De fato, abandonou o posto. Negou-se a autorizar seus partidários das Forças Armadas a enfrentar os golpistas, a convocar a população a ganhar as ruas e a instruir seus partidários a cavar trincheiras armadas desde as suas bases sociais de apoio. O presidente enxotado avaliou que não devia se responsabilizar por uma guerra civil.

O golpe tão somente mostrou que o governo nacionalista de João Goulart era um cadáver insepulto. A reação pró-latifundiária e pró-imperialista encarnada pela oficialidade golpista, assim, não teve de disparar suas armas contra a fração legalista e a nacionalista das Forças Armadas. As pequenas manifestações esboçadas entre os camponeses, operários e estudantes foram facilmente esmagadas ou debeladas. Os generais golpistas logo viram que não precisariam de um banho de sangue para derrotar os nacionalistas e as tais das “forças populares” tão cantadas pelos estalinistas.

Desfeita a possibilidade de divisão nas Forças Armadas, a derrocada de João Goulart estava garantida. Os partidos que sustentavam o governo se mostraram incapazes de expressar as reais “forças populares”.

O PSD serviu à conspiração dos generais, governadores, federações de empresários, associações de latifundiários, Igreja e embaixada norte-americana. O PCB sequer admitiu a possibilidade do golpe, apesar de estar à vista de todos, e não preparou nenhuma resistência a partir dos sindicatos sob seu controle, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), do PUA (Pacto de Unidade e Ação), da Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e da UNE (União Nacional dos Estudantes). O PTB confiou no “dispositivo militar” montado pelo Chefe da Casa Militar da Presidência, general Argemiro Assis Brasil.

Movimento golpista

Com o avanço da crise política e com a evidência de que já não havia condições de João Goulart governar, importante fração da oficialidade que estava à margem da conspiração golpista ou que se enfileirava por trás do nacionalismo ou se bandeou ou se neutralizou perante a reação. A inépcia do “dispositivo militar” era tão flagrante que Jango não teve como desconfiar do arquigolpista Olímpio Mourão Filho, que se fez passar como possível aliado. O general Humberto Castelo Branco pode se esconder com a máscara de legalista e galgar tranquilamente o posto de chefe do Estado Maior do Exército, de onde favorecia a conspiração dos generais, empresários e católicos vinculados à oligarquia e ao imperialismo. Mourão Filho chegou a contar com a proximidade de partidários de Jango no III Exército (RS) para disfarçar seu trabalho de sabotagem ao governo. O general agiu como um agente que se acobertou da confiança dos adversários. O fundamental está em que os partidários de Jango nas Forças Armadas, que controlavam o grosso do exército, foram cedendo às pressões da crise política, do agravamento da luta de classes e da ofensiva da fração pró-imperialista e pró-latifundiária.

A organização e a movimentação das forças reacionárias, partindo da IV Região Militar de Juiz de Fora (MG), não poderiam atingir o objetivo de deposição do Presidente sem contar com a paralisia e a colaboração dos generais que faziam parte do dispositivo militar de Assis Brasil. Os acontecimentos mostraram que a fração ativa golpista não tinha abrangência, nem capacidade para levantar algum dos mais poderosos exércitos. O de maior capacidade bélica era o I Exército, sediado no Rio de Janeiro, cuja lealdade a Jango foi se desfazendo. Não obstante, o presidente contava com a possibilidade de reação, considerando que parte dos exércitos podia responder à sua voz de comando e na base das tropas havia um movimento democrático entre sargentos e marinheiros do Rio de Janeiro.

A sedição estruturada a partir do estado de Minas Gerais, circundada pelos estados de São Paulo e Guanabara, finalmente reuniu condições políticas para decidir o momento de desfechar o golpe que se foi preparando desde a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedimento da posse do seu vice, João Goulart. Os historiadores relatam alguns dos episódios que permitiram à fração golpista fortalecer suas fileiras e ampliá-las para a oficialidade não envolvida na conspiração, como foi caso das manifestações de sargentos e marinheiros e de irados ataques verbais de Leonel Brizola a generais direitistas – acontecimentos esses que pesaram decisivamente no prato da balança dos golpistas. Mas não se pode perder de vista que tais episódios foram consequências advindas da impotência do governo nascido em meio a uma brutal crise econômica e política que culminou com a renúncia de Jânio Quadros, candidato eleito pela UDN (União Democrática Nacional), cuja história está marcada pelo conspiracionismo burguês.

A divisão interburguesa

Entendemos que o balanço do golpe deve começar pela decisão de João Goulart de não resistir ao ataque final da reação, pela convivência da fração militar que sustentava o governo e pela incapacidade política dos partidos governistas e nacionalistas de levantar as massas contra os conspiradores. A atitude derrotista de

Jango e a inépcia das chamadas forças populares estão intimamente vinculadas. Cabia ao governo burguês de conteúdo nacionalista realizar reformas típicas de um país de capitalismo atrasado e semicolonial e enfrentar a oposição do imperialismo – no caso, particularmente dos Estados Unidos. E cabia às “forças populares” apoiar o governo burguês nacionalista e pressioná-lo para ir além de sua vontade.

Em torno da divisão interburguesa, o PCB foi o que melhor expressou a política de colaboração de classes em nome de medidas progressistas. Sobre a política do estalinismo reformado, o historiador Leôncio Basbaun, que foi do PCB, responsabiliza por não ter observado o golpe chegando e por ter feito exigências a João Goulart quando deveria o estar apoiando incondicionalmente. Entende que os brizolistas, comunistas e socialistas deveriam ter sustentado a política do presidente nacionalista sem lhe fazer qualquer oposição. Considera que a divisão nas “forças populares” contribuiu para o fortalecimento da direita.

O balanço de que Jango caiu porque foi isolado pela fração militar que o servia e pelas forças populares que apoiava não explica o fundamental: *a impotência do nacionalismo burguês em enfrentar a oligarquia latifundiária, a fração da burguesia nacional ligada ao capital externo e ao imperialismo.*

Os generais que se opuseram à posse de João Goulart – parte deles vinculada a políticos da UDN – tiveram o tempo todo as mãos livres para armar a conspiração. A cisão nas Forças Armadas correspondia a divisões interburguesas que não surgiram em 1961. Manifestaram-se especialmente desde o golpe liberal de 1930, que deu o poder para Getúlio, e em seguida na guerra civil de 1932. Em 1937, Getúlio permaneceu no poder por meio de um golpe. Em 1945, foi derrubado também por um golpe. Voltou à presidência em 1951 por meio das eleições, mas em 1954 viu-se diante de um golpe e se suicidou.

Juscelino Kubitschek, do PSD, venceu o candidato da UDN (sempre derrotada e envolvida em golpes). Seu vice, João Goulart, era nacionalista e getulista. Armou-se uma reação da fração militar ligada à UDN contrária à posse do novo governo. No início de

1956, na Aeronáutica, houve uma tentativa de rebelião. A política de Kubitschek de incentivo à penetração das multinacionais e de aproximação com os Estados Unidos não deu motivos para a reação progredir em seus objetivos golpistas. Em contrapartida, Juscelino procurou manter a seu lado a fração nacionalista das Forças Armadas, com o plano nacional desenvolvimentista. Encontrou-se um ponto de equilíbrio provisório, que seria desfeito com a abrupta renúncia do aventureiro Jânio Quadros e com a sucessão que cabia constitucionalmente ao vice, João Goulart.

Observa-se que a divisão interburguesa em torno do nacionalismo, desenvolvida a partir da “Revolução de 30”, percorreu por mais de três décadas. Excetuando-se o governo do general Gaspar Dutra (1945-1950), apoiado inicialmente pelos getulistas e estalinistas, prevaleceram as tendências nacionalistas. Inevitavelmente, as Forças Armadas passaram a refletir as posições do nacionalismo e do antinacionalismo pró-imperialista.

A UDN foi criada na década de 1940, juntamente com o PSD e PTB, no processo de formação de partidos nacionais e de superação dos partidos estaduais. Em grandes traços, as fileiras da UDN foram controladas pelo capital financeiro e setores da burguesia agrária. Seu programa liberal se opunha ao estatismo nacionalista e advogava a integração do Brasil na órbita dos Estados Unidos. O PSD e o PTB foram criaturas do governo Vargas. O primeiro reunia as oligarquias locais, com seus interesses particulares; o segundo se voltava a controlar a classe operária e disciplinar os sindicatos. O PTB, por sua ligação com o sindicalismo e com setores da pequena-burguesia, serviu de instrumento para a política do nacionalismo burguês de Vargas.

João Goulart representava a ala mais conservadora do PTB. Leonel Brizola, que governou o Rio Grande do Sul, a ala mais radical. A posse de Goulart somente foi possível porque Brizola convenceu o III Exército a barrar o movimento dos golpistas. Os ministros militares de Jânio (marechal Odílio Denys, almirante Silvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss) constituíram o núcleo inicial da conspiração que levou ao golpe de 31 de março.

Para evitar o confronto, golpistas e legalistas chegaram a uma solução: implantaram por cima do país uma caricatura de parlamentarismo. O objetivo era entregar o governo a um primeiro-ministro que seria indicado pelo Congresso Nacional, controlado pela UDN e por representantes de chefes oligárquicos que povoavam o PSD. João Goulart foi obrigado a engolir o senador Auro Moura Andrade, um latifundiário paulista. Enquanto isso, os conspiradores avançavam em sua organização.

O movimento para antecipar o plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou a volta ao presidencialismo representou um contragolpe. Goulart saiu vitorioso. Recuperou os poderes presidenciais. Mas continuava impedido pelo Congresso oposicionista. De fato, não tinha como governar. Os conspiradores intensificaram sua ação de bastidores e as públicas por meio de posicionamentos de civis e militares. Carlos Lacerda – governador da Guanabara e jornalista – serviu de instrumento para a ofensiva ideológica da reação antinacionalista.

O lugar do Congresso Nacional oligárquico no golpe

As tais das “forças populares” entenderam que o apoio esmagador da população ao presidencialismo foi uma vitória que poderia ser assegurada para o restante do mandato de Jango. Estariam dadas as condições políticas para o presidente implantar as “reformas de base” – entre elas, a reforma agrária. Assim, as pressões dos camponeses, da classe operária e camadas da classe média urbana, por um lado, permitiriam ao governo agir como um “poder popular” e, por outro, rechaçariam a oposição da oligarquia latifundiária e pró-imperialista.

Ocorre que Jango não podia dar um passo sem o consentimento do Congresso Nacional. A sua “reforma agrária” dependia de uma mudança na Constituição de 1946. O Tesouro Nacional não podia desapropriar terras e indenizar, em dinheiro e a vista, seus proprietários. Esse foi um dispositivo constitucional ditado, no governo do general Dutra, pela oligarquia latifundiária. Para derrubá-lo, João Goulart teria de vencer essa

mesma oligarquia. O governo anunciou sua pretensão de manter a indenização, mas que seria paga mediante títulos da dívida pública a ser saldada em um determinado tempo. Teve de recuar diante da oposição. Bastou o fracasso da mais importante “reforma de base” para que o governo nacionalista mostrasse sua impotência. Como governo burguês, estava amarrado às relações capitalistas de produção e ao respeito à grande propriedade. A “reforma agrária” realizada por meio de compra de terras é justamente a via apresentada pelo reformismo para impossibilitar a revolução agrária. As “forças populares” estavam submetidas a essa política. Assim, fracassaram juntamente com João Goulart e foram derrotados pela oligarquia.

A prostração do “poder popular” diante do Congresso Nacional oligárquico demonstrou que o governo nacionalista não oferecia de fato nenhum risco aos latifundiários e que não haveria nenhuma mudança estrutural nas relações de propriedade agrária, como apregoavam os estalinistas e reformistas de diferentes linhagens. Os conspiradores não precisavam temer esse tipo de perigo.

O fundamental está em que as divergências interburguesas – no caso, entre as posições do nacional-reformismo e as do conservadorismo antirreformas e pró-imperialista – estão condicionadas pelo desenvolvimento da luta de classes. Os antagonismos e conflitos de classes internos ao país fazem parte da luta de classes mundial. Essa premissa deve ser bem analisada. Via de regra, os historiadores reconhecem a intervenção dos Estados Unidos na crise política que concluiu com o golpe de 64. De acordo com os fatos, a intervenção do imperialismo para potenciar a conspiração foi decisiva. Não há dúvida de que o golpe que tinha tudo para fracassar dependeu do apoio dos Estados Unidos.

Crise econômica brasileira e ofensiva dos Estados Unidos sobre a América Latina

João Goulart recebeu a economia em profunda crise. Juscelino Kubitschek praticou uma política econômica inflacionária. Não encontrou outra via para o seu plano desenvolvimentista. A alta inflacio-

nária é um sintoma de desarranjos e desequilíbrios dos fatores econômicos que regem o funcionamento do capitalismo. O “plano trienal” concebido pelo economista-nacionalista Celso Furtado foi incapaz de corrigir o curso da crise econômica.

Uma das poderosas travas ao governo era a dívida externa. No início de 1962, o presidente viajou para os Estados Unidos em busca de uma solução para a impossibilidade de o Brasil arcar com os compromissos. Tinha esperança de que John Kennedy aceitaria uma reestruturação da dívida. A resposta do chefe mundial do imperialismo ao humilde nacionalista foi direta: dariam folga ao Brasil desde que se admitissem duas condições. A econômica: pôr fim a qualquer obstáculo aos negócios das empresas norte-americanas (remessa de lucro etc.). A política: romper relações com Cuba, Leste Europeu e União Soviética. O gesto de João Goulart indicou que estava disposto a manter a subserviência e que seu governo não oferecia risco ao capitalismo. Não pretendia afetar a dependência do Brasil representada pelo endividamento externo. Evidentemente, João Goulart não poderia trazer para o Brasil um acordo dessa natureza.

Kennedy não questionou a pretensa reforma agrária. Estava de acordo com a via da compra de terras e assentamentos agrários. Esse é um dos ideários da “Aliança para o Progresso”, lançada para dissolver a luta de classes no campo e combater a influência do castro-guevarismo na América Latina. Desde que se preservassem as relações capitalistas de produção, os conflitos sobre a indenização eram um problema da burguesia brasileira. O que o imperialismo não admitia era que se colocassem obstáculos a sua penetração no país e que o governo não se alinhasse à “guerra fria” que ganhava proporção internacional. Os Estados Unidos tinham urgência em esmagar a Revolução Cubana. Qualquer concessão democrática do Brasil ao regime de Castro seria considerada uma posição pró-comunismo.

Mas, em março de 1963, o novo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, recorreu aos Estados Unidos. O Brasil não tinha reservas cambiais para saldar a dívida. O imperialismo estava diante de um fato: haveria um rompimento forçado. O governo

brasileiro, por sua vez, foi com a disposição de aceitar condições ditadas pelo FMI. O governo nacionalista evitou uma crise do endividamento. Atendeu aos interesses dos credores e submeteu o país ao FMI. A crise econômica não arrefeceu. Em 1964, a inflação estava incontrolável.

Esse é o vínculo concreto dos Estados Unidos com o golpe contrarrevolucionário de 1964. Embora o estalinismo procurasse a coexistência pacífica com o imperialismo e orientasse os partidos comunistas a perseguir a via pacífica da revolução socialista (o Chile seria o laboratório para a via pacífica, que terminou em um golpe fascista), diferindo das posições guevaristas de organizar guerrilhas camponesas, os Estados Unidos se lançaram a constituir no pós-guerra um cerco mundial à União Soviética. Não era compatível com o capitalismo e com o imperialismo a existência de países cuja transição para o socialismo se impusera no entre-guerras. Haveria de sufocá-los economicamente e se preparar para a intervenção militar, no caso de necessidade. O Brasil, como maior país da América do Sul, não poderia ter um governo que arvorasse independência e não seguisse *pari passu* a estratégia mundial dos Estados Unidos e demais potências em relação ao comunismo.

Campanha ideológica contra o comunismo – falsificações e mentiras

A bizarra acusação de que o governo de João Goulart era comunista não merece comentário. Tornou-se importante a campanha de que se pretendia instalar uma “República Sindicalista”. Esse ataque ideológico é tão bizarro quanto o de que os comunistas estavam para tomar o poder, mas teve o efeito de dar um conteúdo social e político mais convincente ao movimento golpista.

As mentiras, as falsificações e as calúnias lançadas pelos jornais (tendo à frente Júlio de Mesquita e Carlos Lacerda) contra o governo de Jango abundavam nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, e outros. Com o palavreado de “República Sindicalista”, os golpistas e setores da burguesia denunciavam que o CGT,

sindicatos e ligas camponesas influenciavam a condução do governo. Por intermédio dessas organizações, o PCB iria finalmente se apossar do poder. A bandeira de uma Constituinte para pôr em marcha as reformas de base foi conspurcada como se por seu intermédio o CGT pudesse modificar a natureza do governo (fechar o Congresso e instalar uma ditadura). Na realidade, os estalinistas não tinham poder para nada. E não estavam empenhados na luta pelo poder. Amarraram-se às reformas de base e confiaram que sob pressão das massas Jango iria mais longe do que pretendia e a oligarquia perderia terreno.

A influência do castro-guevarismo abrangia uma parcela da militância de esquerda. Extremamente minoritária e confusa, procurou levar uma fração da Liga Camponesa à luta armada. O seu isolamento logo se manifestou, com o PCB e a Igreja se lançando a formar sindicatos rurais. Não havia risco de um levante camponês generalizado sob o governo de Goulart. As greves operárias cresciam em resposta a uma inflação que chegou a 100% ao ano em 1964. Não romperam os limites do corporativismo. O PCB e o PTB, que controlavam o CGT e a maioria dos sindicatos, davam curso às greves porque não lhes era possível contê-las tamanha era a perda salarial. A burguesia queria que o governo as reprimisse e aplicasse um plano de brutal arrocho. Mas se o fizesse teria de se afastar de sua base de apoio e se jogar nos braços dos golpistas.

É claro que a campanha contra a “República Sindicalista” e contra a anarquia das greves se dirigia à classe média. Os golpistas também necessitavam reunir a burguesia em torno do objetivo de derrubar o governo constitucional por um levante armado. A bizarra bandeira de combate a uma suposta “República Sindicalista” serviu a esse propósito. Lembremos que uma das acusações dos golpistas contra o governo eleito de Getúlio Vargas era de que este havia feito um acordo secreto com Juan Perón, caudilho militar nacionalista da Argentina, para que se instalassem “Repúblicas Sindicalistas”. A direita obscurantista, oligárquica e pró-imperialista, se vale de qualquer arma contra seus adversários.

Governadores e Igreja arrastam a classe média para o golpe

João Goulart chegou à presidência por acidente (renúncia de Jânio). Não era um caudilho. Não tinha como constituir um governo de força, que disciplinasse as frações da burguesia, que submetesse os velhos golpistas da UDN e que ao mesmo tempo se impusesse perante a classe operária e os camponeses. Procurou impor sua autoridade com uma medida de estado de sítio. Não teve força (o Congresso Nacional não aprovou o pedido). Acossado pelos golpistas, ensaiou uma ação de caudilho democrático-popular. É o que demonstrou no famoso comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964 – prometeu inúmeras medidas populares e nacionalistas, sem que pudesse cumprir nenhuma delas.

Os golpistas, por sua vez, organizavam uma reação da classe média. Havia um espantinho que a todo instante era apresentado como um perigo mortal para os valores da família (célula econômica do capitalismo) e da democracia (forma de poder político da classe capitalista contra a maioria explorada): o comunismo. A Igreja organizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, instigada pelo santo governador Adhemar de Barros. Uma multidão de mulheres tomou as ruas do centro de São Paulo, exortando o golpe.

Os golpistas necessitavam de um aval social. Desta vez, não seria um golpe palaciano como foram os de 1930, 1945 e 1954. Havia a possibilidade de uma guerra civil. As Forças Armadas se encontravam politizadas. Não bastava a conspiração nos subterrâneos dos quartéis, das alcovas, dos palácios dos governos estaduais e da Igreja. Era preciso mostrar que havia uma oposição popular. Nada mais conveniente do que usar a ignorância, o obscurantismo e o servilismo de uma parcela feminina, particularmente da classe média. A direita católica tomou para si a tarefa de mobilização, que não poderia ser cumprida pelos militares, pelos governos e pela UDN.

Política das Forças Armadas

Parece-nos correta a explicação de que os conspiradores somente encontraram as condições políti-

cas propícias quando se apresentou um divórcio entre a oficialidade e suboficialidade (incluindo as tropas). O movimento de marinheiros e de sargentos no Rio de Janeiro detonou a ofensiva do general Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes.

O historiador Hélio Silva inclui também como um importante acontecimento o discurso de Leonel Brizola em Natal, no comício do dia 5 de maio de 1963, convocado pela Frente Nacionalista do Rio Grande do Norte, contra o comandante da Guarnição Militar, o general Muricy. Nele também se denunciou a ação do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, no Nordeste em campanha pelo programa imperialista da “Aliança para o Progresso”. O ataque de Brizola, segundo Silva, possibilitou que os conspiradores fizessem uma campanha em defesa da unidade das Forças Armadas e da coesão de seus comandantes. O general Castelo Branco emitirá depois uma nota do IV Exército com o seguinte teor: “É notório, então, o esforço desse deputado para dividir o Exército, agora, em ‘brizolistas’ e ‘gorilas’, em desmoralizar seus chefes, generais e coronéis, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos”.

Apesar da distância temporal do comício da Frente Nacionalista com a denominada “revolta dos sargentos” é o movimento dos marinheiros, nota-se a importância da questão dos sargentos. A denúncia de Castelo Branco de que havia uma tentativa de Brizola de cindir o Exército apoiando-se nos sargentos confluiu com os conflitos do Rio de Janeiro. Os golpistas promoviam uma divisão na oficialidade para arremetê-la por detrás das forças contrarrevolucionárias. Isso com os métodos conspirativos. Mas os partidários do governo nacionalista é que eram denunciados de divisionistas. Certamente, tratava-se de forças em luta.

O importante dessa dissensão entre nacionalistas e pró-imperialistas em face às Forças Armadas é que as tropas estavam em franco processo de politização. Em 3 de setembro de 1963, os praças do Distrito Federal saíram em defesa dos mandatos parlamentares dos sargentos eleitos, cassados pelo STF. Seus líderes foram presos por insubordinação. Em fins de março de 1964, os sargentos se manifestaram coletivamente por reivindicações econômicas. Os

marinheiros que se reuniram no Sindicato dos Bancários da Guanabara foram presos. Passaram a reivindicar o direito democrático de reunião.

Os golpistas movimentaram suas tropas contando com a bandeira de fim das insubordinações e da quebra da hierarquia promovidas pelos agitadores brizolistas e comunistas. Os chefes militares leais ao governo haviam perdido parte de voz de comando. É o que comprova o episódio do recuo do coronel Raymundo Pereira de Souza que comandava a resistência do I Exército. Foi convencido pelo marechal Odílio Denys a dar passagem às tropas golpistas. Os militares nacionalistas ou legalistas foram minados pela demonstração de que o governo de João Goulart era um cadáver insepulto. Triunfava não apenas a reação oligárquica e pró-imperialista encarnada por um grupo de oficiais da alta patente contra o governo nacionalista como também contra a politização das Forças Armadas e os direitos democráticos que germinavam em meio à crise revolucionária.

As reformas de base de João Goulart não alterariam em nada as relações de propriedade. Não afetariam os interesses de conjunto da oligarquia latifundiária. As medidas nacionalistas de controle da remessa de lucro e algumas nacionalizações não rompiam a cadeia de opressão imperialista. No fundamental, João Goulart estava pela manutenção da estrutura latifundiária do país e pela submissão ao capital financeiro internacional. Tratava-se tão somente de exercer uma política distinta do entreguismo desbragado e do oligarquismo reacionário. A manutenção da independência do Brasil diante da exigência do alinhamento feita pelos Estados Unidos em torno da “guerra fria”, assumida pelo governo Dutra em 1946/1947, nada mais era do que um posicionamento democrático. As manifestações dos sargentos e marinheiros não era novidade. Desde a eclosão da Revolta de Copacabana e do movimento tenentista da década de 1920, o fenômeno da politização dos militares expressava o desenvolvimento histórico do Brasil. A tenta-

tiva do levante aventureiro de 1935 pelo PCB se inclui nesse processo. A oficialidade não pode admitir que as contradições da sociedade de classes se expressem no interior das Forças Armadas. Devem comandar como uma elite vinculada à classe capitalista e ao imperialismo.

Conclusão

O golpe interrompeu as experiências da classe operária, dos camponeses e da classe média pobre com o nacionalismo burguês em um momento distinto do desenvolvimento capitalista e da opressão imperialista. Erradicou o processo de politização das tropas das Forças Armadas e extirpou o movimento democrático que despontava em seu seio. Os golpistas diziam que a derrubada do governo de João Goulart era necessária para preservar a democracia e a liberdade. Impuseram, no entanto, uma ditadura que durará até 1985. O regime militar será preservado à custa da eliminação das mais elementares liberdades democrático-burguesas, da feroz perseguição às esquerdas, da intervenção nos sindicatos, das torturas, dos assassinatos e dos expurgos nas Forças Armadas.

O essencial do balanço está em que a classe operária não contou com um partido revolucionário para ajudá-la a compreender o conteúdo burguês do nacionalismo e lutar contra sua impotência diante do grande capital. Desde Vargas o nacionalismo demonstrou que pode ser encarnado tanto por um governo ditatorial quanto por um governo democrático (eleito). É falso caracterizá-lo como anti-imperialista em geral. As medidas nacionalistas, sem dúvida, se chocam com os interesses do imperialismo e devem ser apoiadas por meio da luta de classes, anti-imperialista e anticapitalista. Somente o proletariado é a classe capaz de lutar por um programa de realizações democráticas e anti-imperialistas como parte da revolução social. **Pv**

Erson Martins de Oliveira é professor aposentado da PUC-SP.



Mobilização pela libertação de presos sindicais, final da década de 1970. [Divulgação]

Um golpe a serviço das classes dominantes

SORAYA MISLEH

O escracho popular convocado por movimentos sociais em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em 9 de abril revelou uma face da ditadura no Brasil ainda bastante desconhecida da maioria da população: a do capital. O protesto se originou a partir das investigações que vêm sendo conduzidas pelo Grupo de Trabalho “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”.² Constituído junto à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 22 de julho de 2013, esse grupo reúne as dez centrais sindicais. É coordenado pela advogada Rosa Maria Cardoso, que também está à frente da CNV. Denominado GT 13, tem trazido à tona a colaboração do empresariado na instalação e sustentação do regime de exceção no país, que durou 21 anos.

As pesquisas que vêm sendo feitas dão indícios de envolvimento da Fiesp com a repressão. Em depoimento à comissão, durante audiência pública em Porto Alegre (RS) no dia 18 de março, o advogado e ex-presos político Carlos Araújo afirmou que torturas foram presenciadas por empresários, inclusive da Fiesp.³ Apresentados pela CNV um mês antes, os documentos oficiais que apontam essa relação constam do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São seis livros de registro de visitas entre 1971 e 1979 ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em São Paulo.⁴ Conforme divulgado pela CNV, até 1974, constam ao menos 124 entradas de Geraldo Resende de Matos, que se identificava como representante da Federação das Indústrias.⁵ No dia 12 de maio de 1971, por exemplo, está anotada sua

chegada às 17h30, sem registro de saída – o que sugere que teria permanecido no local bastante tempo, além do plantão do funcionário responsável pela recepção. A Federação divulgou nota afirmando que não consta em seus registros esse nome como membro da diretoria ou como funcionário. Não obstante, a CNV afirma que essa é apenas a ponta do *iceberg*: há outros documentos que indicam esse envolvimento.⁶ Ademais, estudos acadêmicos já apontavam a ligação dessa e de outras entidades empresariais, bem como de corporações, inclusive multinacionais, com a repressão antes de o assunto se tornar público.

Um dos primeiros a escrever sobre o tema foi o cientista político uruguaio René Dreifuss (1945-2003). Em seu livro *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (Vozes: 1981),⁷ ele cita nominalmente o papel da Fiesp e de outras associações do gênero, além de dezenas de empresas, na articulação do golpe militar de 31 de março de 1964 e no patrocínio da ditadura a partir de então. Segundo esse autor,

Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960, tais interesses haviam se tornado a força socioeconômica dominante. Ao mesmo tempo que esse processo ocorria, um novo conjunto de agentes sociopolíticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado. Essa estrutura de poder político de classe [...] era corporificada numa *intelligentsia* empresarial. (*grifo do autor*, p. 71)

De acordo com Dreifuss, para expressar seus interesses comuns, o bloco multinacional e associado se organizou em torno de três estruturas políticas:

1. Escritórios de consultoria tecnoempresarial, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade – CBP e a Consultec;
2. Associações de classe empresariais renovadas (Fiesp, Ciesp e as American Chambers of Commerce), associações de classe que expressavam as novas atividades setoriais da burguesia industrial brasileira (Abdib⁸) e

novas associações de classe empresariais de cunho mais abrangente (Conclap⁹);

3. Grupos de ação expressando os interesses empresariais modernizante-conservadores, sendo o Ibad¹⁰ o mais importante deles; [...]. (p. 82)

O papel do Ipês

Entidade coirmã do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) também foi central no processo político que culminou no golpe de 1964, como aponta Dreifuss em sua obra. Instituído em agosto de 1961 e tornado oficial em fevereiro de 1962, o Ipês era escrito com acento, numa alusão à árvore símbolo do país, originária das matas da Bahia e do Espírito Santo – o que, segundo consta do livro *Propaganda e cinema: a serviço do golpe – 1962/1964*, de autoria de Denise Assis,

caía como uma luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição, criada com o propósito de desestabilizar o governo João Goulart, o qual acusavam de estar prestes a implantar o comunismo no Brasil. Outra razão, essa carregada de simbologismo, por ser o ipê uma árvore resistente e que para florir perde as folhas. Na teoria era o que pretendiam: derrubar o poder para poder florir uma “nova” sociedade à imagem e semelhança dos seus idealizadores. Burguesa e acima de tudo voltada para a defesa do capital. (p. 13)

A autora pesquisou junto ao Arquivo Nacional 14 filmes produzidos pelo Ipês¹¹ com a pretensão de manipular a opinião pública, e que serviam para angariar apoio de empresários à necessidade de financiar o regime de exceção, sob o pretexto falacioso de perigo comunista. O instituto, conforme ensina Assis, foi formado a partir de uma fusão da ata da Aliança para o Progresso¹² e os princípios da Encíclica *Master et Magistra*, de autoria do Papa João XXIII. Na ata de fundação do Ipês, ainda segundo reproduz a autora, consta a informação de que um grupo de “empresários e democratas para o progresso” reuniu-se, “côncios de sua responsabilidade na vida pública do país” (p. 21). Assis escreve que “a propaganda mas-

siva e cientificamente preparada por aquele instituto durante dois anos, hoje se sabe, pavimentou a queda do governo de Jango” (p. 22). O Ipês funcionou por dez anos e preparou vasto material de propaganda, que incluía panfletos, livros e filmes, numa disputa ideológica por seu projeto político – que à época encontrava eco no estabelecimento do regime de exceção. Como afirma Assis, utilizando-se de distorções, como a preservação de “princípios democráticos” ante a “ameaça comunista”, protegia na realidade “o capital, esse sim sua real preocupação” (p. 23). Ao financiamento dessas atividades, montou-se esquema de doações, incluindo 125 pessoas físicas e 95 jurídicas. Dessas últimas, cinco arcavam com mais de 70% das doações: Listas Telefônicas Brasileiras, Light, Cruzeiro do Sul, Refinaria e Exploração de Petróleo União e Icomi (idem)

Intelectuais e os principais jornais, rádios e emissoras de televisão do país engajaram-se no trabalho proposto pelo Ipês de moldar a opinião pública. Um dos veículos impressos de grande circulação, a *Folha de S. Paulo* – denunciada em testemunhos dos ex-presos políticos Ivan Seixas e Francisco Carlos de Andrade inclusive pelo empréstimo de seus veículos à repressão¹³ –, em editorial publicado no dia 30 de março último, ao mesmo tempo que justifica o “erro” de seu apoio ao golpe, dizendo que a situação era adversa e as escolhas eram difíceis, aponta como positivo o crescimento econômico havido na época.¹⁴ A *Folha* omitiu, contudo, a informação de que a maioria da população não usufruía desse crescimento.

Diante desse cenário de desigualdades, o uso da vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970 para exacerbar o nacionalismo e fazer com que a população esquecesse suas agruras diárias também esteve presente, como aponta Denise Assis:

No cotidiano, o povo lidava com dificuldades e pequenas alegrias. Apesar de a Light ter inaugurado a Usina Pereira Passos, uma grave crise energética impunha racionamento ao consumo. O arroz e o feijão sumiam inexplicavelmente das prateleiras, mas nos campos de futebol os dribles de Mané Garrincha faziam com que muitos esquecessem a mistura básica do prato do dia a dia

e se deliciassem com a malícia com que ele engana os adversários rumo ao gol. (p. 28)

Depoimentos de trabalhadores à CNV e pesquisas em andamento pelo GT 13 indicam que a colaboração do empresariado se dava em várias frentes: financeira, com cessão de equipamentos como veículos e combustível no patrocínio da tortura; de informação, entregando às forças de repressão relações de nomes de funcionários militantes e colocando-os numa lista negra, para que não mais fossem empregados; e via manipulação da opinião pública. Afirmações nesse sentido permearam os discursos de representantes de centrais sindicais durante ato organizado pelo grupo de trabalho em 1 de fevereiro último, no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo, para lembrar os 50 anos do golpe de 1964. Na ocasião, João Batista Lemos, trabalhador da Volkswagen na época da ditadura, afirmou que a empresa enviou uma lista com 30 nomes de militantes ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Rosa Maria Cardoso foi categórica: “Sabemos que os trabalhadores como um todo sofreram com a ação da ditadura que redobrou a exploração de classe, visando acelerar a acumulação capitalista. Nesse sentido, os empresários solicitaram o uso da violência pelos agentes públicos contra a classe trabalhadora.”¹⁵

Para o historiador Demian Bezerra de Melo, pode-se resumir a ditadura “empresarial-militar” no Brasil como “um grande negócio para o grande capital”:

Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus “impérios” naquele contexto. No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*,¹⁶ de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista. O auge da repressão no período do “milagre brasileiro”,¹⁷ a política permanente de arrocho salarial, garan-

tindo lucros faraônicos ao grande capital e certa euforia do consumo entre setores consideráveis das classes médias, são certamente elementos que compuseram a relação de forças estabelecida pelo regime.¹⁸

Segundo Melo, o elo solidificado a partir de 1964 entre “o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão” desembocou na criação da Operação Bandeirantes (Oban) e, na sequência, nos Departamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codis). Como consta no livro *Brasil nunca mais – Um relato para a história*, a Oban foi criada em meados de 1969, em São Paulo. O objetivo era integrar os organismos de repressão existentes – aí incluídas as polícias. Para tanto, nutria-se “de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros” (p. 73). Na ótica do historiador Jorge José de Melo, “a Oban foi a reedição de uma associação entre militares e o empresariado paulista dos idos de 1964” – o qual, no ano do golpe, garantiu que o II Exército fosse reequipado.¹⁹ Na esteira dos “êxitos” alcançados com a iniciativa, surgiu em janeiro de 1970 o Doi-Codi (p. 73).

Boilesen, símbolo da colaboração de classe

Um dos que garantiam recursos à Oban foi o executivo dinamarquês naturalizado brasileiro Henning Albert Boilesen, na época presidente da Ultragas (uma das 20 empresas do Grupo Ultra) – que acabou sendo “justiçado” pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) em 15 de abril de 1971. No premiado documentário *Cidadão Boilesen* (2009),²⁰ dirigido por Chaim Litewski, é contada sua trajetória enquanto um dos financiadores da repressão – mais do que isso, é denunciada a relação estreita entre o empresariado e a ditadura. Na visão do historiador Jorge José de Melo, Boilesen não foi o único, nem o mais importante dos colaboradores do regime de exceção,²¹ mas um personagem-símbolo dessa aliança.

Com uma carreira meteórica e tendo sido diretor da Fiesp e da Associação Comercial, o executivo

não apenas garantia doações da Ultragas e de outras companhias do Grupo Ultra ao regime militar, mas é apontado no filme como responsável pela coleta de dinheiro junto a empresários para o financiamento da estrutura da Oban. Inúmeras fotos suas são exibidas ao lado de militares, como um dos célebres torturadores, o delegado Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979). Nessa teia de relações, Boilesen é lembrado por militares como os coronéis Carlos Alberto Brilhante Ustra – que comandou o DOI-Codi entre 1970 e 1974 e é denunciado como torturador na CNV – e Erasmo Dias (1924-2010), que esteve à frente da invasão ocorrida em setembro de 1977 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a qual resultou em mais de mil presos políticos. Segundo esse último, “era um cara muito bacana, pensava como a gente”. Ainda conforme seu testemunho, “tinha jornalistas, empresários e vários grupos que se reuniam. Eu mesmo participei aqui em São Paulo [...] O Exército precisava [*de dinheiro*], dois ou três civis de peso serviam de ponte; ele [*Boilesen*] dava o aval, muita gente cooperava”. O ex-delegado do Dops Paulo Bonchristiano declara no filme que os empresários “resolveram agir. Alguns entraram firme na situação, como foi o caso do Boilesen. Ele não gostava do comunismo”. O executivo era ainda frequentador das dependências da Oban, como apontam testemunhos de um ex-agente do local, Dirceu Antonio, e de ex-presos políticos. Há inclusive referência ao seu acompanhamento a sessões de tortura e sua colaboração com a cessão de um equipamento sofisticado de eletrochoque, trazido dos Estados Unidos, que recebeu o nome de “pianola Boilesen”. Referência a esse instrumento de tortura é feita em testemunhos de companheiros de cela do preso político Olavo Hansen, militante metalúrgico morto sob tortura no Dops/SP em 9 de maio de 1970.²²

Em 3 de abril de 1973, mediante o Decreto nº 10.437 relativo à denominação de logradouros públicos, a ditadura homenageou Boilesen, batizando a antiga Rua C, próxima à Rua Corifeu de Azevedo Marques, em São Paulo, com seu nome. O documentário começa e termina com uma enquête junto aos moradores sobre quem era Boilesen. A maioria não tinha a mais

vaga ideia, o que mostra a urgência de se atuar pela memória, verdade e justiça. Como concluiu o escritor Per Johns em *Cidadão Boilesen*, “o envolvimento do empresariado com a repressão foi varrido para debaixo do tapete. Os governos pós-redemocratização acharam cômodo não discutir esse assunto”. Neste momento em que se lembra o golpe que deu origem a 21 anos de ditadura empresarial-militar, é preciso sacudir o tapete.

Continuar a luta

A justiça, contudo, não se fará via CNV no caso do capital. Como informou em entrevista Rosa Maria Cardoso, não é possível condenar pessoa jurídica. “Mas faremos essa reparação nas lutas”. Além dessa ação urgente, rever a lei da anistia e botar atrás das grades os torturadores é uma forma importante

de honrar aqueles que morreram nos porões da ditadura. A outra é continuar a lutar por um Brasil justo e igualitário, para que não haja mais Amarildos, Cláudias e tantos outros assassinados por uma polícia que traz em seu âmage a herança dos “anos de chumbo”.

E, no melhor estilo internacionalista que moveu os sonhos de jovens que pereceram nas celas do regime de exceção, solidarizar-se com as lutas contra a ocupação na Palestina e as revoluções pela derrubada de ditaduras – também aliadas do imperialismo e financiadas pelo grande capital – que ainda hoje massacram jovens e trabalhadores em várias partes do mundo, como as que ocorrem neste momento no Egito e na Síria. **Pv**

Soraya Misleh é jornalista mestre em Letras pela Universidade de São Paulo, e membro da Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada.

Referências

- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais* – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livros de Portaria do Deops*. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_deops.php>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema: a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2001.
- BBC. *Muito além do Cidadão Kane*. 1993 – Parte 1. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JA9bPyd1RKQ>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- CARVALHO, Igor. Escraço popular da Fiesp denuncia financiamento da ditadura por empresários. *Revista Fórum*, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/escracho-popular>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- COLETÂNEA DE FILMES DO IPÊS (1962-1964). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gE-7oSD2FPk>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *Caso Olavo Hansen*. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=68>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Comissão Nacional da Verdade apura apoio de empresas ao golpe e à repressão*. 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/430-comissao-nacional-da-verdade-apura-apoio-de-empresas-ao-golpe-e-a-repressao>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- _____. *Comissão Nacional da Verdade em Porto Alegre: Carlos Araújo*. 26 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/midias/35-videos/251-comissao-nacional-da-verdade-em-porto-alegre-carlos-araujo>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- CRUZ, Elaine Patricia. *Comissão da Verdade quer ouvir Fiesp e consulado americano sobre possível ligação com a repressão*. Agência Brasil, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-18/comissao-da-verdade-quer-ouvir-fiesp-e-consulado-americano-sobre-possivel-ligacao-com-repressao>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- DREIFUSS, René. 1964 – *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOLHA DE S.PAULO. *Editorial: 1964*. 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- LITEWSKI, Chaim. *Cidadão Boilesen, um dos empresários que financiou a tortura*. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: 11 abr. 2014.
- MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 como uma ação de classe. *Revista Verdade, Justiça, Memória*. Disponível em: <<http://revistavjm.com.br/artigos/o-golpe-de-1964-como-uma-acao-de-classe>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário da ditadura. A questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Denise Rollemberg Cruz. 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1552.pdf>>, p. 125. Acesso em: 14 abr. 2014.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Sebastião C. Velasco e Cruz. 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Soraya/Downloads/RibeiroRicardoAlaggio.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014

SADER, Emir. A Folha tenta se explicar, em vão. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/12/folha-de-sao-paulo-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Notas

1 Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/escracho-popular>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

2 Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/430-comissao-nacional-da-verdade-apura-apoio-de-empresas-ao-golpe-e-a-repressao>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

3 Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/midias/35-videos/251-comissao-nacional-da-verdade-em-porto-alegre-carlos-araujo>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

4 Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/livros_deops.php>. Nos livros de registro, constam ainda visitas ao Deops do cônsul americano à época, Claris Rowney Haliwell. Acesso em: 13 abr. 2014.

5 Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-18/comissao-da-verdade-quer-ouvir-fiesp-e-consuldo-americano-sobre-possivel-ligacao-com-repressao>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

6 Idem.

7 O livro é resultado de tese de doutorado em Ciência Política desenvolvida pelo autor entre 1976 e 1980, na Universidade de Glasgow, na Grã-Bretanha.

8 Abdi: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

9 Conclap: Conselho Superior das Classes Produtoras.

10 Ibad: Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

11 A coletânea de filmes produzidos pelo Ipês está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gE-7oSD2FPk>>. Acesso em: 12 abr. 2014. Ao todo, eram 15 filmes em preto e branco que pregavam abertamente o golpe de 1964.

12 A Aliança para o Progresso era um programa de ajuda externa estadunidense para a América Latina, idealizado na administração de John Kennedy e criado em novembro de 1961. Disponível em: <<file:///C:/Users/Soraya/Downloads/RibeiroRicardoAlaggio.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

13 Cf. em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/12/folha-de-sao-paulo-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

14 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

15 Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/430-comissao-nacional-da-verdade-apura-apoio-de-empresas-ao-golpe-e-a-repressao>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

16 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JA9bPyd1RKQ>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

17 Entre 1969 e 1974.

18 Disponível em: <<http://revistavjm.com.br/artigos/o-golpe-de-1964-como-uma-acao-de-classe>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

19 Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1552.pdf>>, p. 125. Acesso em: 14 abr. 2014.

20 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

21 Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1552.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

22 Disponível em: <http://www.comissoadaverdade.org.br/caso_integra.php?id=68>. Acesso em: 13 abr. 2014.



Manifestação contra a Ditadura Militar em 1968. [Evandro Teixeira/Agência JB/Divulgação]

O golpe contra a democracia e as reformas¹

CAIO NAVARRO DE TOLEDO

Decorridos 50 anos do golpe civil-militar, são minoritárias as manifestações públicas em defesa do chamado “movimento revolucionário de 31 de março de 1964”. A rigor, apenas reduzidas publicações militares (livros e revistas), alguns *sites* ou *blogs* (de associações de militares da reserva e da direita civil) e obras didáticas (adotadas em escolas de formação dos subalternos das Forças Armadas) continuam afirmando que, em 1964, um “movimento revolucionário” teria salvado o país da “ameaça comunista”, livrado as instituições democráticas “da subversão e da corrupção” e criado as condições econômicas para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A reduzida audiência e a indigência intelectual dessas manifestações são notórias.

Para a profunda decepção dos ideólogos civis e militares do regime ditatorial – fato reconhecido em seus ressentidos e amargurados escritos² –, hoje é dominante na cultura política brasileira a compreensão de que, há 50 anos, um golpe contra a democracia vigente foi um grave episódio na história política do país. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio de obras qualificadas da historiografia e da ciência política, da produção cultural (literatura, cinema, teatro, música etc.), de matérias jornalísticas, filmes, novelas e minisséries de TV e de um extenso número de *sites/blogs* jornalísticos e culturais.

Assim, ao contrário do que ocorria durante os governos militares, atualmente, o conjunto da grande mídia brasileira – que teve papel ativo no desencadeamento do golpe e apoio à ditadura militar – não mais

comemora o 31 de março de 1964. Por sua vez, quando aludem à data, os noticiários dos grandes meios de comunicação passaram a empregar a noção crítica de “golpe militar de 1964” em substituição à apologética designação de “Revolução de 1964”. Atualmente, até mesmo o mais atuante aparelho ideológico da ditadura militar – as Organizações Globo (poderoso conglomerado de empresas que reúne jornais, revistas, rádios e TV aberta e paga) – veicula notícias, documentários, entrevistas e, inclusive, telenovelas com conteúdo crítico ao golpe e ao regime militar. Prova definitiva desta afirmação foi um recente editorial de *O Globo* (31 de agosto de 2013) no qual o jornal admitiu publicamente que seu apoio “ao golpe de 1964 foi um erro”.

...a Comissão Nacional da Verdade, como órgão de Estado, é um fato novo e relevante no debate político e ideológico brasileiro.

É um fato significativo também que, decorridos 50 anos, não foi produzida uma única obra cultural relevante (na historiografia, na literatura, no cinema, no teatro, na música popular etc.) justificando a ação golpista ou legitimando o regime militar de 1964. Em contraposição, existem dezenas de obras de elevada consistência artística e intelectual, em todos os campos da produção cultural brasileira, que denunciam o golpe contra a democracia e condenam a ditadura militar.

No entanto, se é um fato auspicioso que representações de natureza democrática são hoje predominantes em nossa cultura política, não devemos nos iludir sobre a extensão dessa “vitória” ideológica e cultural; afinal, temos de convir que ainda é altamente insuficiente em nossos país o conhecimento e o debate público sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Embora existam livros, teses acadêmicas, filmes de ficção,

documentários, peças de teatro etc. que revelam o clima de terror e a sistemática violência do regime militar (censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e mortes), apenas os reduzidos setores letrados da sociedade brasileira têm um conhecimento razoável desses sombrios tempos de nossa história política.

Não é, pois, descabido afirmar que a democracia política vigente no país ainda não logrou ser plenamente vitoriosa posto que não enterrou, definitivamente, a ditadura militar de 1964. Além de instituições e dispositivos herdados do período militar, cujos efeitos ainda se fazem sentir sobre a atual vida social brasileira, a memória da ditadura, para significativas parcelas da sociedade brasileira, é frágil, imprecisa e lacunar.

Entendo que as entidades do campo democrático e progressista têm elevada responsabilidade na fragilidade e inconsistência da memória social sobre a ditadura militar. Desde o fim do regime militar, são raras e extemporâneas as iniciativas dos partidos políticos, de organizações de movimentos sociais e entidades culturais no sentido de promoverem um amplo e permanente debate público sobre o golpe civil-militar e os efeitos perversos do regime pós-1964. Além das vítimas do regime (que sofreram prisões e torturas) e dos familiares dos mortos e desaparecidos, que setores da sociedade civil brasileira têm se mobilizado para denunciar os crimes e os arbítrios da ditadura militar?

Assim, com a falta de mobilizações populares, a ausência de amplos debates públicos e a inexistência de centros de memória e museus públicos sobre os fatos históricos relativos à ditadura militar, têm predominado, entre nós, o silêncio e a cultura do esquecimento. Sob esse aspecto, bem distintos do Brasil têm sido os casos da Argentina e do Chile, onde a experiência da ditadura militar ainda não cessou e continua influenciando sobre os rumos da democratização do país.

Embora tardiamente criada pelo governo federal, a Comissão Nacional da Verdade, como órgão de Estado, é um fato novo e relevante no debate

político e ideológico brasileiro. Cabe saber, contudo, se a CNV e as diversas *comissões da verdade e memória* (de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, universidades, sindicatos etc.) contribuirão efetivamente para romper, entre nós, o silêncio e a cultura do esquecimento sobre a ditadura militar. A este respeito, questões se impõem: a Comissão se empenhará no sentido de exigir que os arquivos das Forças Armadas e de entidades que tiveram papel importante no golpe e durante o regime militar estejam à disposição da sociedade brasileira? O relatório final da CNV será exaustivo e rigoroso a ponto de esclarecer, sem ambiguidades e hesitações, quem foram os responsáveis pelo golpe de 1964 e pela montagem e funcionamento do aparato repressivo da ditadura militar? Sem meias-palavras, serão identificados os empresários nacionais (industriais, rurais, banqueiros, meios de comunicação) e multinacionais, as entidades da sociedade civil (religiosas, culturais etc.), as agências internacionais e outros que contribuíram para a derrocada do regime democrático em 1964 e financiaram os aparelhos da repressão da ditadura militar?

Enquanto perdurar a Lei da (auto)Anistia de 1979, certamente não haverá um instrumento legal para impor a punição dos crimes e arbítrios cometidos por setores das Forças Armadas que tiveram a conivência de setores da sociedade civil. Mas isso não deve implicar a omissão da CNV na apresentação detalhada e rigorosa dos graves delitos ocorri-

dos durante os 21 anos de governos militares, bem como a identificação dos responsáveis diretos pela morte, tortura e desaparecimento de centenas de brasileiros e brasileiras.

Em suma, concluídos os trabalhos de pesquisa da CNV, é de se indagar: embora pressões das cúpulas militares venham a existir, o executivo federal fará uma ampla divulgação do Relatório Final, para que seja conhecido e debatido nas escolas públicas e privadas, sindicatos e associações de classes, entidades culturais, igrejas e, inclusive, nas escolas de formação de subalternos das Forças Armadas? O governo federal e as demais instâncias estatais (legislativas e judiciárias) – bem como as organizações e partidos democráticos e progressistas – promoverão encontros e debates públicos sobre o Relatório final da CNV?

Se entendermos que a consolidação da democracia política de um país tem como um de seus pressupostos o conhecimento da totalidade de sua história, impõe-se que a memória social da ditadura militar seja reavivada. Enquanto a sociedade brasileira não se apropriar, plena e rigorosamente, da totalidade sua história, a democracia política no país continuará débil e precária. O *direito à memória* e o *direito à verdade* são cláusulas pétreas de uma sociedade que se pretenda democrática. **Pv**

Caio Navarro de Toledo é professor aposentado da Unicamp.

Notas

1. Texto de Apresentação escrita pelo autor para a 2ª edição, de 1964, de *Visões críticas do golpe* (Campinas, Editora da Unicamp, 2014).

2. Manifestação evidente do ressentimento desses escritos é encontrada nas 4.700 páginas da coletânea de treze obras, *1964. 31 de Março. O Movimento revolucionário e a sua história* (Editora da Biblioteca do Exército, 2003), na qual – por meio de artigos e entrevistas – colaboram 214 militares e 36 civis. Com raríssimas exceções, o tom é de lamúria e revolta diante da "traição" e da "ingratidão" representadas pela derrota dos militares no plano das representações sobre 1964 e o regime militar. Nas palavras do Cel. Jarbas Passarinho, um dos mais eminentes ideólogos golpistas: "Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história de 1964 foi escrita pelos derrotados". Na visão dos militares, os maiores responsáveis pelo atual aviltamento das Forças Armadas – denunciadas pela prática da tortura, desaparecimentos e mortes – são os professores do ensino médio e universitários, os livros didáticos, os intelectuais ("gramscianos"), artistas de esquerda e a grande mídia. Sobre esta última, vários depoimentos fazem críticas contundentes à Rede Globo, antecipando aquelas feitas no editorial mencionado na página 40.



Estudantes que participavam do Congresso da UNE sendo presos, Ibiúna, 1968. [Divulgação]

O emblemático ano de 1968

O movimento estudantil na ditadura militar no Brasil

MARIA BEATRIZ (BIA) COSTA ABRAMIDES

Dedicatória: TEIA PRESENTE!

Dedico este artigo à companheira Maria Tereza Sérgio – a Teia –, estudante de Psicologia em 1968, que comigo militou no movimento estudantil da PUC-SP e na APML – Ação Popular Marxista-Leninista. Depois de formadas, Teia veio dar aula no Curso de Psicologia e eu, em 1981, no Curso de Serviço Social da PUC-SP. Como professoras, atuamos no movimento de professores(as) sob a direção da Apropuc. Teia, em toda assembleia, em toda reunião, em toda luta estava na linha de frente e no último período, a partir de 2006, na luta contra a intervenção da Fundasp, a

precarização do ensino e do trabalho e as demissões em massa de professores(as) e funcionários(as) ocorridas na PUC-SP na gestão da reitora Maura Veras.

Ativa, atuante, perspicaz, firme, coerente, inteligente, combativa e amiga, essa era a Teia. Três dias antes de adoecer tomamos um café e conversamos muito sobre a grave situação da PUC-SP pela quebra da autonomia e democracia universitária e a importância de compor a chapa para a diretoria da Apropuc que estava se formando, para continuarmos com uma trincheira na luta de resistência, e ela topou. Dias depois, em 8 de maio de 2010, muito rapidamente, acometida de uma grave doença, Teia nos deixou.

Seu legado permanece entre os(as) lutadores(as) e nos dá força para continuar na resistência em defesa da PUC autônoma e democrática, que recentemente, em 2012, sofreu mais um golpe com a quebra da soberania na universidade com a nomeação para reitora da última colocada no pleito eleitoral, a Professora Dra. Anna Maria Marques Cintra.

Teia com certeza estaria conosco, mais uma vez na linha de frente, nessa luta em defesa da autonomia e democracia universitária. Hoje a Sala de nº T41 do prédio sede da PUC Monte Alegre, onde durante anos Teia participou de reuniões do ciclo básico, é a ela dedicada.

TEIA PRESENTE, SEMPRE!

Descomemoração

Neste ano de 2014, de norte a sul do país, ocorreu, ocorre e continuará ocorrendo a “descomemoração” dos 50 anos da ditadura militar, que se instalou em 1 de abril do mesmo ano. Livros, revistas, ensaios, conferências, palestras, mobilizações de rua, exposições, entrevistas, cinema, poesia, literatura, música, teatro, artes plásticas, atos, performances, obras artísticas, culturais e tantas outras formas de expressão trazem à tona os 21 anos de violência ocasionados por esse período de repressão com torturas, prisões, exílios, assassinatos de muitos daqueles que lutaram coletivamente pelo fim da ditadura e o renascer de uma nova sociedade igualitária e libertária.

O golpe militar em 1964 no Brasil, bem como os golpes militares ocorridos nesse período em outros países da América Latina – Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Bolívia – foram sustentados pelo imperialismo norte-americano que se utilizou de mecanismos de controle e de apoio aos militares bem como da criação da Aliança para o Progresso que pressupunha o financiamento econômico para implementar programas de educação e cultura que visavam a dominação estadunidense no continente latino-americano. O Programa de Assistência Militar – PAM foi o pilar de sustentação das forças armadas na Bolívia, na República Dominicana, no Equador, em Honduras, na

Guatemala, no Paraguai e na Nicarágua somozista. A doutrina de segurança nacional implicou a interdependência e subordinação econômica, política e militar dos países latino-americanos aos Estados Unidos da América. A essa investida chamamos “ideologia de dominação” para manter a exploração de classe do capitalismo subordinado ao imperialismo.

Este número da Revista *PUCviva* é mais uma iniciativa para debater, esclarecer e repudiar essa violência que recaiu sobre nossas vidas cotidianas num verdadeiro Estado de exceção. O artigo que ora apresento volta-se para o movimento estudantil universitário, mais precisamente para o ano de 1968, em que a juventude demonstrou sua vitalidade de forma organizativa na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo, na perspectiva de uma revolução proletária socialista.

Podemos afirmar que é a partir do AI-5 decretado em 13 de dezembro de 1968 que se inicia o período dos “anos de chumbo” no país, imposto pela ditadura militar. De 1964 a 1968 até o AI-5, presenciemos grandes mobilizações estudantis, greves operárias, ações no campo de resistência e erupção frente ao cerceamento imposto pela ditadura, bem como manifestações artísticas, culturais, na música, no cinema e no teatro, com repressão e perseguições, mas, sem dúvida, o período posterior instaurou o terror no país. Vou me ater, aqui, ao ano de 1968, por ser considerado o ano emblemático de insurgência da juventude estudantil no país.

A luta do movimento estudantil nesse período se direcionou contra a Reforma do Ensino Superior MEC-Usaid, que era um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Usaid – organismo norte-americano que estabelecia a base ideopolítica para o ensino superior no país sob a orientação norte-americana de sustentação do projeto hegemônico de dominação para a América Latina.

Em 28 de março de 1968 uma manifestação de jovens no Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro foi duramente reprimida pela polícia militar que assassinou Edson Luiz, jovem estudante paraense de 17 anos. Outro estudante, Benedito Frazão Dutra, foi gravemente ferido nesse ataque militar, vindo a falecer alguns dias

depois. Na comoção e em repúdio a essa violência, e para impedir que a polícia desaparecesse com o corpo de Edson Luiz, os estudantes carregaram-no até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, a seguir, mais de 50 mil pessoas acompanharam seu enterro no cemitério de São João Batista. “Mataram um estudante; podia ser seu filho” era a frase que ecoava em uníssono. Essa violência desencadeou um processo de grandes mobilizações estudantis durante todo o primeiro semestre de 1968. No dia 21 de junho, também no Rio de Janeiro, uma grande mobilização estudantil foi mais uma vez violentamente reprimida – foi a conhecida “sexta-feira sangrenta”, em que foram assassinados 28 jovens, e ocorreram muitos espancamentos e prisões. No dia 26 de junho, para fazer frente a essa repressão, o governo teve que ceder e autorizar a manifestação organizada pelos estudantes, com o apoio de artistas, intelectuais, trabalhadores, pais, padres e freiras progressistas na Passeata dos Cem Mil, na Guanabara, que ganhou amplo apoio da população contra a ditadura militar e a repressão.

A mobilização nas Universidades

O movimento estudantil se organizava em todo o país. As universidades públicas, em sua maioria, estavam sob o domínio de interventores da ditadura que reprimiam e expulsavam os estudantes que mais se destacavam na organização estudantil. Estávamos sob a imposição do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de AI-5 das universidades, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades que fossem considerados subversivos. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursar qualquer universidade. De outro lado, a Lei Suplicy de Lacerda, de 1964, proibia a livre organização estudantil nos Centros Acadêmicos, impunha os Diretórios Acadêmicos, que somente podiam desenvolver ações recreativas, de integração dos estudantes em detrimento das ações políticas, que eram proibidas. Desde a base,

nas salas de aula, nos organizávamos de forma autônoma para fazer valer nossas reivindicações. Eram pauta comum do movimento estudantil desse período: a luta contra a Reforma MEC-Usaid, a luta contra o Decreto-Lei nº 477 e a Lei Suplicy de Lacerda, a luta pela autonomia do movimento estudantil em nossas organizações livres, a luta pelo ensino público, laico, gratuito, universal, a luta pela destinação da verba pública para o ensino público, a luta pela organização nos CAs – Centros Acadêmicos, nos DCEs livres – Diretórios Centrais de Estudantes, na UEE – União Estadual de Estudantes e na UNE – União Nacional dos Estudantes, sendo que todos esses organismos de representação estudantil estavam na ilegalidade, proibidos pela ditadura desde 1964. Nós nos organizávamos para unificar nossas lutas específicas e mais gerais de combate à ditadura e de solidariedade ativa aos trabalhadores do campo e às lutas operárias em torno da aliança estudantil-operária e camponesa, em uma perspectiva classista, revolucionária. As ações de rua eram ininterruptas nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife e Fortaleza.

As teses para a universidade se traduziam em: universidade crítica, universidade popular, universidade democrática, eram amplamente debatidas no interior do movimento estudantil e expressavam propostas engendradas a partir das organizações clandestinas de esquerda que, embora tivessem táticas e estratégias diferenciadas, mantinham a unidade política na ação. A vanguarda do movimento estudantil estava inscrita nessas organizações que tinham como pressuposto a luta contra a ditadura, contra o capitalismo e contra o imperialismo norte-americano, mas se organizavam em direção à revolução social, proletária, para a tomada do poder político pelo proletariado em aliança da classe trabalhadora na direção da transição socialista para a construção do projeto de emancipação humana – ou seja, a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, do trabalho alienado, pelo fim da propriedade privada dos meios de produção, pelo fim das classes sociais, pela dissolução do Estado por uma sociedade de auto-organização dos indivíduos livremente associados. Assim atuávamos no movimento estudantil,

como um movimento de massas e nos inseríamos nas organizações de esquerda, em que nos formávamos politicamente no campo do marxismo na perspectiva da revolução social. Desde então sabíamos da necessidade da construção do partido do proletariado, por ser capaz e possuir o protagonismo histórico de lutar por um programa de realizações democráticas e anti-imperialista como parte da revolução social.

Particularmente, naquele período militei na APML – Ação Popular Marxista-Leninista, uma organização que nasce no interior da esquerda cristã, vinda das JAC/JEC/JIC/JOC/JUC, respectivamente Juventudes agrária, estudantil, independente, operária e universitária católicas, vinculadas à Teologia da Libertação. A AP, ao adotar o marxismo-leninismo, rompe com o pensamento cristão e, influenciada pela revolução chinesa, torna-se, por um tempo, também maoísta. O presidente da UNE em 1968, Luiz Travassos, e seu sucessor Jean Marc, bem como o último presidente, Honestino Guimarães, em 1973, ocasião em que a UNE foi totalmente desmantelada, eram da AP. Cabe lembrar que Honestino encontra-se desaparecido desde esse período. Outras tendências também se faziam presentes no movimento estudantil, como a Polop, Política Operária, de tendência trotskista; o PCB – Partido Comunista Brasileiro e a Ala Vermelha, sua dissidente, entre outras. Nosso esquema de segurança para formação era bastante cauteloso, pois a cada momento podíamos “cair”. Tínhamos nomes diferentes no interior da organização, nos aglutinávamos em células e conhecíamos somente os militantes do GTR – Grupo de Trabalho Revolucionário Estudantil a que pertencíamos; reuníamos-nos em casas que denominávamos de “aparelho” e mantínhamos todo esse sistema de segurança para que não fôssemos reprimidos.

O movimento estudantil no curso de Serviço Social da PUC-SP

Entrei em 1968 na Escola de Serviço Social agregada à PUC-SP, na Rua Sabará. Lá, de imediato, participei da diretoria do GESS – Grêmio da Escola de Serviço Social, com atuação no movimento estudantil, e no primeiro mês do curso entrei para a Ação Popular.

Na escola de Serviço Social, estudantes, professoras e funcionárias, no primeiro semestre de 1968, paramos o curso por três meses para discutir que universidade, que faculdade, que curso e que formação acadêmica queríamos. Ali debatíamos a democratização do ensino, a formação profissional voltada para a realidade do país, o compromisso com os setores explorados e oprimidos da sociedade, a realização de estágios na formação profissional em espaços sócio-ocupacionais críticos, a participação paritária nos órgãos colegiados e nossa inserção no DCE livre da PUC para levar as lutas mais gerais dos estudantes da PUC-SP. Também participávamos da Enesso – Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social, que era vinculada à UNE. Em julho de 1968, no Encontro Nacional da Enesso, em Fortaleza, com a tese Serviço Social e Realidade Brasileira, nós, da PUC-SP, assumimos a direção da entidade e estimulamos outros cursos de Serviço Social a se organizarem. Atuávamos nas lutas específicas de nossa formação profissional articuladas às lutas mais gerais do movimento estudantil, vinculadas às lutas contra a ditadura e por um projeto emancipatório de sociedade, anticapitalista, anti-imperialista, socialista, incentivando nos cursos a livre organização estudantil. Nossa ação era voltada para um movimento de base, com representação de estudantes de cada turma junto ao CA, de deliberação de nossas pautas em assembleias regida pelo princípio da democracia operária, e atuávamos com formação política.

No curso de Serviço Social da PUC-SP havia mobilização e organização dos estudantes, e a direção do curso e o coletivo de professoras(es) era composto por setores progressistas, humanistas, democratas, que se colocavam contra a ditadura; assim, quando representantes da polícia se dirigiram ao curso para se informar dos nomes e paraderos de estudantes que ingressaram na clandestinidade, as professoras eram firmes e diziam em alto e bom som: “A escola é autônoma e não damos os nomes de nossas estudantes”. Entre essas professoras, posso citar Nadir Gouvea Kfoury, Marina Colombo de Bartolo e Suzana da Rocha Medeiros, que foram pioneiras na profissão, pois a Escola de Serviço Social da PUC-SP foi a primeira escola do país na área, fundada em 1936,

dez anos antes da Fundação da PUC-SP. Em 1971, as professoras encaminharam a incorporação do Curso de Serviço Social à PUC-SP que, até então agregada, passou a funcionar no Campus Monte Alegre. Nadir, Marina e Suzana foram respectivamente a primeira Reitora eleita em uma universidade no país – a PUC-SP; Coordenadora do Centro de Ciências Humanas e Diretora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUC-SP, o primeiro curso de pós-graduação da área no país. Na PUC-SP a Biblioteca e a Comissão da Verdade trazem o nome de Nadir Gouvea Kfoury e a sala P68 do prédio sede da Monte Alegre homenageia Marina Colombo de Bartolo. Se nas universidades públicas os dirigentes, em sua maioria, eram porta-vozes da ideologia de segurança nacional da ditadura militar e do imperialismo norte-americano, na PUC-SP contávamos, em muitos cursos, com dirigentes progressistas, alinhados com a Teologia da Libertação, que teve na América Latina uma expressão significativa na luta contra as ditaduras e opressões, pela consigna da ação preferencial pelos pobres, contra a desigualdade social. Por ocasião da prisão de mil estudantes em Ibiúna no XXX Congresso da UNE, foi a Madre Christina, do Sedes Sapientiae da PUC-SP quem organizou os pais dos estudantes para pressionar a quebra da incomunicabilidade a que estávamos submetidos(as) no presídio Tiradentes e, posteriormente, no Carandiru.

A Rua Maria Antônia, “O quadrilátero revolucionário”

A Escola de Serviço Social da PUC-SP ficava na Rua Sabará, o Curso de Arquitetura da USP na Rua Maranhão, o Curso de Psicologia da PUC-SP na Rua Caio Prado, os Cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da USP na Rua Maria Antônia, os Cursos de Ciências Exatas da PUC-SP na Rua Marquês de Paranaguá e o Curso de Medicina da Santa Casa na Rua Viridiana. Havia um conjunto de cursos da USP, da PUC-SP e da Santa Casa em um “quadrilátero revolucionário” e nós nos reuníamos para os enfrentamentos conjuntos na USP da Rua Maria Antônia, nossa referência.

Em 2 de outubro de 1968 fazíamos pedágio na Maria Antônia para arrecadar fundos para o XXX Congresso da UNE que se realizaria no mesmo mês, quando alguns estudantes do Mackenzie, na mesma rua, atiraram ovos em cima dos estudantes da USP. Iniciou-se o confronto que ficou conhecido como a “Batalha da Maria Antônia”. Os estudantes que iniciaram o confronto eram do CCC – Comando de Caça aos Comunistas, da FAC – Frente Anticomunista e MAC – Movimento Anticomunista. O confronto se ampliou com a presença de estudantes que se aglomeravam e ocorreu entre 3.000 estudantes do Mackenzie contra 2.500 da USP. As principais lideranças de esquerda naquele dia foram Luiz Travassos, presidente da UNE, e José Dirceu, presidente da UEE. A batalha de dois dias contabilizou dezenas de feridos e culminou com o assassinato do estudante secundarista José Carlos Guimarães com um tiro de fuzil. Desse episódio também fizemos uma grande passeata em São Paulo e, mais uma vez, em uníssono, ecoava “Mataram um estudante; podia ser seu filho”. O CCC era formado por um pequeno grupo de estudantes do Mackenzie mas que conseguiu de forma violenta realizar a provocação que culminou com o assassinato de Guimarães. Nesse período também ocupamos a Faculdade da USP na Maria Antônia contra a reforma universitária tecnocrática que estava sendo implantada nos moldes do acordo MEC-Usaid. Rapidamente, após esses fatos, a Faculdade foi transferida para o campus USP Butantã, onde as faculdades e cursos ficavam distantes uns dos outros para dificultar a livre organização, mas assim mesmo os(as) estudantes se organizaram e muitas ações foram travadas nesse período, entre elas a luta pela ampliação de vagas para os cursos, a ocupação do Crusp – Centro Residencial Universitário da USP, que reivindicava a ampliação de moradias estudantis e a luta pelo “bandeirão” de qualidade no restaurante universitário.

O movimento estudantil na PUC-SP Campus Monte Alegre

Em 1967 na PUC-SP ocorreu uma luta para a entrada dos(as) alunos(as) excedentes do vestibular,

em um acampamento na Rua Monte Alegre, que durou mais de um mês e obtivemos vitória parcial, com uma ampliação significativa do número de vagas. Em 1968 nos reuníamos no campus Monte Alegre os estudantes de vários cursos da PUC-SP, desse e de outros *campi*, para debater e unificar a luta estudantil que, naquele ano, se voltava contra a Reforma Universitária a ser implantada na PUC-SP que seguia, como em todas as universidades, o Acordo MEC-Usaid, o que nos levou à ação direta de ocupação da Reitoria, no prédio velho/sede para barrar essa reforma. Nós nos organizávamos no DCE livre para encaminhar as lutas específicas dos cursos e as lutas mais gerais dos estudantes da PUC-SP, articuladas às lutas da UEE e da UNE. Eram pontos de pauta na PUC-SP: formação profissional de qualidade voltada à realidade brasileira; redução do preço das mensalidades; acesso e permanência a todos os estudantes; ampliação do número de bolsas integrais para acesso e permanência dos(as) estudantes; restaurante universitário com preços acessíveis; moradia estudantil; democratização da universidade com participação paritária de estudantes, professores e funcionários nos órgãos colegiados; luta pelo ensino público, laico, gratuito e universal em todos os níveis do sistema educacional; incentivo à organização estudantil em todos os cursos, por meio do Centros Acadêmicos; pela participação no DCE livre da PUC, na UEE e UNE, como instâncias autônomas de organização e representação estudantil.

A convicção política e ideológica tomava conta de nossos corações e mentes aos dezenove anos de idade. Para irmos às passeatas, aos comícios-relâmpagos, aos atos públicos, às pichações, às barricadas, nos reuníamos e saíamos às ruas de forma organizada, com panfletos, faixas, bolinhas de gude para jogar nos pés dos cavalos das tropas policiais, bem como lencinhos com éter para nos proteger das bombas de gás lacrimogêneo e das de efeito moral nas passeatas e outras mobilizações de rua. Fazíamos manifestações no centro da cidade e em bairros com aglomerações populares como em Pinheiros, no Largo da Batata, e em Santo Amaro, em que, juntamente com operários e outros trabalhadores, lutávamos contra o arrocho salarial e solicitando às pessoas que aderissem à luta:

“Você aí parado também é explorado”, “Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão”, “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar...”.

A solidariedade às greves operárias de Contagem e de Osasco

Em 16 de abril de 1968 desencadeou-se a greve de Contagem em Minas Gerais, que significou uma referência para as lutas travadas a partir daí no país. Os estudantes de Minas participaram em solidariedade ativa às greves operárias de Contagem, que se dirigiram contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho. A origem das mobilizações em Minas se deu na fábrica Belgo-Mincira, onde os operários reivindicavam 25% de aumento salarial contra a proposta do patronato de 10%. A greve se espalhou e em poucos dias 20.000 operários cruzaram os braços. A repressão foi violenta e os trabalhadores retornaram ao trabalho e tiveram que aceitar os 10% de reposição das perdas salariais. Houve uma derrota econômica, fruto da repressão que os fez recuar, mas do ponto de vista da ação política essa greve foi referência para os demais trabalhadores do país.

A segunda greve operária do período foi a dos metalúrgicos de Osasco, à época o maior centro industrial do país, e que tinha a direção de dois grupos políticos, respectivamente, a FNT – Frente Nacional do Trabalho, influenciada pela Teologia da Libertação da Igreja Católica, e o Grupo de Esquerda – GE, cujas principais lideranças estavam vinculadas à VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. A linha política da FNT estava ancorada no sindicalismo de base, de lutas, a partir da organização do chão de fábrica, com um direcionamento mais voltado para a luta sindical, e o GE desenvolvia uma ação política mais ofensiva pelo fim ditadura militar. Porém, os dois agrupamentos lutavam contra o sindicalismo corporativista vindo do Estado Novo, dos anos 1930, da ditadura de Vargas, que se constituía por um sindicalismo atrelado ao Estado originário da Carta Del Lavoro, do fascismo na Itália de Mussolini. Essa estrutura sindical criada por Vargas estava consubstanciada na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, e as duas agru-

pações lutavam por liberdade e autonomia sindical, pelo direito irrestrito de greve, pela livre organização de todos os trabalhadores (os trabalhadores de serviço público eram proibidos de formar sindicatos, até a Constituição de 1988), pela organização de base nas fábricas, pela autossustentação financeira, pela solidariedade classista internacionalista, por um sindicalismo de base, democrático, de massas, autônomo e independente do Estado, dos partidos e do patronato.

A FNT e o GE se contrapunham aos “pelegos”, que compunham as direções sindicais impostas pela ditadura com base na estrutura sindical vigente e eram porta-vozes das classes dominantes, no seio do movimento operário, porta-vozes da ideologia da segurança nacional, de preservação da ditadura militar. Tão logo a greve de Osasco eclodiu, foi brutalmente cerceada pelo patronato e grande parte da liderança foi reprimida. As lições das greves, do ponto de vista político, foram centrais para o processo de politização da classe operária em relação à luta por um sindicalismo livre e na luta contra a ditadura. Para os estudantes, viver essa experiência de solidariedade ativa reafirmou nossa convicção política, ideológica e organizativa do ponto de vista classista e revolucionário.

O movimento estudantil no 1º de maio de 1968

Os operários de Osasco e do MOSMSP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, ocuparam a Praça da Sé no 1º de maio a ser realizado pelos operários pelegos e pela oficialidade da ditadura militar sob a organização e direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. É importante lembrar que esse sindicato teve como uma de suas lideranças o operário José Ibraim, que assumira a presidência da entidade em 1967, com 17 anos, preso posteriormente e um dos 15 militantes trocados pela soltura do embaixador americano sequestrado em 1969.

Essa “tomada da praça” ocorreu tendo por referência a greve de Contagem, pela direção combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e pelos operários que se organizavam no MOSMSP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que se contrapunham aos “pelegos” que dirigiam

o maior sindicato metalúrgico da América Latina: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O MOSMSP era constituído por militantes da esquerda católica e da esquerda revolucionária marxista, leninista e trotskista que teve um papel dirigente durante toda a ditadura militar e fundamental por ocasião das grandes greves operárias a partir de 1978 em uma direção classista socialista na fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, em 1981 e em sua consolidação. Uma CUT que nos anos 1980 cumpriu um papel de centralização e unificação das lutas da classe de forma autônoma e independente, muito diferente do giro hegemônico social-democrata dos anos 1990 e governista e estadista a partir de 2002, com o governo Lula.

No 1º de maio da oficialidade da ditadura e dos pelegos, durante a fala do governador biônico Abreu Sodré, que foi apedrejado, houve um tumulto e repressão mas não se conseguiu conter a passeata, que se dirigiu para a Praça da República com mais de 1.500 operários e aproximadamente 1.000 estudantes. Pela primeira vez um operário-estudante, José Campos (Zequinha) Barreto, falou em praça pública sobre a necessidade de o povo se armar para tomar o poder.

O movimento estudantil e as manifestações culturais

O ano de 1968 e os anos que o antecederam, já na ditadura, foram anos de muita atividade cultural de contestação, que o movimento estudantil acompanhou e na qual esteve presente. Desse período podemos citar as peças de teatro *Morte e Vida Severina*, com texto de João Cabral de Mello Netto e música de Chico Buarque, encenada no Tuca em 1967; *Arena conta Tiradentes*, *Arena conta Zumbi*, *Liberdade Liberdade*, *Opinião*, *Feira Paulista de Opinião*, *O Rei da Vela*, *Gracias Señor*, *Cemitério de Automóveis*, *Roda Viva*, tendo sido esta última, peça de autoria de Chico Buarque de Holanda, que sofreu agressões e atentados por parte do CCC que invadiu o teatro - imediatamente nós, estudantes, lá estávamos, em frente ao Teatro Ruth Escobar em solidariedade aos atores e ao diretor da peça, Zé Celso Martinez Correa.

Os festivais de música popular brasileira – MPB – lotavam o Teatro Paramount na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, com músicas de protesto e de chamamento à luta social sendo ovacionadas pelos presentes – entre os quais os(as) estudantes participavam em número significativo. O cinema novo, que já despontara na década anterior, se ampliava; a continuidade do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, com as “palavras-chaves” de politização, fazia parte de nossa atividade, e nosso hino nas passeatas, a canção “Pra não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, nos animava para a ação coletiva. Um ano de grandes mobilizações estudantis e operárias e de efervescência cultural, sem dúvida esse período firmou nossa consciência revolucionária.

A prisão dos(as) estudantes no XXX Congresso da UNE – Ibiúna

“Somos nós nossa força e nossa voz” era a palavra de ordem por nós entoada. A UNE, posta na clandestinidade, desde 1964, era nossa organização nacional estudantil autônoma e independente do governo. Radicalmente oposta à UNE dos anos 1990, que abdica de sua política de lutas imediatas e históricas, subordina-se à negociação na institucionalidade no governo neoliberal de FHC, de desastre para o país, e a partir do governo Lula, em 2002 se torna estadista, governista e perde seu caráter de entidade livre, autônoma e de lutas; trata-se da “UNE burocrática das carteirinhas”.

Chegamos à noite para o XXX Congresso da UNE, em 1968, que ocorreria em um sítio próximo à cidade de Ibiúna. Após várias horas de maratona, várias escalas, paradas, olhos vendados, pontos desmarcados, chegamos exaustos(as) ao sítio. Tomamos um “sopão” para poder dormir encolhidos(as) naquele frio danado. No dia seguinte, após a “filona do café”, mal iniciada a mesa de abertura, fomos surpreendidos(as) pela repressão. Nós, mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de “putas” e “vadias” pelos “gorilas” por termos conosco pílulas anticoncepcionais. Lutávamos contra a ditadura, contra o imperialismo,

contra o capitalismo, pelo socialismo, pelo direito à sexualidade, pela legalização do aborto e a decisão sobre nossos corpos, pela livre orientação sexual, o que já compunha as lutas feministas socialistas. Lutas lá em 1968 e da maior atualidade cá em 2014.

Fomos para Ibiúna como se fôssemos para a revolução. Um montão de erros: primeiro a posição que venceu (ser em Ibiúna). A AP defendia ser na USP, com sustentação de massa. Perdemos, e fomos para Ibiúna após vários pontos e consignas. Há muito tempo sabemos que o nosso esquema de segurança era frágil, mas à época nem duvidávamos: juponas, bonés, bolsas a tiracolo, ponchos, tênis gastos, uma revista na mão, óculos escuros, calças jeans desbotadas. De longe reconhecia-se um(a) militante estudantil de esquerda que sonhava e exercitava a luta pelo socialismo, e os nossos “pontos” não eram nada seguros. De fato não tínhamos ideia da força da ditadura, de seu poder, embora lutássemos contra ela. Os camburões ficavam a 14 quilômetros do sítio em que estávamos. Em filas, rapazes de um lado, garotas de outro, escoltadas pelos policiais, fomos andando e assobiando “Caminhando e cantando e seguindo a canção...”, música emblemática para nós, da esquerda, hino em nossas passeatas, seguido do corre-corre da polícia, dos cavalos, das bombas de efeito moral, do gás lacrimogêneo que, usados lá na ditadura, também o são na democracia burguesa contra os operários, sem-terra, sem-teto, estudantes, população de rua, mulheres, negros, pobres, lutadores, quilombolas, populações originárias, comunidades indígenas, contra todos os movimentos sociais de luta, de autonomia e de independência de classe que sofrem contra a exploração e a opressão. Diariamente os movimentos sociais têm sido reprimidos pela ação violenta da polícia que persegue e mata a população pobre, jovem, negra, trabalhadora, na violência do Estado que cada vez mais criminaliza os movimentos sociais, em um verdadeiro estado de exceção, o que nos leva a lutar no plano mais imediato pela desmilitarização da polícia.

As jornadas de junho de 2013 pela redução de tarifas impulsionadas pelo Movimento Passe Livre e, posteriormente, com outras reivindicações por saúde, educação e moradia, aglutinando até um milhão

de manifestantes no Rio de Janeiro, 500.000 em São Paulo e com milhares de pessoas em amplas mobilizações de norte a sul do país, em grandes, médios e até em pequenos centros urbanos, têm sido reprimidas pela polícia militar com anuência do estado opressor e de dominação; bem como têm sido reprimidas as manifestações referentes aos absurdos gastos com a Copa de 2014.

Quando presos(as) em 1968, fomos todos(as) para o presídio Tiradentes. Cerca de quarenta jovens mulheres em cada cela, no total de quatro celas femininas, pois éramos em torno de 150 garotas e 850 rapazes. O frio era intenso, dormíamos em “valete” para nos aquecer e nos sentirmos mais próximas umas das outras – a luta era uma só! O banheiro também era um só, ali mesmo, banho gelado! Estávamos incomunicáveis e não sabíamos nada do que se passava lá fora. Os carcereiros nos traziam comida fria em latas de cera. Era ruim... À noite, ouvíamos berros que depois soubemos que eram para criar um clima de terror (as torturas não se deram naquele momento; afinal, eram mais de mil estudantes). As grandes chaves tilintavam entre as grades pelas mãos dos carcereiros. Tudo isso, porém, não nos afastava da confiança e justeza de nossa luta.

Depois do AI-5 de 13 de dezembro de 1968, o terror se intensifica. Ali era apenas o começo. Somente pudemos sair para tomar sol no pátio com as presas comuns quando fomos transferidas para o Carandiru, as estudantes de São Paulo. Os(as) estudantes de outros estados foram enviados(as) para as prisões de seus estados. O dia em que levaram um(a) a um(a) de nós para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops, foi um dia de terror. Ficamos cada um(a) de nós sozinhos(as) em uma pequena sala, horas a fio, durante toda uma noite, aguardando para o depoimento. Ouvíamos berros e ficávamos apavoradas(os), envoltas(os) em nossos 19 anos. Vez por outra, na madrugada, um policial dizia para cada um(a) de nós: “Está ouvindo os berros? Se amanhã não falar tudo no depoimento será a sua vez de berrar”. Sabíamos que falaríamos a mesma coisa: éramos estudantes eleitos pelos estudantes para participar de um congresso que lutava pelos nossos

direitos. Tínhamos que resistir e não abrir nada sobre nossas organizações políticas; estávamos na ditadura.

A organização estudantil para o XXX Congresso da UNE ocorreu em um amplo processo de debate e discussão em cada sala de aula, em cada curso, em cada faculdade, em cada grêmio estudantil, em cada assembleia que elegeu seus delegados. Uma organização massiva para um congresso clandestino. Eis aí uma contradição que não poderia ser diferente. Muitos estudantes que defendiam que o congresso fosse em Ibiúna declararam posteriormente que se ele fosse realizado na USP a repressão teria sido a mesma.

A todo momento colocávamos a consigna: “Abaixo a ditadura!”. A grande maioria de nós, presa em Ibiúna, foi solta e enquadrada na Lei de Segurança Nacional que durante anos nos colocou em cerceamentos até o fim da ditadura, resultado das grandes lutas e mobilizações sociais pela democratização do país. Ficaram presos os nossos representantes de direções nacionais Luiz Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu, que só saíram da prisão e do país juntamente com outros 12 presos políticos em troca da soltura do embaixador americano Charles Burke Elbrick, sequestrado em 1969.

Na PUC-SP lutávamos contra a reforma universitária e pela autonomia e democracia universitária, como lutamos em 2006 contra o redesenho institucional e a intervenção da Fundação São Paulo, consagrada no novo estatuto em 2008, e contra a quebra da autonomia e democracia universitária, ocasião em que o Cardeal D. Odilo Scherer, arcebispo da cúria metropolitana de São Paulo, indicou a terceira e última colocada no pleito para reitor(a) em 2012, passando por cima da soberania das urnas. Pela primeira vez, desde 1980, o Cardeal não referenda nas eleições o(a) reitor(a) mais votado(a).

Em 1977 a PUC-SP abrigou a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que havia sido proibida de se realizar na Universidade Estadual do Ceará, assim como abrigou o III Encontro Nacional da UNE, que havia sido reprimido e não conseguiu se realizar na USP no campus Butantã, tampouco na Faculdade de Medicina, e teve como um único ponto de pauta a reconstrução da UNE. Mediante esses fatos, houve a inva-

são na PUC-SP, comandada pelo coronel Erasmo Dias e sua tropa de choque, que feriu muitos estudantes – três jovens tiveram queimaduras graves e aproximadamente mil pessoas foram presas. A reitora D. Nadir Kfoury disse ao coronel, quando este tentou cumprimentá-la: “Não dou as mãos a assassinos”. Logo após o Decreto nº 477, em 1969, inúmeros professores de universidades públicas foram aposentados compulsoriamente pelo governo civil-militar vigente. A PUC-SP, em 1979, abrigou vários acadêmicos perseguidos pela ditadura: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire, José Arthur Gianotti, Bento Prado Júnior e Paul Singer, com liberdade total para darem suas aulas, sem censura, como o regime previa.

Lutamos em 2007, no Estado democrático de direito, contra a invasão da Tropa de Choque com a autorização da reitora Maura Veras, assim como lutamos em 2012 contra a nomeação da terceira colocada no pleito a reitora, Anna Maria Marques Cintra, que publicamente em um debate assinou um termo de que não assumiria caso não fosse a mais votada e assumiu.

Lutávamos e lutamos contra o imperialismo e o capitalismo lá na ditadura e hoje na democracia burguesa contra a exploração e a opressão social de classe, gênero, raça/etnia.

O legado de 1968 e a continuidade na luta pela democratização do país têm em 1977 a retomada dos movimentos sociais, do movimento sindical classista com as grandes greves operárias, a Fundação da CUT autônoma e independente em 1983. É um período de grandes mobilizações e organizações sindicais, de organização dos movimentos populares, da reorganização do movimento estudantil, da ampla mobilização pela liberdade de expressão, manifestação e organização, contra a lei de segurança nacional e pela anistia

ampla, geral e irrestrita, momento que se caracteriza pela crise da autocracia burguesa no país.

A Apropuc, fundada há 38 anos, em 25 de setembro de 1976, é parte dessa trajetória de lutas, assim como o Andes (Sindicato Nacional), antiga Andes – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Na PUC-SP tivemos a conquista do contrato de carreira composto pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, que se encontra ameaçado com tabelas diferenciadas para o mesmo trabalho de professores, com a maximização do trabalho, demissões permanentes de funcionários(as), fechamento de turmas, com a redução de contratos de professoras em uma concepção de ensino e de universidade cada vez mais elitista e mercantil, e continuamos na luta...

O fio vermelho nos move

1968 nos traz lições com nossos erros, mas também a convicção teórica, política e ideológica de um **fio vermelho** que nos moveu e nos move na luta pela igualdade e pela liberdade: pelo fim da sociedade de classes, pelo fim da exploração do trabalho humano, do trabalho alienado, da opressão de qualquer ordem, da propriedade privada dos meios de produção, pela auto-organização dos indivíduos sociais livres, a luta pelo socialismo a que Marx denominou comunismo, na possibilidade histórica de luta contra a barbárie na direção da emancipação humana.

Lá e cá, o fio vermelho nos move. **Pv**

Maria Beatriz (Bia) Costa Abramides é Professora da Graduação e da Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e Diretora da Apropuc-SP.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Artigo-depoimento “O fio vermelho nos move”. *Jornal PUCviva*, Coluna Gauche na Vida, março de 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. São Paulo: Zahar, 2014.
- REIS, Marcela. A república utópica da Monte Alegre vive. Artigo publicado em 6 abr. 2014 no site da Agência Online da PUC. Disponível em: <<http://agemt.org>>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- REVISTA Coleção *Caros Amigos*. Fascículo 2, Revoltas Populares no Brasil – 1968, março de 2014.
- REVISTA *Contra a Corrente*. Dossiê a Ditadura de Ontem Vive na Repressão de Hoje. Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea. Ano 4, nº 7, 2012.



Manifestação estudantil: na frente, o ex-presidente da UNE, Honestino Guimarães, preso, torturado e assassinado pela Ditadura Militar. [Divulgação]

O movimento estudantil e a transição democrática brasileira

GISLENE EDWIGES DE LACERDA

Em países que enfrentam o autoritarismo os estudantes desempenham sempre um papel capital: lutam, denunciam, realizam passeatas, distribuem periódicos, enfrentam tropas policiais e até pegam em armas. Eles parecem ser, em muitas sociedades, o último reduto de coragem e indignação. Muitas vezes são movidos pelo voluntarismo e até parecem inconsequentes. Mas, em muitos casos, esse voluntarismo e essa inconseqüência fazem avançar a História.

Maria Paula Nascimento Araujo, *Memórias estudantis*. p. 17

Desde 1937, quando foi fundada a União Nacional dos Estudantes, o movimento estudantil tem sua trajetória mais claramente colocada no curso da história do país. As diferentes gerações e as

diferentes organizações políticas que passaram pelo movimento estudantil levantaram bandeiras, lutaram politicamente, criaram modismos e escreveram, cada geração a seu modo, trechos da história brasileira.

Da luta contra o Estado Novo, passando pela campanha “O Petróleo é Nosso”, pela defesa das Reformas de Base de Jango, pela resistência à Ditadura Militar, a luta pelas “liberdades democráticas” até o movimento dos “Caras Pintadas” e ações mais recentes, o Movimento Estudantil marcou sua presença na história do país. Neste artigo o foco é a análise da atuação deste movimento durante o processo de Transição Democrática vivido no país entre 1974 e 1985, percebendo neste momento histórico, como o movimento estudantil contribuiu para o “avançar da História”.

No período da transição, muitos intelectuais – do meio acadêmico ou militante –, compreenderam o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura ao criar uma “democracia fechada”. “Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura” (Araujo, 2007, p. 209).

Werneck Vianna, entre outros autores, afirma que é necessário falar de projeto e de processo de abertura. Para o autor, o “projeto” foi resultante de cisões no interior do próprio governo; mas em seu “processo” contou com muitas outras forças que interferiram em seu fluxo.

A década de 1970 presenciou um efeito “panela de pressão”, em que emergiram, no contexto de transição, muitos movimentos sociais, após anos de “silêncio” forçados pela ação repressora da ditadura civil militar, contribuindo para a concretização da transição democrática e pressionando o regime, que tinha o objetivo de controlar as rédeas do processo.

Assim, a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política dos militares, constitui um dos principais fatores a contribuir para uma transição para a democracia. O final da década de 1970 teve a marca de uma sociedade civil que se mobilizava ativamente em torno das diversas lutas que contribuíram para o fim da ditadura e para implantar a democracia no país.

Os militares afirmam ter controlado a esquerda com a dura repressão e que o país estava em uma situação segura para a transição na qual eles seriam os agentes

controladores. A oposição, no entanto, alargou os limites desse projeto de abertura dos militares e o transformou em um processo de intensa participação social.

De acordo com Barahona de Brito, uma questão central a se pensar na análise das transições é a relação de forças e poder que se estabelece entre os agentes favoráveis e contrários à implementação de medidas transicionais. Em termos gerais, para a autora, “quanto mais uma transição ocorre com a derrota da velha elite autoritária e dos agentes da repressão, maior é a margem de manobra para o desenvolvimento de políticas de verdade e justiça”. As transições por *ruptura* oferecem maior âmbito de ação, particularmente quando há derrotas em guerras, por forças tanto nacionais como estrangeiras. Em contraste, no caso das transições *negociadas* ou “pactuadas”, como o caso brasileiro, normalmente oferecem menor margem de ação, pelo fato de as forças dos regimes autoritários ainda vigorarem, de modo que a elite democratizadora tenha de se esforçar habilmente para reverter a balança de poder em seu favor (Brito, 2009, p. 64).

A ideia de pacto na transição se dá pelo fato de as maiores lutas democráticas, como a anistia e as Diretas Já, não terem sido conquistadas conforme era o desejo da oposição, mas negociadas com os militares em seus resultados. No entanto, o caráter negociado da transição brasileira não invalida o processo marcado pela ação dos movimentos sociais que interferiu no projeto dos militares e fez com que os limites pensados pelos militares fossem alargados.

Entre os movimentos sociais de significativa participação na luta política pelas liberdades democráticas destaca o movimento estudantil que contribuiu decisivamente ao longo do processo de abertura democrática. Nesse contexto havia a formação de nova conjuntura que demandava que novas táticas de oposição fossem preparadas pela esquerda. Era o momento da luta pelas liberdades democráticas.

Segundo Maria Paula Nascimento Araujo (2007, p. 211),

Essa luta não seria uma luta de enfrentamento, não seria uma campanha essencialmente militar. Ao contrário, seria uma luta de “resistência”, com bandeiras que atendessem aos anseios da sociedade

de. A nova tática se expressava numa “plataforma de lutas pelas liberdades democráticas”: pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra prisões arbitrárias, contra a censura, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos.

Frente a esse novo contexto de atuação encontramos o movimento estudantil com uma pauta de lutas dupla: por um lado, lutava pelas liberdades democráticas no país; por outro, lutava pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de Honestino Guimarães, seu último presidente, em 1973. Lutar pela reconstrução da UNE também significava uma luta por liberdades democráticas, era uma luta pela restituição do direito de organização social e reorganização estudantil, direito tirado dos estudantes desde que a UNE foi colocada na ilegalidade em novembro de 1964 através da lei Suplicy Lacerda.

O movimento estudantil foi palco dos principais debates em torno das concepções de luta democrática que fragmentava as esquerdas e que também ganhava proporções nas questões estudantis. Nessa polarização, encontramos, no bloco das “Liberdades Democráticas”, o PCB e o PC do B, seguidos do MR-8, a APMML e algumas organizações trotskistas, como a Convergência Socialista e a Liberdade e Luta. Esse grupo atuava em campanhas pelos direitos democráticos, como a liberdade de imprensa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela liberdade de organização e expressão; denunciando torturas, entre outras coisas. Valorizava também a disputa política eleitoral através de “candidaturas populares” pelo MDB. De outro lado, havia o grupo liderado pela PO, composto também pelo MEP. Era contra a luta democrática, por compreendê-la como reformista. Para esse grupo, levantar bandeiras de luta econômica evitava a “diluição reformista”.

Esse panorama mostra-nos a divergência existente entre esquerda plural que, por vezes, unia-se em prol da democracia. Essa fragmentação afetava diretamente o movimento estudantil, que possuía suas bases fortemente marcadas pelas organizações de esquerdas que, no interior do movimento, assumindo o

mesmo nome ou buscando denominações específicas para o meio estudantil, expressavam as ideias das diversas tendências de esquerda atuantes no período, polarizando o debate no interior do movimento estudantil e gerando divergências na condução de manifestações, na presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) e nas instituições estudantis locais como UEEs, DCEs e DAs.

Essa diversidade foi responsável pelos rumos tomados pelo movimento estudantil, que atuou fortemente na luta pelo fim da ditadura no Brasil, travando a bandeira “pelas liberdades democráticas”. Sendo assim, compreender as bases dessas tendências e os diferentes grupos de organização estudantil torna-se importante para compreender a luta pela democracia no Brasil, composta pelo movimento estudantil.

As lutas estudantis

Nessa fase de abertura foram vários os movimentos sociais de oposição, partidos e organizações de esquerda que atuaram alargando os limites da abertura “lenta, gradual e segura”, como o movimento sindical, as pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, o movimento de mulheres, o movimento negro, a imprensa alternativa e o MDB, entre outros. No entanto, os estudantes tiveram um papel central. Foram eles que iniciaram as primeiras manifestações de rua desde os anos 1968 e colocaram nelas as marcas da luta “pelas liberdades democráticas” mais radical, que, segundo Maria Paula Araújo (2007, p. 213), dificilmente teriam sem os estudantes.

A retomada das lutas estudantis teve como marco inicial importante o ano de 1975, marcado pelas mobilizações que surgiram em protesto pelo assassinato de Wladimir Herzog, que era jornalista e professor da USP. No mesmo ano, os estudantes de São Paulo conseguiram fundar o DCE Livre da USP, que recebeu o nome de Alexandre Vanucchi Leme.

Contudo o ano de 1977 foi o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas do movimento estudantil. O movimento estudantil voltou às ruas, realizando manifestações, e seguiu um caminho importante que o levaria à reconstrução da UNE.

No Rio de Janeiro o “Ato Público dos 5.000” da PUC foi um fato que marcou a história. Obviamente estava muito distante do nível de mobilização que atingiram passeatas como a dos “Cem Mil” em 1968. Entretanto era a primeira vez, desde a promulgação do AI-5, que os estudantes conseguiam reunir um contingente de pessoas como aquele. Era um avanço importante que sinalizava que o movimento estudantil havia voltado com força. Esse ato influenciou os estudantes da UFRJ, que começaram a se organizar fundando dos centros acadêmicos um a um e, posteriormente, o DCE da UFRJ em 1978.

Segundo a diretoria da UNE de 1980, na introdução a um livro com depoimentos de ex-dirigentes da entidade,

Em 1977 as ruas foram palco do primeiro grande marco da nova fase. A luta de verbas na USP repercutiu em todo o país, e com a prisão de estudantes e operários em maio deste ano, o clamor pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pela primeira vez colocado em praça pública, tomou conta do país. E, apesar dos jatos d’água, cassetetes, cães e bombas, as manifestações nas principais capitais dissiparam qualquer dúvida: a UNE jamais morreria e os estudantes brasileiros preparavam o melhor momento de sua reconstrução. (1980, p. 9)

Em São Paulo, a prisão de militantes do MEP levou os estudantes para a rua para protestar, no ato que ficou conhecido como a “Passeata do Viaduto do Chá”. Foi o marco da retomada das ruas pelos estudantes de São Paulo. O ato seguinte foi agendar um Dia Nacional de Lutas pelas Liberdades Democráticas, que mobilizou o movimento que foi para a rua e realizou inúmeras ações durante todo o dia 19 de junho por todo o Brasil.

Com o intuito de reconstruir a UNE, os estudantes, em 1977, realizaram três versões do III ENE: uma em Belo Horizonte e duas em São Paulo, na USP e na PUC. Em junho de 1977, na Universidade Federal de Minas Gerais, estavam estudantes do país todo indo em direção à capital mineira. No entanto, o governador do estado, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas superiores de Belo Horizonte. O reitor da UFMG, além de proibir

o evento, decretou recesso das aulas e administrativo nos dias 3 e 4 de junho. As tropas policiais impediram o acesso à cidade dos ônibus de caravanas que chegavam de outros estados. O Exército cercou o Diretório Acadêmico de Medicina, local onde se realizaria o encontro, de modo que quem estava dentro não podia sair e aqueles que conseguiram chegar até o local não podiam entrar, aglomerando-se em frente ao DA. Em determinado momento, a polícia investiu contra eles. Como resultado, o encontro não foi realizado e mais de 400 pessoas foram presas.

Depois desses acontecimentos em Minas Gerais, os estudantes marcaram o III ENE para setembro do mesmo ano, na USP. O coronel Erasmo Dias, então secretário de segurança pública de SP, no dia marcado para o ENE, ocupou com as tropas toda a cidade universitária, declarou recesso na USP e colocou policiais nas vias de acesso à USP. Alguns estudantes se reuniram na faculdade de Medicina, que ficava fora do *campus*, para discutir como realizar o ENE com a USP fechada pelas tropas, porém um novo cerco policial se fez em torno da faculdade de Medicina e os estudantes foram presos. O coronel acreditou ter impedido a realização do ENE e logo em seguida liberou muitos estudantes.

Mas um esquema alternativo clandestino foi montado. A autora Maria Paula Araujo (2007, p. 224) mostra que muitos estudantes que conseguiram fugir do cerco policial se deslocaram em seguida até a PUC, onde se reuniram e decidiram realizar um congresso rápido, concentrado, com apenas um ponto de pauta: reconstruir a UNE.

A estratégia empregada pelos estudantes foi muito engenhosa. Enquanto era realizada, num auditório da PUC, uma assembleia metropolitana de estudantes para decidir medidas de protesto ao cerco policial da USP, os delegados de outros estados e representantes de entidades estudantis paulistas realizavam, clandestinamente, numa sala de aula, o III ENE. (Araujo, 2007, p. 224)

Os estudantes estavam sentados na sala como alunos, tendo à frente um dos militantes que fingia ser um professor, para que quem passasse do lado de fora não suspeitasse de que não se tratava de uma

aula comum. Em quase uma hora de congresso, eles criaram a Comissão pró-UNE e logo saíram apressadamente da PUC comemorando que haviam vencido e driblado as forças policiais.

No entanto, quando a notícia da realização bem-sucedida do III ENE foi veiculada no rádio, o coronel Erasmo Dias sentiu-se atingido. Como resposta, invadiu com as tropas a PUC, que foi totalmente depredada – quebraram vidros e portas, destruíram salas, restaurante e biblioteca –; houve muito pânico e tumulto, estudantes foram espancados pela polícia, pisoteados, feridos e sufocados pela fumaça das bombas. No entanto, os caminhos para a reconstrução da entidade de representação estudantil – UNE – foram definidos.

Na sua pauta dupla, os estudantes, paralelamente à busca da reconstrução da UNE, envolveram-se na luta pela Anistia política, que teve início em 1978. Segundo Daniel Aarão, a luta pela anistia foi empreendida por pequenos grupos de familiares e amigos de presos e exilados, trabalhando em condições de extremo risco, porque sujeitos ao total arbítrio da ditadura ainda vigente. A ideia da anistia ia progredindo lentamente no Brasil entre diversos grupos como estudantes, intelectuais, artistas e formadores de opinião (Reis, 2004, p. 47).

Foram fundados comitês pela Anistia em todo o país e sua atuação nas principais cidades brasileiras foi sendo ampliada. No final de 1978, aconteceu em São Paulo o 1º Congresso Nacional da Anistia, no qual foi lançada a palavra de ordem: “anistia ampla, geral e irrestrita”. Os estudantes atuaram no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o principal órgão de luta pela anistia, criado pelo movimento popular em várias cidades brasileiras. Nas manifestações de rua promovidas pelos estudantes, que ganharam folego em todo o país, a bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita” aparecia sempre ao lado da luta “pelas liberdades democráticas” e das lutas mais específicas do movimento.

Em outubro de 1979, o presidente Figueiredo encaminhou um projeto sobre a Anistia para o Congresso, que foi aprovado em uma disputa acirrada. Porém, a Anistia não contemplava a todos, pois não abrangia os participantes da luta armada e não reconheceu os mortos e desaparecidos políticos. Além disso, a Lei da Anistia, que foi aprova-

da em agosto de 1979, apresentava uma dualidade: era uma anistia recíproca, em que foram anistiados torturados e torturadores.

Após a realização do III ENE, onde foi criada a Comissão nacional Pró-UNE, o próximo passo do movimento estudantil foi realizar um congresso para, efetivamente, reconstruir a entidade representativa dos estudantes. O Congresso de Reconstrução foi realizado em maio de 1979, em Salvador. Era o XXXI Congresso da entidade. Ruy César era presidente do DCE da UFBA e organizou toda a logística do congresso. Conseguiu o centro de convenções da Bahia junto ao governador Antonio Carlos Magalhães, mesmo com parte da direção do movimento estudantil contra, pois não queriam negociar com um governador nomeado pela ditadura militar. A hospedagem para as 5 mil pessoas esperadas no congresso foi em casas de famílias que se inscreveram para receber os estudantes.

Segundo os dirigentes da UNE de 1980, em livro editado com o depoimento de ex-militantes,

O Congresso de Reconstrução em maio de 1979 – Salvador, Bahia – foi classificado na sua abertura como continuidade do 31º Congresso, feito na clandestinidade em 1971. Homenagem a Honestino Guimarães, último presidente, “desaparecido” pela Ditadura Militar, foi o exemplo maior de bravura, do suor e sangue empregados para manter a bandeira da UNE de pé. O grande apoio dado pela população de várias cidades e a presença marcante de entidades representativas de diversos segmentos sociais comprovaram que a UNE, uma conquista dos estudantes, mora também no coração do nosso povo. (1980, p. 9)

O Congresso de Reconstrução da UNE aprovou, após muitas discussões, a Carta de Princípios da UNE. Cada tendência havia preparado uma proposta. Eram 15 cartas diferentes, uma missão impossível de unificar e as tendências eram irreduzíveis, querendo que a sua carta fosse aprovada como carta de princípios da UNE.

No Congresso, houve um momento de forte tensão quando um atentado com bombas deixou no escuro o salão do Centro de Convenções. Foram lançadas bombas de pó químico e a energia elétrica foi cortada. Os depoimentos de várias pessoas presentes naquele momento

narram que a direção resolveu organizar um coro de 100 pessoas e pediu a elas que repetissem, palavra por palavra, o que se dizia, para que toda a plenária ouvisse.

Em 29 de maio de 1979, através de uma votação formal durante o Congresso de Salvador, a UNE foi reconstruída. No Congresso decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da entidade e para encaminhar as eleições foi tirada uma diretoria provisória. No mês de outubro foram realizadas as eleições por voto direto em todo o país. Ruy César, candidato à presidência da entidade pela coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B, foi vitorioso e tornou-se o primeiro presidente da UNE após a sua reconstrução.

Além da anistia, outra grande conquista foi o fim do AI-2 e o retorno ao pluripartidarismo no país e a fundação de vários partidos, antigos que se refundaram ou novos partidos, como o caso do Partido dos Trabalhadores. O PT congregou diversas forças políticas da sociedade para seus quadros, entre eles os estudantes oriundos dos diferentes grupos políticos de esquerda estudantil que se envolveram na proposta da criação de um partido dos trabalhadores.

Diante da nova conjuntura brasileira de pluripartidarismo, a anistia dos presos políticos, o fim do AI-5 e a reconstrução da UNE, os estudantes se envolveram em uma nova luta junto com toda a sociedade: o retorno das eleições diretas para a presidência da república – as Diretas Já. A campanha pelas eleições diretas motivou inúmeros comícios e manifestações por todo o país e contou com a presença constante do movimento estudantil.

No entanto, a Emenda Dante de Oliveira havia sido derrotada, e os partidos políticos recém-criados encaminharam uma nova solução: a opção era a realização de uma eleição indireta, por Colégio Eleitoral composto por parlamentares. Os partidos apresentariam os candi-

datos e o Colégio Eleitoral escolheria o novo presidente. As negociações políticas entre os partidos lançaram dois candidatos: Paulo Maluf e Tancredo Neves.

A União Nacional dos Estudantes começou uma intensa discussão sobre apoiar ou não a candidatura de Tancredo Neves. A decisão da entidade foi por apoiá-lo, apesar da polêmica criada em torno do tema, que não foi unânime entre as tendências do movimento estudantil. Em janeiro de 1985, a chapa de Tancredo foi vencedora com grande vantagem. A eleição de Tancredo, apesar de sua característica de uma solução negociada elitista, apresentava uma grande simbologia. Tancredo Neves representava a possibilidade de que, após anos de governos militares, um civil que não esteve envolvido no governo ditatorial pudesse subir ao poder. Entretanto, ele adoeceu e faleceu antes de assumir a presidência, que foi ocupada por seu vice, José Sarney, político de tradição conservadora, em 15 de março de 1985. Pouco após sua posse, Sarney restabeleceu as eleições diretas, legalizou os partidos comunistas e aprovou o voto para analfabetos.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira e a opção negociada pelo fim da ditadura, e a morte de Tancredo, o retorno do país à via democrática foi marcado pela negociação e pela frustração. No entanto, não se pode negar que o processo de transição congregava avanços significativos em várias áreas, principalmente no campo dos direitos políticos. E esses avanços tiveram na participação da sociedade civil organizada e no movimento estudantil dois dos seus principais sujeitos na conquista. **Pv**

Gislene Edwiges de Lacerda é Mestre em História pela UFJF; Doutoranda em História Social, PPGHIS – Instituto de História – UFRJ; autora do livro *Memórias de Esquerda: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985* (Editora Funalfa, 2011) e Professora de História no Colégio São Domingos – Associação São Paulo.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula N. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- VIANNA, Werneck apud ARAÚJO, Maria Paula N. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BRITO, Alexandra Barahona (org). Verdad, Justicia, memoria y democratización en el cono sur. In: *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón u olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.



A passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro, em 1968. [Divulgação]

A conjuntura política no imediato pós-golpe de 1964 e o PCB¹

MILTON PINHEIRO

Escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico.

Antonio Gramsci

O presente artigo tem por objetivo debater os acontecimentos políticos no imediato pós-golpe de 1964, procurando entender as ações dos golpistas a partir da consolidação do governo autoritário consubstanciada em suas medidas discricionárias e, ao mesmo tempo, examinar os passos iniciais desenvolvidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para combater a ditadura burgo-militar, compreendendo essa caracterização como uma categoria analítica que serve para explicar o papel dos segmentos sociais envolvidos no golpe de 1964. Portanto, foram as frações de classe da burguesia (bancária e industrial) em conjunto com os segmentos militares reacionários que operaram o golpe para ter o controle do poder

a partir das questões pertinentes às funções de Estado, interesses de classe, burocracia estatal com vínculos de classe, porém, com relativa autonomia, junções dos interesses de frações de classe da burguesia com o papel ideopolítico das camadas militares, para explicar o golpe/ditadura. (Pinheiro, 2014, p. 30)

O imediato pós-golpe burgo-militar

O cenário político brasileiro logo após o golpe de 1964 demonstrou que a ditadura não tinha vindo para fazer pequenos arranjos institucionais e modificar a correlação de forças no campo da disputa política, que se manifestava desfavoravelmente

antes do golpe para os segmentos conservadores. A ditadura visava estabelecer outro modelo de gestão para o poder estatal. “A partir de 1964 os militares e os tecnocratas [representando a burguesia] assumem, portanto, o centro real e formal do poder político e o processo de decisão e execução das políticas públicas” (Borges, 2007, p. 34).

Os golpistas encastelados no poder prepararam um conjunto de medidas político-institucionais, ações policiais e militares para impor a repressão, amplo pacote de medidas econômicas e profundo ataque aos direitos trabalhistas tendo como medida central um violento arrocho salarial, visto como uma questão prioritária para reorientar a economia e combater a inflação. “O terceiro grande instrumento do programa anti-inflação depois da redução do déficit público e do controle mais rigoroso do crédito foi a política salarial” (Skidmore, 1988, p. 77).

As bandeiras do nacional-desenvolvimentismo foram suprimidas para facilitar as ações e os privilégios da burguesia brasileira associada à burguesia internacional com vistas à formação de um novo ciclo de acumulação para esse capital, mas, também, como forma de quebrar a resistência autárquica de uma fração que se pretendia nacional, exclusivamente pelas fortes ligações que mantinha com João Goulart como pretense herdeiro político do varguismo. Ao lado dessas preocupações dos golpistas, também se afirmava, dentro do governo autoritário, uma política no sentido de impedir qualquer espaço que permitisse articulações advindas da procura por liberdades democráticas. Os canais de interconexões dos setores populares foram fechados pelo poder institucional do autoritarismo.

A LSN visava à defesa contra o tipo de “guerra interna” que supostamente ameaçara o Brasil durante o governo Goulart. Novas penalidades eram previstas agora para os responsáveis por guerras psicológicas ou para promotores de greves que pusessem em risco o governo federal. A linguagem e os conceitos da lei provinham das doutrinas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra da qual Castelo fora ativo participante. O presidente e [as] forças armadas estavam obrigando todos os brasileiros a seguirem as doutrinas que, segundo eles, salvaram o Brasil em 1964. (Skidmore, 1988, p. 120)

Continuava, agora, de forma completamente diferente o ciclo de rearranjo do capital para compensar as perdas que em tese tiveram mediante as conquistas populares sobre o Estado brasileiro, em especial, a partir do segundo mandato de Getúlio Vargas. Só que agora com o aparato de Estado garantindo a expropriação, sem a anterior dicotomia entre frações pretensamente nacionalistas e uma articulação burguesa que se conjugava com a burguesia internacional e que era caracterizada como entreguista dentro da economia brasileira. Para isso,

O regime político instaurado pelo movimento militar de março de 1964 tem como programa econômico, expresso no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG –, a restauração do equilíbrio monetário, isto é, a contenção da inflação, como recriação do clima necessário à retomada dos investimentos públicos e privados. (Oliveira, 2003, p. 93)

A disputa entre as frações da burguesia e a anterior subalternidade das forças de esquerda, com pretensões hegemônicas, diante dessa disputa interclassista não se colocou de forma autônoma; contribuiu para fortalecer o movimento dos golpistas em virtude de seus impasses.

A representação das esquerdas ainda se mostrava extremamente frágil para dar sentido a um projeto de resistência popular. O golpe burgo-militar, de caráter bonapartista, institucionalizou-se no comando da República. O cenário político era marcado pelo aprofundamento da repressão com cassações, prisões, afastamentos e expurgos da vida pública e com uma insana violência física que gerou, desde os seus primeiros momentos, assassinatos (Ieve, Dossiê Ditadura, 2009).² O golpe veio para tirar da movimentação política uma articulação, que se pretendia nacionalista, que tinha interesse em preservar a burguesia interna com o seu incipiente e vacilante projeto de nação, ao mesmo tempo que visava impedir o avanço das lutas populares em defesa das reformas de base e impor barreiras para qualquer situação que denotasse vinculação com as liberdades democráticas ou ligação com as ideias comunistas.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham

dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo mui mais difícil. (Skidmore, 1988, p. 45)

O imediato pós-golpe presenciou, pela facilidade com que as forças reacionárias implementaram os seus interesses e através de métodos de exceção, a imposição de diversos Atos Institucionais baixados pelo alto comando burgo-militar do movimento golpista. Nesse ambiente de autoritarismo foi baixado o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, e que já continha medidas de exceção, redigido pelo mesmo jurista que criou a Carta Autoritária do Estado Novo: Francisco Campos. A partir desse momento, saíram as listas de cassados pelo AI-1 que atingiram em cheio figuras do governo deposto, bem como importantes militantes da esquerda brasileira: João Goulart, Darcy Ribeiro, Jânio Quadros, Waldir Pires, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes, Osvaldo Pacheco e tantos outros. Quem encabeçava essa lista era a figura emblemática do secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes.

A perseguição política da ditadura prosseguia com o esmagamento das entidades estudantis, avançava com ações para acabar com a estabilidade dos trabalhadores...

Pouco depois, o General Castelo Branco, indicado pelas forças reacionárias para assumir a Presidência da República, foi eleito pelo Colégio Eleitoral, no dia 11 de abril, com votos do PSD,³ da UDN, e até do PTB,⁴ com abstenções e algumas ausências. Contudo, é necessário registrar que esse Colégio Eleitoral já não tinha a presença dos quadros políticos que faziam oposição aos golpistas.

A perseguição política da ditadura prosseguia com o esmagamento das entidades estudantis, avançava com ações para acabar com a estabilidade dos trabalhadores ao criar o instrumento compulsório do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Constituiu um arcabouço de repressão política para dirigir a estrutura autoritária ao formar o SNI (Serviço Nacional de Informação). No plano da ação econômica, a ditadura, em articulação com os Estados Unidos, implementava, através do Ministro Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) e do Ministro Roberto Campos (Planejamento), uma célere modificação na ordem econômica. “Após consolidar a tomada do poder e centralizar a autoridade no executivo, Castelo Branco e seus companheiros [...] voltaram-se para os males econômicos do Brasil” (Skidmore, 1988, p. 68).

A relação capital/trabalho sofreu intervenção do governo golpista com a instituição de medidas que afirmaram a lógica da exploração do trabalho.

Enquanto institucionalmente o regime militar buscava consolidar a nova ordem, do ponto de vista da regulação capital-trabalho, editava uma série de leis e decretos com o objetivo de implementar a “disciplina do trabalho”, violando conquistas e direitos, fruto da luta de várias gerações. Ainda em junho de 1964, a Lei 4.330, sob o pretexto de regular o direito de greve assegurado pelo Artigo 158 da Constituição de 1946, o novo governo estabelecia uma série de normas que praticamente tornava inviável a realização da greve. No Artigo 5º a Lei determinava que a greve deveria ser aprovada, em escrutínio secreto, por um quórum correspondente a um mínimo 1/8 dos associados, nas entidades com mais de cinco mil profissionais na base. Nessas circunstâncias, deveria estar presente um funcionário do Ministério do Trabalho e as decisões teriam obrigatoriamente que ser encaminhadas ao Delegado regional do Trabalho. (Costa, 1997, p. 113)

Nesse período do curto pós-golpe, a ditadura realizou, em outubro de 1965, eleições para 11 (onze) governos estaduais. Foram eleições diretas cujo resultado não foi nada favorável aos golpistas. A base política do novo regime foi derrotada em cinco Estados da Federação: Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina. Após esse episódio o governo discricionário percebeu que era muito

complicado manter essas brechas democráticas diante da possibilidade de setores oposicionistas conseguirem o apoio das massas, portanto, a regra foi mudada para eleger governadores pelos Colégios Eleitorais.

Maria D'Alva Kinzo (1994) analisa, após esse processo eleitoral, que a linha-dura do regime tentou impedir, ao lado dos governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, em articulação com o Presidente da República, a realização dessas eleições estaduais.

Uma avaliação política mais consistente identificava que esse era o interesse da base burgo-política dos golpistas, representados no caso pelos governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, porque sabiam que iam perder as eleições nos seus respectivos Estados, ou seja, Minas Gerais e Guanabara. Rapidamente, um movimento interno ao regime, diante dessas circunstâncias, tentou apartar do poder o General Presidente Castelo Branco, que precisou contar com a intervenção do General Costa e Silva em seu apoio.

A Arena se constituiu para representar os interesses da ditadura, como braço da burguesia golpista e dos Estados Unidos...

Apesar da ação de Costa e Silva para proteger o presidente, a linha-dura por ele representada impôs um acordo que em muito beneficiava esse setor dentro da estrutura do regime. Esse braço policialesco das Forças Armadas, agindo como gendarme da burguesia, cresceu em importância dentro do sistema, terminando por impor, a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2), a extinção dos partidos e a construção de uma ordem política bipartidária com o surgimento da Arena⁵ e do MDB⁶. Estava, assim, substituído o pluripartidarismo, ficando a cena política institucional restrita, a partir daquele momento, aos partidos fantoches: um partido para representar o governo, a Arena, e outro para representar a oposição consentida, o MDB.

A Arena se constituiu para representar os interesses da ditadura, como braço da burguesia golpista e dos Estados Unidos. A oposição consentida, representada pelo MDB, operava em um pequeno teatro no qual o governo permitia manifestações dentro da ordem. É importante observar que o General Presidente, no momento posterior ao golpe, afirmou que aquela ação militar era para preservar o “Estado de direito e a democracia”. Essa falácia se transmutou rapidamente para uma prática que consolidava o Estado de exceção.

As medidas de exceção colocaram em xeque o discurso que inaugurou o assalto ao poder. O autoritarismo golpista ia aperfeiçoando seu sistema, confeccionado uma lógica de segregação da democracia e permitindo ao General Presidente tomar, a partir da conduta bonapartista, medidas discricionárias de grande impacto. O bloco de forças no poder era definitivamente composto pela burguesia interna consorciada ao imperialismo norte-americano, tendo, como extrato social-burocrático para gerir o Estado, as Forças Armadas. No entanto, aos poucos a burocracia militar começou a dar sinais de autonomização na gerência do Estado.

A política como instrumento da mediação das relações de poder estava suprimida. Em seu lugar aparecia a doutrina desenhada pela Escola Superior de Guerra (ESG),⁷ inspirada nas pautas formuladas pelas academias militares dos Estados Unidos. Todo esse complexo contexto político foi analisado e interpretado pelas formulações do “autoritarismo burocrático” apresentado por autores como Guillermo O'Donnell (1988). Todavia, para efeito de pesquisa, outros autores vão debater essa temática a partir de perspectiva diferenciada: Florestan Fernandes (1982) e Alfredo Stepan (1986).

Nessa discussão sobre as características e a natureza do regime é importante refletir sobre qual cabedal ideológico dirigia a vontade política dos militares para que fosse implementado aquele golpe. Esse movimento foi orientado por quais interesses?

Lançadas as bases, os militares podiam agora levar adiante seu projeto segundo as linhas traçadas na Grande Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional. Para além da mobilização geral das for-

ças repressivas do novo Estado, tal política – em conformidade com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional – tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar. (Alves, 1985, p. 56)

Nos estudos da pesquisadora Maria Helena Moreira Alves (1985) aparecem pistas de como se colocavam os interesses desse extrato burocrático militar dentro do aparelho de Estado e o que contribuiu para esse desenlace. Na análise desenvolvida por Marcos Vinícius Menezes (2002) pode-se identificar, para adensar a reflexão em curso, que esse segmento dirigente golpista, ou seja, os militares, realizara um golpe também para servir aos interesses da burguesia brasileira consorciada com a burguesia internacional, em especial aquela sediada nos Estados Unidos.

Os gerentes dos cofres públicos brasileiros voltaram a ser os americanófilos Roberto Campos (Ministro do Planejamento) e Otávio Gouvêia de Bulhões (Ministro da Fazenda). Os Estados Unidos, que sabotaram de “n” maneiras o governo Goulart no que se referia à concessão de empréstimos, abriram suas portas para o novo regime por ele apoiado. Já nos primeiros meses do governo Castelo Branco, uma avalanche de dinheiros vindos dos Estados Unidos, ou sob sua influência, inundou os cofres públicos brasileiros: nos dias 16 de abril de 1964, 14 de julho de 1964 e 14 de abril de 1965, os Estados Unidos enviaram para o Brasil, respectivamente, 4 milhões, 883 milhões e 300 milhões de dólares, sob o título de empréstimos. Em 13 de maio de 1965, o FMI emprestou mais 125 milhões de dólares. Era o início da bola de neve do endividamento externo. Em troca, o Brasil revogou a Lei de Remessa de Lucros sancionada por Jango, abrindo ainda mais o caminho para o capital especulativo multinacional; enviou tropas brasileiras à República Dominicana, que estava em guerra civil; rompeu relações diplomáticas com Cuba e assinou um tratado de compra da AMFORP por 135 milhões de dólares. (Menezes, 2002, p. 185)

Confirma-se, assim, que o principal país imperialista tinha tido participação ativa nesse processo golpista. Portanto,

É certo que há uma estratégia global dos Estados Unidos na fase atual do imperialismo, mas não

existe uma e sim várias táticas dos Estados Unidos. Os Estados Unidos adquiriram longa experiência na repressão dos povos e no desempenho da função de polícia das burguesias ocidentais. Mas não costumam empregar todos os recursos no mesmo negócio e, em matéria de estratégia, não apostam em uma única carta.

Em verdade, os Estados Unidos conservam sempre várias cartas na mão. É claro que, para eles, as cartas não são todas equivalentes; há algumas que eles preferem a outras, se bem que, muitas vezes, joguem simultaneamente com todas elas. Mas isto quer dizer que a estratégia empregada pode adaptar-se a várias soluções nos países dentro da sua zona de influência. (Poulantzas, 1978, p. 29)

Mas também,

Acrescente-se a isto um segundo elemento, quanto à estratégia mundial dos Estados Unidos. Refere-se à extensão do espectro das soluções consideradas aceitáveis ou toleráveis para este ou aquele país, numa região do mundo [...] (Poulantzas, 1978, p. 30)

Em conjunto com essa união ao imperialismo, a ditadura recrudescer a repressão sobre todo e qualquer movimento e partido que apresentasse a mínima oposição a esse projeto. Não apenas o Partido Comunista Brasileiro foi atingido fortemente por essas medidas, como também ela atingiu, em especial, os sindicatos, lutadores sociais, militantes políticos e ações de oposição no campo e na cidade. Os dissidentes do PCB que se prepararam para ações armadas de maior consistência contra o regime burgo-militar passaram a ser alvos prioritários dessa repressão.

As turbulências desencadeadas na cena política em 1968 serviram de pretexto para a consolidação da “linha-dura” do regime e a especialização da repressão. Como examinou Gorender (1987), a corrente extremista no interior das Forças Armadas vinha se fortalecendo desde a crise político-militar de outubro de 1965.⁸

O aparato repressivo do Estado de exceção aprofundou seu dispositivo tático contra as vanguardas armadas. Afirmava-se no bloco governista a linha-dura das Forças Armadas com o afastamento de setores burgueses que participaram do golpe e que agora estavam sendo marginalizados no processo, in-

clusive com afastamento de políticos que foram articuladores do golpe e que, nas rusgas internas, haviam colocado alguma restrição à condução do processo, a exemplo de Adauto Lúcio Cardoso (presidente da Câmara dos deputados) e Carlos Lacerda, que tentava criar um novo instrumento político.

Carlos Lacerda, que renunciara à sua candidatura presidencial pela UDN em 1965, decidira agora criar um novo veículo para as suas ambições políticas. Como havia apenas dois partidos legais, a situação impunha que se recorresse com habilidade a um circunlóquio. Ele batizou seu novo movimento com o nome de *Frente Ampla*. Mas como nunca havia feito proselitismo em âmbito nacional, precisava aliar-se a políticos largamente conhecidos no país. As escolhas óbvias eram Juscelino e Goulart, não obstante a antiga hostilidade de Lacerda a ambos. (Skidmore, 1988, p. 114)

Os impasses políticos do PCB

É nesse lapso das defecções políticas do regime que o PCB se articula para entrar em combate político, no entanto, um combate político no campo das articulações de uma frente de resistência para derrotar a política da ditadura através de ações de massa. Começava uma dupla movimentação tática do PCB: ação política no campo da frente única e a organização de suas bases sociais para mobilizar os trabalhadores e comunidades populares. Nesse interregno, entre o golpe burgo-militar e o estabelecimento da violência do Estado, apresentou-se dentro do PCB um rotineiro e insuperável debate sobre os impactos do movimento golpista e as formulações que deveriam orientar o partido. Na falta de uma interpretação mais densa teoricamente, o núcleo dirigente não percebia que a linha da Declaração de Março e as resoluções do V Congresso tinham levado o PCB a uma derrota política no plano da luta de classes e a uma desarticulação do aparato orgânico em virtude das dissidências. Portanto,

No centro dessa visão tático-estratégica – a revolução em etapas –, colocava-se a tarefa da realização da etapa democrático-burguesa da

revolução, que viria exatamente como resultado da luta antifeudal e anti-imperialista. O elemento fulcral dessa definição tático-estratégica dos comunistas era a aliança com os chamados “setores democráticos e progressistas” de uma “burguesia nacional”, que estaria em contradição com o imperialismo. (Mazzeo, 2003, p. 159 e 160)

Esta visão era a voz corrente daqueles segmentos internos que se colocavam contra a maioria do Comitê Central, capitaneada por Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias: este último já se mostrava muito forte na definição das políticas do partido. O PCB agia em diversas frentes no sentido de preservar o aparelho e, ao mesmo tempo, tentava reagir politicamente aos desdobramentos do golpe, tentando entrar na luta em todas as frentes (interna e externa) para começar o combate. Esse procedimento, apesar das nuances aqui levantadas, era centralmente definido pela maioria do Comitê Central como uma ação de articulação política. No entanto, as contradições internas, as especulações em torno da linha política e a derrota sofrida (sem luta pelo partido), o colocavam em diversas frentes de ação. Contendas internas e batalhas na sociedade: esse era o centro da atuação que deveria movimentar o operador político dos comunistas brasileiros diante da necessidade de lutar contra os golpistas de plantão naquele momento. Apesar dos erros,

Com o golpe de Estado, o partido se vê obrigado a reavaliar suas posições, fazendo uma autocrítica em relação às ilusões para com os militares e em relação à exagerada submissão diante do setor da “burguesia nacional” que estava no poder. Em documento de 1967, no qual realiza um balanço analítico sobre as razões do golpe de Estado, o PCB, apesar de ratificar as resoluções de 1958-1960, acentuava que havia falhado na construção e na soldagem de um bloco político nacionalista que desse maior apoio ao governo. (Mazzeo, 1999, p. 134)

Foi nesse quadro político e orgânico que se consolidou a hegemonia de um núcleo dirigente que agia para superar o momento de ruptura interna e aprovar uma linha política pautada, primeiro, na resistência democrática e, depois, na construção de uma frente

política que seria orgânica aos setores nacionalistas, democráticos e progressistas.

Diante do acirramento dessas frentes de debate e ação estabeleceu-se uma maioria reformista que era claudicante em relação à ditadura, capitaneada por Giocondo Dias e, de forma disciplinada, acompanhada por Luiz Carlos Prestes. O partido precisava se reorganizar, pois havia saído de seus quadros um grande contingente de militantes liderados por embriões daquelas organizações que viriam a fazer a luta armada contra a ditadura: ALN e PCBR, entre outras, com maior destaque. Esse acontecimento político continuava demandando, agora nas bases, uma profunda discussão interna.

Apesar de não fechar as portas para a luta armada (Resolução política do VI Congresso, 1967), a orientação política do PCB sofria paulatinamente uma inflexão que o tirava das lutas de massas e o colocava, novamente, nas articulações políticas da cúpula da frente única. Ampliando o histórico movimento de ruptura com a sua tradição de luta aberta no campo das contendas de classes, para a afirmação de uma opção pela negociação “pelo alto”. Nos documentos que deram origem a essa ruptura (Declaração de março e as resoluções do V Congresso) havia uma mediação entre luta e negociação; agora, o descompasso era evidente. A centralidade era organizar o partido para ter condições de negociar com força dentro da frente única.

O PCB entrou em cena com a reviravolta na orientação política para tentar ações que afirmassem a sua tática e, em tese, confirmassem a sua estratégia: frente policlassista, ação politicista e economicista, perseverança nacional-desenvolvimentista e etapa nacional-democrática como via pacífica para a revolução brasileira, que no distante horizonte, pelo acúmulo de forças, seria socialista. Nada mais ilusório: tudo isso tinha levado o partido à derrota que se mostrou irreparável no longo prazo da existência do PCB. Esse complexo arcabouço teórico-político do partido contribuiu para que o operador político desarticulasse o operador estratégico. No entanto, a conjuntura política não cedia espaços para os dilemas subterrâ-

neos do PCB e a ditadura continuava de forma célere na afirmação do seu projeto reacionário.

Tópicos para um debate à guisa de conclusão

A ditadura burgo-militar operou para reordenar o bloco no poder na perspectiva de criar salvaguardas para a intensa extração de mais-valia dos trabalhadores brasileiros. Ao mesmo tempo que reorientava as funções do Estado para acompanhar e legitimar esse processo, agia com profunda violência sobre seus oponentes, rearticulava a geopolítica brasileira na perspectiva da submissão aos interesses da política de Estado norte-americana e consolidava o bloco burguês bancário-industrial, gestando naquele processo a presença da burocracia militar no aparato de governo.

No campo da esquerda, percebemos que a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que era hegemônico naquele período histórico, apesar do enfrentamento que fez ao regime político estabelecido pelo golpe, não conseguiu organizar uma resposta que fosse pautada a partir dos interesses de classe dos trabalhadores numa perspectiva revolucionária – mas, sim, numa visão de luta pelas liberdades democráticas, na procura pela normalidade da democracia formal e na tentativa de construção de um instrumento de frente policlassista de combate à ditadura, pela ação da movimentação de massas e pelo avanço de conquistas eleitorais.

O acirramento da cena política do período, com a violência das medidas do regime de exceção, contribuiu para que o PCB não conseguisse desvelar a realidade concreta daquela conjuntura, levando o partido a um processo de desgaste político-orgânico na longa transição para a democracia formal. **Pv**

Milton Pinheiro é doutor em Ciência Política, professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), editor da revista teórica *Novos Temas* e autor/organizador, entre outros, do livro *Ditadura: o que resta da transição* (São Paulo, Boitempo, 2014).

Referências

- ALVES, M.H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BORGES, N.A. Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In FERREIRA, J. & DELGADO, L.A.N. (Orgs.). *Brasil republicano. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COSTA, E. *A política salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (Iev). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil. 1964-1985*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- KINZO, M.D.G. O legado oposicionista do MDB, o partido do movimento democrático brasileiro. In SOARES, G.A.D. & D'ARAÚJO, M.C. (Orgs.) *21 anos de regime militar: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.
- MAZZEO, A.C. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In MAZZEO, A.C. & LA-GOA, M.I. (Orgs.) *Corações vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MENEZES, M.V.B. Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB (Dissertação de mestrado). Campinas: Unicamp, 2002.
- O'DONNELL, G. Transições, continuidades e paradoxos. In REIS, F.N. & O'DONNELL, G. (Orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. & SCHMITER, P.C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PCB. Declaração de março de 1958 (mimeo).
- _____. V Congresso do PCB, 1960 (mimeo).
- PINHEIRO, M. *O PCB e a ruptura da transição: dos impasses das formulações do exílio ao exílio da política no Brasil* (Tese de doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2014.
- POULANTZAS, N. *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, A. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Notas

1. Este artigo se referencia na minha tese de doutorado, "O PCB e a ruptura da tradição: dos impasses das formulações do exílio ao exílio da política no Brasil".
2. Augusto Soares da Cunha, Otávio Soares Ferreira da Cunha, Ivan Rocha Aguiar, Jonas José Albuquerque de Barros, Labibe Elias Abduch, João de Carvalho Barros, Alfeu de Alcântara Monteiro, Antogildo Pascoal Viana, João Barcellos Martins, Edu Barreto Leite, Bernardino Saraiva, José de Souza, Carlos Schirmer; todos assassinados pelos agentes da ditadura no mês de abril de 1964.
3. Partido Social Democrático. Partido com forte presença das oligarquias rurais e de líderes que tiveram grande importância no cenário político brasileiro, a exemplo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.
4. Partido Trabalhista Brasileiro. Partido que surgiu para encabeçar um programa de reformas trabalhistas, para mobilizar os trabalhadores brasileiros e rivalizar com a grande influência do PCB junto aos movimentos operário e sindical.
5. Aliança Renovadora Nacional. Partido criado para representar a ditadura burgo-militar na cena política brasileira. Congregou os quadros mais reacionários da política de então e prestou apoio institucional às ações do executivo e da burguesia golpista.
6. Movimento Democrático Brasileiro. Partido que congregava a oposição moderada e que tinha como finalidade fazer o jogo institucional durante o período da ditadura burgo-militar, até a reforma partidária do começo dos anos 1980.
7. Instituição criada em 1949, quando estava em pleno desenvolvimento a política da "guerra fria"; consolidou-se em seu horizonte ideológico uma doutrina de segurança nacional de caráter conservador e reacionário.
8. Diante dos impasses políticos daquele período houve uma articulação da "linha-dura" das Forças Armadas para dar um golpe dentro do golpe. A articulação foi contida pela intervenção de Costa e Silva, no entanto, foram tomadas medidas discricionárias de controle político e social.



Movimento estudantil. [Arquivo Público do Estado de São Paulo / Divulgação]

Imprensa e opinião pública

Análise dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964

LUIZ ANTONIO DIAS

Existe atualmente, no Brasil, um amplo debate sobre a necessidade de apurar fatos e responsabilidades sobre esse episódio – o golpe civil-militar de 1964 – e seu desdobramento – a Ditadura Militar.

Entendemos que é muito importante analisar e discutir os aspectos éticos da “ação jornalística” e a falta de crítica – ou autocrítica – de jornais e jornalistas.

Neste texto, discutimos se os jornais criaram ou apenas difundiram uma ideia, generalizada entre as camadas médias e setores conservadores da sociedade civil, de que o país avançava para o caos: inflação crescente, quebra de hierarquia nas Forças Armadas, avanço do comunismo, ampliação exagerada de benefícios às camadas populares etc.

Utilizamos como fontes primárias os editoriais, manchetes e matérias veiculadas pelos jornais *Folha de*

S. Paulo e *O Estado de S. Paulo*. Também analisamos algumas pesquisas de opinião pública feitas, nesse mesmo período, pelo Ibope. Essas pesquisas mostram, por exemplo, que João Goulart tinha grande apoio popular.

Ao longo da história, esses dois jornais gastaram muito papel e tinta para propagar a “ameaça comunista”, mas no final de década de 1950 e início da década de 1960 essa “preocupação” com o comunismo se ampliou. As críticas tornaram-se mais ásperas aos políticos identificados como comunistas ou próximos dos comunistas. Devemos destacar, nesse momento, as relações desses periódicos com dois órgãos extremamente importantes no período: o Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, e o Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

Esse complexo – Ipes/Ibad – coordenava uma ampla campanha política e ideológica contra o go-

verno do presidente João Goulart através de *lobby* no Congresso, apoio material e financeiro às passeatas e manifestações de repúdio aos atos do governo e, principalmente, através de farta distribuição de material ideológico com conteúdo anticomunista. Segundo Dreifuss (1981), o complexo chegou a distribuir cerca de 2.500.000 livros e cartilhas “pedagógicas”, em que eram demonstrados os perigos da “ameaça vermelha”.

O grupo tinha forte ligação com os grandes meios de comunicação, especialmente com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Organizações Globo, TV Record, *Jornal do Brasil* e, também, com o grupo Folhas. Otávio Frias, Diretor Financeiro do grupo Folhas, foi figura de destaque dentro do Ipes (cf. Dreifuss, 1981, p. 527).

A oposição ao comunismo, que sempre foi uma marca do jornal *O Estado de S. Paulo* e da *Folha*, promoveu uma sincronia de valores entre esses jornais e o Ipes.

Nessa análise, não podemos deixar de lado, a visão dos donos do jornal e, também, dos jornalistas. São visões de classe, vinculadas a valores, aspirações e crenças...

Nesse sentido, apesar de estar fora do nosso recorte cronológico, é interessante destacar uma matéria especial da *Folha*:

O que é o comunismo? Como pensam e agem os comunistas? (...) “Uma ideologia Ameaça o Brasil” é o título geral desta reportagem, que traz mensagem de alerta contra os **tentáculos vermelho-amarelos** agora distendidos por todo o território nacional (...)¹

Nessa análise, não podemos deixar de lado, a visão dos donos do jornal e, também, dos jornalistas. São visões de classe, vinculadas a valores, aspirações e crenças. A preocupação com a “ameaça comunista” era algo que existia no horizonte das pessoas naquele momento.

Da mesma forma, temos que entender a posição dos leitores, pois existe uma grande distância entre o que “foi dito” pela imprensa e o que foi entendido e aceito pelo público. O leitor não pode ser visto como uma massa amorfa, que pode ser “moldada” contra seus próprios interesses. Assim, acreditamos que o jornal atinge, sobretudo, o seu próprio grupo, ou seja, as pessoas que já pensam de forma parecida com o noticiado.

O pedido de Estado de Sítio – marco inicial de nosso “recorte” – foi solicitado por Goulart no dia 4 de outubro, mas três dias depois o presidente retirou o pedido.

Os dois jornais analisados foram muito duros com a solicitação de Estado de Sítio. *A Folha de S. Paulo*, inclusive, indica a possibilidade de uma pressão das esquerdas sobre Goulart, quando o presidente recuou: “Sempre se poderia argumentar que, reconhecendo o próprio erro e procurando corrigi-lo a tempo, qualquer autoridade se engrandece. Este argumento valerá no caso atual, sem dúvida, porém, com uma ressalva. Resta saber se o presidente da República se mostrou sensível aos argumentos do bom senso (...) ou se apenas, mais uma vez, se dobrou à vontade daqueles ajuntamentos espúrios que, tendo agitado o país até o máximo, sentiram que o estado de sítio lhes poderia ser fatal” (8 out. 1963, Editorial).²

A posição de *O Estado de S. Paulo* também foi extremamente crítica à atitude de Goulart. O jornal exigia a intervenção das Forças Armadas: “(...) com a altivez e a visão das coisas brasileiras que demonstraram em outubro de 45 e em agosto de 54” (8 out. 1963, p. 3).

Também fora do nosso recorte cronológico inicial, mas importante para entender o agravamento da crise em março de 1964, foram as críticas lançadas pelos jornais à tolerância do governo com a Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília em setembro de 1963. “Mais uma vez a ordeira e trabalhadora população deste país é colhida pela sombria notícia de um levante contra o poder constituído. Grupos de militares, cujas armas deveriam servir exclusivamente para a defesa das instituições (...) se voltam (...) contra uma decisão da mais alta corte do país” (*Folha de S. Paulo*, 13 set. 1963, Editorial).

Posteriormente, no dia 18 de setembro de 1963, a *Folha* publicou uma matéria com grande destaque, acerca das reivindicações dos sargentos, intitulada “República Socialista, meta dos sargentos” (p. 3), onde mostrava os perigos desse tipo de reivindicação.

Nesse momento é importante contrapor uma pesquisa de opinião realizada pelo Ibope.³ Ela mostra (ver dados no quadro 1) que os entrevistados tinham uma posição diferente dessa apresentada pelo jornal. Para a maioria dos entrevistados era pertinente a alteração da Constituição para ampliar os direitos políticos dos sargentos, causa principal do levante.

Esse episódio – levante dos sargentos –, aliado ao pedido de Estado de Sítio, contribuiu para ampliar a crise política no final de 1963.

O fantasma do comunismo continuava ganhando força, pelo menos nas páginas da *Folha*, como mostram os dois editoriais a seguir:

Nos últimos tempos, o fenômeno (do comunismo) se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo (...). Chegaram mesmo a preconizar a união de estudantes, sargentos e suboficiais e camponeses para implantar no Brasil as reformas de que muito se tem falado ultimamente (...) (12 jan. 1964)

(...) É que tem sido, durante os dois últimos anos de gestão do presidente João Goulart, estimulador incontestado dos movimentos grevistas a ponto de criar um clima que lhe favorece a deflagração mesmo quando ela não interessa à União. (18 jan. 1964)

O *Estado de S. Paulo*, também, apresentou uma forte crítica aos movimentos grevistas e à atuação do presidente João Goulart:

Em Pernambuco estabeleceu-se um espantoso caos. A cidade de Recife encontra-se praticamente ocupada por elementos de procedência suspeita, ostensivamente armados (...) Assim perguntamos: até onde vão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? (...) Do Congresso Nacional não é de esperar a solução, que no caso seria o *impeachment*. E a conclusão a tirar de tudo isso é que ambas (...) se resignaram a colocar acima dos direitos do povo brasileiro o seu temor em assumir a responsabilidade que o momento histórico lhes dita. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1964, Editorial. Grifos nossos)

Novamente aparece o apelo do jornal às Forças Armadas que serviu, em certa medida, para legitimar a intervenção militar. É importante destacar que o *Estadão* tinha uma proximidade muito grande com os conspiradores, como mostram as palavras de Ruy Mesquita:

Militares de segundo escalão nos procuravam, aqui em São Paulo. Dois anos antes do desfecho (golpe de 1964). (...) Eles traziam informações do serviço secreto do Exército (...) o Jango vai dar um golpe, que vai destruir as instituições democráticas no País⁴.

A *Folha de S. Paulo*, em editorial de 20 de fevereiro de 1964, também vislumbrava um golpe de Goulart no horizonte: “(...) é bem possível que o plebiscito se

Quadro 1 - Na sua opinião a Constituição deve ser reformada para que os sargentos possam ser eleitos ou o Sr.(a) acha que os sargentos não devem ter esse direito?

	A Constituição deve ser reformada	Não devem ter esse direito	Não sabem
Total	57%	30%	13%
Por classe social			
Rica e Média	57%	31%	12%
Pobre	60%	26%	14%
Pobre Inferior	53%	35%	12%

destine a perguntar se o sr. João Goulart deve ou não permanecer no poder ao término de seu mandato.”

O plebiscito citado no editorial da *Folha* diz respeito à intenção do presidente João Goulart de realizar um referendo popular acerca das reformas de base. A *Folha*, de forma irônica, suscita a hipótese de que o presidente estaria tentando testar sua popularidade. Além desses, vários outros editoriais e matérias se posicionaram contra a – pretensa – vontade de Goulart de tentar a reeleição.

Indicando uma “mudança nos ventos”, a *Folha* passou a convocar as Forças Armadas para evitar esse “golpe” contra as instituições. No episódio do pedido de Estado de Sítio, o jornal havia convocado os deputados para evitar um “golpe”.

O *Estado de S. Paulo* vai além: sustenta que essa tentativa de manter-se no poder estava sendo apoiada pelos soviéticos. O editorial de 8 de março de 1964 (“A embaixada russa e a Revolução”) afirmava que o embaixador soviético e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, vinham mantendo encontros para elaborar projetos nesse sentido. O jornal continuava exigindo um posicionamento das Forças Armadas.

No entanto, é importante destacar que essa possibilidade – de reeleição – não era mal vista por muitos eleitores. Segundo uma ampla pesquisa realizada pelo Ibope, a maioria dos entrevistados aceitava essa possibilidade (ver quadro 2).

Nessa pesquisa verificamos que Goulart teria uma boa votação, caso fosse possível sua candidatura. Com exceção de Belo Horizonte – onde Juscelino Kubistchek era um candidato à presidência praticamente imbatível –, São Paulo e Curitiba, em todas as demais cidades os entrevistados que votariam em Goulart superaram aqueles que não votariam nele.

Outro problema enfrentado por Goulart esteve relacionado às suas propostas de Reformas de Base. Em 13 de março de 1964 ocorreu, na Guanabara, um grande comício de apoio às reformas, que acabou, em certa medida, marcando definitivamente a guinada de Goulart à esquerda. As críticas da imprensa foram contundentes.

Em 13 de março de 1964, no editorial “O presidente fora da lei”, o *Estadão* acusava o presidente de desrespeitar a lei e cobrava, novamente, uma ação das Forças Armadas: “(...) é também o momento das Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo sr. João Goulart, apoiado nos comunistas”.

Nos dias seguintes, o jornal continuou acusando o governo de promover a desordem e a baderna na Guanabara; além disso, criticava constantemente as Reformas de Base alegando que o “povo ordeiro” não apoiava tais medidas.

Quadro 2 – Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência:

	Votariam nele	Não votariam	Não sabem
Fortaleza	57%	34%	9%
Recife	60%	28%	12%
Salvador	59%	32%	9%
Belo Horizonte	39%	56%	5%
Rio de Janeiro	51%	44%	5%
São Paulo	40%	52%	8%
Curitiba	41%	45%	14%
Porto Alegre	52%	44%	4%

Notação PE 060 MR0277. Pesquisa realizada entre 9 e 26 de março de 1964. 500 entrevistados em São Paulo e Rio de Janeiro e 400 nas demais cidades.

Mais uma vez, pesquisas de opinião indicam que os entrevistados tinham uma visão diferente. Pesquisa do Ibope indicava esse apoio às reformas e – é interessante destacar – não havia uma diferença substancial: quando dividimos por classe socioeconômica, a aprovação era grande em todos os grupos (ver quadro 3).

Em outra pesquisa, já citada – realizada em março de 1964, em várias capitais –, também verificamos esse apoio em outras partes do país (ver quadro 4).

Para o jornal *Folha de S.Paulo*, todo esse discurso de Goulart sobre as reformas era um mecanismo utilizado para encobrir a incapacidade administrativa do governo. “Temos presenciado muitas propostas de reforma que não passam de bombásticos discursos ou irresponsáveis plataformas concebidas para encher os olhos com fáceis promessas, porém, totalmente divorciadas das necessidades do meio.” (2 jan. 1964, Editorial)

No entanto, outra pesquisa do Ibope indicava que os entrevistados não viam como demagógi-

cas as ações do presidente João Goulart. A maioria acreditava que as medidas das Reformas de Base eram importantes para o povo e o país (ver quadro 5, página 71).

Esses dados mostram que, entre a maioria dos entrevistados, em todos os grupos sociais, entendia-se que as reformas seriam positivas para o país. Apesar disso, setores da classe média e da burguesia saíram às ruas para pedir o impedimento do presidente. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em São Paulo em 19 de março, foi uma resposta ao comício da Guanabara.

Sobre a “Marcha”, a *Folha* apresentou a seguinte manchete: “São Paulo parou ontem para defender o regime”.

O *Estado*, na mesma linha, destaca as “pessoas de bem” envolvidas nessa manifestação: “Multidão desta vez composta de brasileiros profundamente conscientes de seus deveres e obrigações” (21 mar. 1964, Editorial intitulado “O paulista e a Nação em perigo”).

Quadro 3 – Com relação à Reforma Agrária:

Opinião	Total %	Por categoria soci-econômica		
		Classe A-B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
A favor	67%	67%	67%	66%
Contra	12%	13%	11%	9%
Não sabem	21%	20%	22%	25%

Notação PE 061 MR0277. Pesquisa realizada entre 1 e 8 de fevereiro, em São Paulo, com 500 entrevistados, sem indicação de contratante.

Quadro 4 - Consideram que a realização da Reforma Agrária:

	Necessária	Desnecessária	Não sabem
Fortaleza	68%	13%	19%
Recife	70%	7%	23%
Salvador	74%	9%	17%
Belo Horizonte	67%	16%	17%
Rio de Janeiro	82%	9%	9%
São Paulo	66%	13%	21%
Curitiba	61%	11%	28%
Porto Alegre	70%	17%	13%

Notação PE 060 MR0277

Em 26 de março de 1964, ocorreu no Rio de Janeiro a Revolta dos Marinheiros. Muitas vezes apontada como a causa do golpe de 1964, nada mais foi do que a “gota d’água” de um movimento golpista que já vinha caminhando a passos largos.

A *Folha de S.Paulo* se colocou ao lado da “ordem”, criticando a revolta e a postura de Goulart: “A solução dada pelo presidente da República à crise da Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. A indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só falta conceder medalha de honra ao mérito” (29 mar. 1964, Editorial).

O *Estadão* seguiu direção parecida. Em um editorial intitulado “Depois da FAB a Marinha”, o jornal comparava a insubordinação na Marinha – “uma baderna do mais baixo escalão da marinhagem” – à Revolta dos Sargentos de setembro de 1963, já apresentada neste texto.

Tão violento e tão inesperado foi o golpe traiçoeiro com que o Palácio da Alvorada feriu o que a Nação tinha de mais sensível e mais íntimo, (...) **tudo se passou como se uma força superior que vem presidindo e dirigindo ao desenvolvimento do sinistro plano com que pretende destruir pela base a estrutura social da Nação, aquela mesma força que determinou a implantação da anarquia nas nossas Forças do Ar, houvesse deliberado a ocorrência de indisciplina semelhante na mais bela**

e nobre das Armas brasileiras. (29 mar. 1964. Grifos nossos)

A força superior à qual se refere o texto eram os comunistas que, segundo o jornal, abertamente conspiravam contra a ordem no Brasil.

Nos dias seguintes a situação ficaria cada vez mais tensa. Em 30 de março, o discurso radical de Goulart, na comemoração do 40º aniversário da fundação da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, ensejou novas críticas por parte da imprensa:

Se infeliz foi o comício do dia 13 de março (...) mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece haver desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares. (*Folha de S.Paulo*, 1 abr. 1964, Editorial)

No dia 31 de março, o General Mourão Filho, em Juiz de Fora, colocou sua tropa em marcha, iniciando o movimento que derrubou o presidente João Goulart.

Porém, não nos parece razoável imaginar que essa oficialidade tenha sido “manipulada” por notícias veiculadas pela imprensa. A sensação de indisciplina e caos era muito forte. Provavelmente, as notícias alarmantes ou exigindo uma posição dos militares tenham exercido um papel importante, não no sentido da formação de opinião, mas, sim, para

Quadro 5 - Sobre as Reformas de Base:

	Total	Classe A/B Rica-Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre inferior
São medidas demagógicas, que procuram apenas aumentar o prestígio do sr. João Goulart e do PTB.	10%	15%	7%	4%
São medidas de real interesse para o povo e para o país.	55%	51%	56%	60%
São medidas que procuram criar condições para o estabelecimento de um regime comunista no Brasil.	16%	22%	13%	8%
Não sabem	19%	12%	24%	28%

Notação PE 060 MR0277. Pesquisa realizada nas cidades de São Paulo (500 entrevistados); Araraquara (300 entrevistados) e Avaí (150 entrevistados), entre 20 e 30 de março de 1964, encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Neste quadro, indico apenas os dados da cidade de São Paulo.

dar respaldo e legitimidade à intervenção militar. Isso não significa, porém, reduzir a responsabilidade da imprensa no episódio.

Para finalizar essa análise dos jornais antes do golpe, não podemos deixar de destacar um caderno especial, extremamente curioso, que circulou encartado na *Folha de S. Paulo*, no dia 31 de março, intitulado: “64 - O Brasil Continua”.⁵

Parece-nos que o jornal já sabia da iminência de um golpe e estava preparando a população para essa ruptura, demonstrando que não haveria o que temer com o “novo futuro” que, muito pelo contrário, seria um período de “progresso”, de “ordem”, de “virtudes”.

No anúncio do Grupo Votorantim, por exemplo, temos a seguinte mensagem:

64 É O BRASIL. 1500: descoberta, mato, selva, nada / Quatrocentos anos se passaram / Quanto custou para um país começar a crescer? / Pense brasileiro, do nada se fez 80 milhões. // A selva foi cortada / Ao som selvagem uniu-se o canto do boiadeiro / Da Roça / Do moinho d'água, do pilão / Do bum bum socando o arroz / Socando o café // E um dia, ao que se fez / Faltava / E criou-se a indústria // Pense brasileiro do nada se fez uma nação / Pense e ajude a paz / Brasileiro: 64 é o Brasil / E depende de você.” (p. 7)

A comparação, do ponto de vista histórico, é surpreendente: 1964 seria uma nova “descoberta do Brasil”. Mas, para isso, o papel dos brasileiros seria fundamental: apoiar o que estava por vir, dentro da ordem e em paz.

Após o golpe, no dia 2 de abril, a *Folha de S. Paulo*, em editorial, justificou e explicou a queda do presidente: “São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a proteger a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (...)”.

O *Estado de S. Paulo*, também no dia 2 de abril de 1964, afirmava em seu editorial que 1964, e não 1945, marcava o fim da ditadura no Brasil.

Com a subida de Castelo Branco ao poder, a *Folha de S. Paulo*, em editorial intitulado “O presi-

dente de todos”, não poupou elogios ao novo presidente:

A nação ouviu ontem do presidente da República, na solenidade de sua posse, as palavras que desejava ouvir (...). É com satisfação que registramos ter seu discurso de posse reafirmado todas as nossas expectativas e revigorado a nossa esperança de que uma nova fase realmente se descerrou para o Brasil. (16 abr. 1964)

Outro editorial, da *Folha*, muito interessante foi o intitulado “O sacrifício necessário”, de 24 de abril, reproduzido a seguir:

Nossas palavras dirigem-se hoje, de maneira muito especial, a todos aqueles que entendem (...) que para a redenção da pátria se torna preciso dar mais do que trabalho de todos os dias e a confiança (...). Dirigem-se aos que se acham dispostos ao sacrifício de interesses, de bens, de direitos, para que a nação ressurgja, quanto antes, plenamente democratizada.

É interessante observar a mudança no discurso editorial da *Folha*. Durante o governo Goulart, o jornal atacava o presidente, que supostamente era uma ameaça aos direitos legais. Após o golpe militar, passou a defender a necessidade de suprimir direitos constitucionais.

Diante do exposto, é inegável que houve um árduo trabalho por parte dos jornais, na tentativa de desestabilizar o governo Goulart. Mas parece que esse trabalho não foi suficiente para tornar a opinião pública contrária ao governo Goulart e, sobretudo, às suas propostas de Reformas de Base.

O leitor é capaz de repensar a notícia, de aceitar ou recusar informações em função da sua própria história, de suas crenças, de suas expectativas. Assim, como já apontamos, o jornal teria de fato algo a dizer, sobretudo, àqueles que já compartilham as suas opiniões. Nesse sentido – e as pesquisas de opinião mostram isso – temos uma crítica maior ao governo Goulart entre os grupos mais abastados.

Assim, a imprensa foi importante, mas apenas para reforçar um pensamento que já existia em alguns grupos. Isso não significa, porém, reduzir sua responsabilidade. Afinal, a imprensa foi utilizada como fonte importante para legitimar a ação militar, na medida em que supostamente apresentava-se como porta-voz da opinião pública.

Justamente por isso, é importante pensarmos, ainda hoje, os papéis e responsabilidades dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. **Pv**

Luiz Antonio Dias é Doutor em História Social, Professor do Departamento de História da PUC-SP e Professor da Universidade de Santo Amaro.

Referências

- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. *Jango. Uma biografia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GOLDENSTEIN, Gisela T. *Folhas ao vento: contribuição ao estudo da Indústria Cultural*. São Paulo: Tese de doutorado, Filosofia/USP, 1986. 303 p.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*. São Paulo, Impres, 1981. 416 p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTA, R.P.S. (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

Fontes

Pesquisas Ibope

Fundo Ibope – Arquivo Edgard Leuenroth – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

Jornal *Folha de S.Paulo*

<http://acervo.folha.com.br>

Jornal *O Estado de S. Paulo*

<http://Acervo.estadao.com.br>

Notas

1 *Folha de S.Paulo*, 20 jul. 1963, primeira página. Grifos nossos. A matéria intitulada "Uma ideologia ameaça o Brasil" foi publicada em 21 jul. 1963, nas p.10-11, demonstrando o perigo de uma revolução comunista no Brasil. Esse texto é a "propaganda" de uma matéria que seria publicada no dia seguinte.

2 Para Ferreira (2011), os ministros militares aconselharam Goulart a solicitar o Estado de Sítio, instrumento necessário para uma eventual intervenção na Guanabara, governada por Carlos Lacerda. No entanto, faltou apoio de todos – da direita, como esperado, e mesmo dos setores da esquerda, como do PCB, do governador Arraes, da UNE, temerosos que as "as leis de exceção se voltassem contra elas e o movimento sindical" (p. 368).

3 AEL – Unicamp – Fundo Ibope – Pesquisas Especiais Notação PE 054 MR0275. Pesquisa de Opinião Pública realizada na Guanabara, 1ª quinzena de outubro de 1963. Sem identificação de contratante. Sem indicação do número de entrevistados. Esse quadro e os seguintes foram montados pelo autor.

4 Entrevista de Ruy de Mesquita, diretor da empresa *O Estado de S. Paulo*, concedida a José Álvaro Moisés, in *Revista Lua Nova*, vol. 1, nº 2, 1984, p. 27 e 28.

5 Esse encarte, com 44 páginas, apresentava uma série de projeções para o ano e para o futuro do Brasil e contava com vários anúncios de grandes empresas, fazendo referências ao futuro grandioso do país.



Eva Tudor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell lutando contra a censura em 1968. [Ziraldo/Divulgação]

A emergência da segunda onda do feminismo brasileiro na ditadura militar: A construção se faz na luta

LUCIANA RIBEIRO

Este texto tem a finalidade de abrir a discussão sobre o feminismo no contexto da luta contra a ditadura a partir de sua constituição nos núcleos de debate, construídos pelas mulheres de esquerda dentro e fora do país, passando pela luta das mulheres por direitos sociais, até o período dos três Congressos da Mulher Paulista. O combate das mulheres de esquerda contra a ditadura é demonstrado em sua inserção na luta armada, nos campos e na cidade, e na resistência estabelecida por elas nas prisões, quando eram presas pela repressão.

O artigo trata do período que corresponde à segunda onda do feminismo no Brasil, o qual fora sobremaneira influenciado pelo feminismo estrangeiro, principalmente o francês. Após o período de constituição dos grupos feministas de caráter privado, em que as discussões não tomavam as ruas, dados os limites do con-

texto histórico, o feminismo passou a se encontrar com os movimentos populares femininos,¹ que lutavam por direitos sociais, a partir do diálogo realizado por meio dos jornais feministas, de sua inserção no contexto das classes populares e da construção de espaços que dialogavam sobre a opressão vivida pelas mulheres.

Período inaugural

O momento histórico que antecedeu o golpe de abril de 1964 é, de certa forma, peculiar. O governo democrático de João Goulart propunha reformas de base, enquanto os trabalhadores e estudantes se politizavam em um contexto de efervescência social das massas, em apoio a tal proposta.

O medo de uma revolução socialista fez com que burguesia, militares e agentes do governo norte-

-americano, com o apoio de parcelas ultrarreacionárias da sociedade, golpeassem a democracia brasileira, instaurando um tempo de terror e escuridão: a ditadura civil militar brasileira.

Em 1º de abril de 1964, os militares tomaram o poder, perseguindo e desfacelando todas as organizações de esquerda até então existentes. Muitos intelectuais, cientistas e membros do governo deposto tomaram o caminho do exílio, sendo acolhidos em embaixadas latino-americanas, como o Chile, e europeias, como a França, sendo a capital, Paris, um local de grande concentração.

Entre os exilados havia muitas mulheres militantes ou esposas dos exilados. Aqueles que estavam exilados na França, por exemplo, encontraram uma efervescência cultural e de costumes diversa da que vivenciavam aqui, o que permitiu que muitas mulheres entrassem em contato com o ideário feminista.

A vivência de uma revolução cultural possibilitou a contestação do poder do macho na família, o que não agradou aos homens de esquerda, tanto por colocar em questão as relações desiguais de gênero, como por considerar o feminismo uma ameaça ao proletariado, um desvio na luta de classes. Além disso, acreditavam que o feminismo não ajudava em nada na luta contra a ditadura e, assim, muitos militantes exigiram que suas esposas saíssem dos grupos feministas dos quais faziam parte; a Frente de Brasileiros no Exílio deixou de destinar recursos financeiros de apoio para as famílias cujas mulheres participavam de suas atividades.

É nesse contexto que surgem os primeiros grupos feministas, formados por mulheres brasileiras em Paris, como o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em 1972. Liderado por Danda Prado, o grupo agregou cerca de 100 mulheres e estabeleceu articulações com grupos feministas de vários países, inclusive do Brasil, por meio do boletim *Nosotras*, até 1976. A criação desse grupo influenciou Branca Moreira Alves a criar, na cidade de Berkeley, nos Estados Unidos, seu próprio grupo feminista.

Porém, o grupo feminino mais importante foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que contou com a participação de muitas mulheres que

saíram do exílio no Chile e foram para Paris, tendo durado de 1975 a 1979. O Círculo teve origem a partir do lançamento do texto "Por uma tendência feminina revolucionária", em que o grupo se posicionava ao lado dos trabalhadores, numa perspectiva de esquerda.

O Círculo foi ainda de extrema importância porque, além de seu posicionamento radical identificado com a luta de classes, as mulheres discutiam suas particularidades em grupos de reflexão, estimulando o intercâmbio com feministas de outros países, o que possibilitou, também, a expansão da divulgação do movimento.

A vivência de uma revolução cultural possibilitou a contestação do poder do macho na família...

Enquanto isso, no Brasil, a indústria crescia, causando o arrefecimento do êxodo rural para a cidade e um processo de expansão urbana. Muitas mulheres migrantes foram incorporadas nas indústrias com salários rebaixados e em condições precárias de trabalho. A ausência de creche fez com que houvesse um aumento do número de crianças abandonadas; crescia a desigualdade e a pobreza, enquanto os anos de "milagre econômico" se concretizavam por meio da modernização conservadora e o Brasil alcançava o 8º lugar na economia mundial.

Enquanto a ditadura torturava, sequestrava e matava, as mulheres foram as primeiras a procurarem por seus parentes presos ou desaparecidos políticos, saindo às ruas contra a repressão. Outras tentaram participar de organizações clandestinas, dispostas a lutar ao lado dos homens pela democracia. Neste contexto, é importante salientar que os movimentos sociais no Brasil não passaram incólumes às manifestações populares europeias e as que irrompiam em outras partes do mundo. O grande protesto contra o assassinato do estudante Edson Luiz pelas forças de repressão da ditadura fez eclodir diversas manifestações

populares estudantis. A União Brasileira de Mães, em defesa de seus filhos ante a repressão policial, também foi criada nesse contexto, contando com a filiação de mais de 500 mães.

Os operários de Contagem – MG e Osasco – SP rompiam em greve. Os protestos foram reprimidos e os trabalhadores foram presos. Mesmo destino tiveram os estudantes presentes no Congresso da UNE,² em Ibiúna – SP. O AI-5³ encerrou as atividades do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa, dando plenos poderes ao presidente da República. A censura se intensificou e foi eliminado o *habeas corpus* para presos detidos por infração à Lei de Segurança Nacional. Foram fechadas todas as possibilidades de se fazer política legalmente, o que culminou com a criação de entidades de esquerda clandestinas, que empreendiam um combate direto à ditadura.

De acordo com Telles (1999), as organizações clandestinas de esquerda absorveram as mulheres tanto no campo como na cidade, sendo que sua inclusão na luta armada aconteceu a partir da exigência das próprias militantes. As entidades guerrilheiras, no entanto, tiveram dificuldade em absorver as mulheres como militantes capazes de entender as estratégias de guerrilha e pegar em armas, porque suas lideranças concebiam que isso era “coisa de homem”. Os comandantes queriam que as mulheres tivessem os mesmos atributos físicos e comportamentais masculinos, e seus companheiros de luta, quando não as subestimavam, as superprotegiam. No meio rural, as mulheres executavam tarefas de observação, levantamento de informações e preparo logístico, mas o comando, na maioria das vezes, ficava com os homens. Ainda assim, em um contexto de convivência marcado sempre pela apreensão e pelo medo de serem capturados pela ditadura, alguns homens mudaram sua atitude machista. Muitos choraram ante a perda de seus companheiros nas batalhas. Muitas mulheres, por sua vez, tentaram se aproximar de um modelo masculino de fazer guerrilha, enquanto outras reafirmaram as diferenças, numa intenção de construir outras formas de fazer política.

No meio urbano, as mulheres significaram um trunfo à luta armada, já que fugiam do estereótipo do

comunista guerrilheiro, passando despercebidas pelos agentes da ditadura.

Muitos homens e mulheres sobreviveram às torturas e à prisão, mantendo a integridade ética e política. Outros/as não conseguiram superar as sequelas daquele tempo de horror. Em entrevista para Moncau (2010), Maria Amélia Teles, feminista histórica que foi presa e duramente torturada junto a seu marido, conta como as mulheres sofriam de maneira diferenciada nas sessões de tortura. Segundo ela, os agentes da repressão tentavam chantageá-la, ameaçando agir com violência contra seus filhos; o mesmo não acontecia em relação a seu marido, quando o torturavam. Muitas mulheres também foram estupradas pelos agentes repressores, que também agrediam física e psicologicamente mulheres grávidas – algumas sofreram aborto por esse motivo.

No meio urbano, as mulheres significaram um trunfo à luta armada, já que fugiam do estereótipo do comunista guerrilheiro, passando despercebidas pelos agentes da ditadura.

Telles (1999) expõe o relato de Criméia Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia e presa quando estava grávida de sete meses. Criméia denuncia o seguinte:

[...] a violência sexual esteve sempre presente na nudez durante os interrogatórios, nos choques elétricos na barriga e nos seios e no que cada um dos torturadores achava de “melhor” ou “pior” no meu corpo; e todos foram unânimes em achar “terrivelmente feio” um corpo de mulher grávida. Nessas condições, a mulher pode dar uma resposta inesperada – à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida. (Telles, 1999, p. 72)

De acordo com Teles e Leite (2013), no início da década de 1970, outros importantes movimentos

se desenvolveram, organizando-se clandestinamente junto aos bairros periféricos das grandes cidades, com a participação de pessoas ligadas aos setores progressistas da Igreja Católica. Os Clubes de Mães protagonizavam a denúncia do alto custo de vida, dos baixos salários e da ausência de creches, assuntos vistos como subversivos à época. As mulheres que organizavam os Clubes eram perseguidas por policiais infiltrados, que queriam saber de sua ligação com a esquerda, o que fazia com que elas buscassem maneiras alternativas de se mobilizar. De acordo com as autoras, o conteúdo classista se fazia presente nas discussões, por meio também de uma oposição operária em relação à ditadura.

Pinto (2003) menciona que a partir de 1972 surgem grupos feministas formados em São Paulo e no Rio de Janeiro, que tinham formato privado, constituindo-se quase como uma reunião entre amigas. Para entrar nesses seletos grupos feministas, quase sempre compostos por intelectuais de esquerda e profissionais de meia-idade, era necessário um convite formal, por parte da liderança. A difícil conjuntura de repressão aos movimentos sociais moldou, em certa medida, o formato desses grupos, que nunca se manifestavam em praça pública, constituindo-se mais como grupo de estudos e reflexões. Eram compostos por 20 pessoas, no máximo, em uma conjuntura bastante difícil para as feministas, já que a esquerda rejeitava qualquer forma de mobilização que não estivesse ligada à luta de classes.

O primeiro desses grupos começou em São Paulo, em 1972, a partir da iniciativa de mulheres que haviam morado nos Estados Unidos. As discussões desse grupo, de acordo com Costa (*apud* Pinto, 2003), iam desde a literatura (incluindo autoras como Virginia Woolf e Anais Nin) a doenças venéreas, embora tenham demorado para falar de sexualidade. Finalizou suas atividades em 1975. O primeiro grupo no Rio de Janeiro foi formado por Branca Moreira Alves, após seu retorno dos Estados Unidos e da efervescência política da cidade de Berkeley, onde já havia montado um grupo feminista. Esse grupo também começou a falar apenas de literatura feminina, até o ano de 1973, quando foi reestruturado por um grupo

mais jovem que passou a discutir temas como sexualidade e intimidade feminina.

De acordo com Pinto (2003),

[...] o que é importante reter aqui é o caráter de pioneirismo das discussões então realizadas [...], todas essas mulheres foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil. (Pinto, 2003, p. 52)

Enquanto isso, as mulheres da periferia retomaram a luta por habitação, saúde pública, creches e escolas para seus filhos e melhores condições de vida para si e para sua comunidade. O movimento contra a carestia de vida foi o primeiro a se manifestar publicamente desde a promulgação do AI-5, surgindo a partir da iniciativa dessas mulheres, que lutavam contra o alto custo dos produtos de extrema importância para a subsistência (alimentação, vestuário, moradia etc.).

O ano de 1975 foi promulgado pela ONU⁴ como Ano Internacional da Mulher, tendo sido celebrado na Conferência do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México, onde foi aprovada a moção brasileira pela Anistia. Também nesse ano as mulheres que lutavam pela anistia promoveram um abaixo-assinado, anexado ao Manifesto da Mulher Brasileira, que correu todo o país, conseguindo a adesão de muitas pessoas. Assim nascia o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini.

Todos os movimentos passaram a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia, que contribuiu para a aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979. No Congresso Nacional pela Anistia, realizado em janeiro desse mesmo ano, um grupo de mulheres sugeriu a unificação dessa luta com os movimentos que tratavam das reivindicações femininas, deliberando, entre outras medidas, a realização, pelo Comitê, de levantamento censitário das mulheres atingidas pela repressão e de uma campanha de assistência às presas políticas.

Mas, ainda em 1975, no Brasil, o Ano Internacional da Mulher foi comemorado através do patro-

cínio do Centro de Informação da ONU, em evento que tinha como título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no Rio de Janeiro. Esse evento foi organizado por dois grupos feministas cariocas informais e privativos, e enfrentou resistência por parte dos poderes constituídos, o que fez com que seu próprio nome fosse construído de maneira estratégica, já que o termo “feminista” assustava as pessoas. A composição das mesas também foi estrategicamente formada com diversos homens, para que o evento fosse considerado misto.

Nesse evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira,⁵ grupo importante para a expansão do ideário feminista, já que congregava mulheres de diferentes correntes do pensamento: havia feministas liberais, radicais e socialistas (até mesmo aquelas com orientação política stalinista) convivendo dentro de um mesmo grupo, não sem conflitos ideológicos. Neste sentido, enquanto algumas marxistas sobredeterminavam as questões femininas à luta de classes, as feministas radicais levantavam questões mais polêmicas, como sexualidade e aborto, o que pode ter facilitado a emergência de tais temas para a discussão pelo movimento. O Centro foi dissolvido em 1979.

Conforme Pinto (2003), foi a partir de 1975 que as feministas de São Paulo, formadoras dos grupos informais e privados já destacados, passaram a criar sessões nas reuniões anuais da SBPC,⁶ um dos poucos espaços de discussão crítica no país que conseguia burlar a repressão da ditadura, justamente por se inserir no âmbito acadêmico. A primeira reunião, realizada em Belo Horizonte, contou com diversas feministas ligadas à academia, sobretudo às áreas de ciências sociais e educação. Esses encontros, realizados até 1985, deram a orientação dos primeiros estudos do feminismo acadêmico no Brasil, uma vez que impulsionaram a pesquisa científica sobre a condição da mulher.

O feminismo brasileiro sai do armário

A partir de 1975, algumas mulheres de esquerda começaram a criar estratégias para a expansão do ideário feminista, com vistas a atingir a grande massa de

mulheres brasileiras. Ante a repressão da ditadura e dos próprios grupos de esquerda, que consideravam menos importante a luta feminista, elas passaram a escrever jornais que colocavam em xeque a posição subalterna das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal. Nesse cenário, surgiram os dois jornais feministas mais importantes da época: *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. Ambos tinham forte recorte socialista e de combate à ditadura, uma vez que as mulheres que o redigiam e o dirigiam eram marxistas e, também, colocavam em questão o dogmatismo machista presente nas entidades que conheciam, ou mesmo, nas quais militavam. Tal dogmatismo, ligado à visão althusseriana e cartesiana da realidade, dissociava a prática da esquerda pela emancipação humana da luta contra as opressões, a serem pautadas diariamente. Separava a perspectiva da objetividade, plasmada na sociedade de classes da subjetividade, inerente às relações sociais capitalistas, que tomam novas dimensões a partir dos determinantes de gênero, raça/etnia, orientação sexual etc.

A partir de 1975, algumas mulheres de esquerda começaram a criar estratégias para a expansão do ideário feminista...

A imprensa feminista dos anos 1975 a 1980 foi ao encontro dos incipientes e fragmentados movimentos populares e, junto a eles, passou a construir um feminismo de resistência, de luta e ação. As feministas cultas de classe média, através dos jornais, tinham mais um meio de se juntar às mulheres, unindo movimentos femininos populares e feministas, o que ampliou as reivindicações dos movimentos de mulheres, que antes giravam em torno da luta por saneamento básico, iluminação e creche. Temas tratados nos jornais, como sexualidade, aborto, violência doméstica e divórcio, passaram a ser incluídos nas pautas das reuniões dos movimentos de mulheres. Percebe-se que o trabalho de base dos grupos feministas junto

às mulheres da periferia buscava uma transformação social e econômica da sociedade mas, também, procurava mudar valores culturais.

Era preciso, ainda, construir outros espaços de reflexão e luta, como debates e congressos. Assim, o dia 8 de março, que não era comemorado desde o começo da ditadura, voltou a ser palco público das reivindicações das mulheres apenas em 1976. Mas foi a partir de 1977 que o 8 de março começou a contar com a presença de mais mulheres das camadas populares, o que permitiu a ampliação das reivindicações dos grupos feministas de esquerda, junto às principais demandas das mulheres trabalhadoras.

Foi no cenário da construção do novo sindicalismo e de uma maior presença de feministas nas fábricas, nas favelas e nos bairros pobres que as mulheres trabalhadoras passaram a pautar com maior intensidade suas demandas específicas dentro do movimento sindical. Um exemplo emblemático foi a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica,⁷ promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978. O congresso sofreu muita repressão dos patrões, que demitiram muitas de suas funcionárias antes, como forma de evitar a participação das trabalhadoras, e também depois do Congresso, como punição àquelas que dele participaram. Muitos homens foram a favor das demissões, pois acreditavam que lugar de mulher não era no sindicato.

Apesar do cerceamento das lutas sindicais particulares das mulheres por parte dos “companheiros”, dos patrões e da ditadura, as mulheres trabalhadoras não pararam de lutar, o que pode ser observado nas greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, dos trabalhadores da Philco, da fábrica de carburadores Brosol, na realização do I Congresso das Mulheres Químicas e nas greves e passeatas promovidas pelas trabalhadoras da DeMillus, no Rio de Janeiro, que denunciavam, principalmente, a revista vexatória à qual estavam expostas: ao final do expediente, eram obrigadas a ficar seminuas na frente dos seguranças da empresa, para comprovar que não estavam saindo com nenhuma das peças íntimas que fabricavam.

Em 1979 e no decorrer dos anos 1980, com a promulgação da Lei da Anistia, a abertura democrática e o consequente fim do bipartidarismo centrado no MDB⁸ e na Arena,⁹ o movimento feminista passou a se dividir entre aquelas que queriam institucionalizar suas demandas no aparelho do Estado e as autonomistas, que viam nessa institucionalização uma forma de cooptação ao Estado burguês.

Ao longo da década de 1980, surgem grupos feministas temáticos, relacionados – ou não – a essa divisão, os quais tratavam da violência contra a mulher e/ou da saúde feminina. O feminismo acadêmico se ampliou, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas nas áreas de ciências sociais e educação, nas grandes universidades do país, de onde surgiram os Núcleos de Pesquisa relacionados ao tema.

Nesse cenário, merece destaque um ponto de extrema importância para o movimento feminista da época: os Congressos da Mulher Paulista, que tiveram início no ano de 1979. O primeiro deles foi organizado por uma série de grupos feministas e de mulheres, tais como Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas de Casa, Clube de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da Sabesp/Cetesb,¹⁰ os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, entre outros. Pela primeira vez, intelectuais, donas de casa e operárias superaram seu isolamento e passaram a colocar suas questões específicas para todas. Esse congresso teve excelente repercussão na mídia, no ano da Anistia e do retorno das exiladas feministas ao Brasil. O Congresso fortaleceu as mulheres para que elas pudessem se expressar em espaços mistos de militância, como partidos e sindicatos. Em seu encerramento, contava com duas mil participantes. Nele foi criado o Movimento de Luta por Creche, que apareceu como tema de maior incidência nas reivindicações e que teve grande papel no combate ideológico à afirmação de que “a criança era só da mãe”, além de lançar a concepção de que as crianças têm direito à educação desde pequenas, o que possibilitou o com-

bate à perspectiva de creche como instituição assistencialista.

O II Congresso da Mulher Paulista ocorreu em 1980, contando com a participação de quatro mil mulheres. Os temas tratados no Congresso foram sexualidade, trabalho doméstico, aborto, contracepção, educação, creche, violência e lesbianismo. A partir do II Congresso, cerca de 150 feministas participaram do encontro de Valinhos – SP, onde discutiram suas prioridades que, naquele momento, diziam respeito à luta contra o controle da natalidade e à violência sexista, além de enfatizarem estratégias sobre como manter a autonomia do movimento. Já em 1981, muitas entidades feministas surgiram, como o CIM,¹¹ o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e a União de Mulheres do Município de São Paulo.

Apesar de as organizações de esquerda começarem a tentar impor sua linha política, desrespeitando a orientação e o desenvolvimento do II Congresso, foi no III Congresso da Mulher Paulista que a intransigência dos grupos de esquerda em tentar dominar o debate do movimento feminista se apresentou de forma mais contundente.

Na preparação do III Congresso, o MR-8,¹² movimento que tinha atuação dentro do PMDB,¹³ de caráter stalinista, arremontou uma série de entidades que organizavam o evento para combater as feministas e as lésbicas. Essa organização se aproveitou dos preconceitos presentes na sociedade contra a feminista e a lésbica para tentar conquistar a simpatia popular e a hegemonia do movimento, ganhando a simpatia de dirigentes do PCdoB¹⁴ e do PCB¹⁵. Nesse contexto, ocorreram, nos dias 7 e 8 de março de 1981, dois congressos diferentes: um, do MR-8, no Pacaembu, e outro, das feministas e lésbicas, na PUC-SP.

A ingerência de partidos políticos nos movimentos prejudicava o debate das mulheres em torno de suas principais demandas e vários assuntos pertinentes às mulheres, naquela época, eram tolhidos do debate. Como exemplo, o aborto e a homossexualidade eram temas tabus para os partidos, que não aceitavam discuti-los, assim como o eram para os setores progressistas da Igreja.

Notas (in)conclusas

Após o período dos Congressos, as mulheres continuaram lutando contra a violência doméstica, pelos seus direitos sexuais e reprodutivos, por serviços que socializassem o trabalho doméstico e de cuidados, entre outros. Algumas instituições foram criadas a partir das reivindicações das mulheres, como as DEAMs¹⁶ e o PAISM¹⁷. Os Conselhos da Condição Feminina foram criados em alguns estados e em nível federal, apesar da oposição de algumas feministas, que viam com maus olhos a institucionalização das reivindicações do movimento. A constituição dos Conselhos foi a primeira forma de institucionalização do movimento, que tomou novos contornos a partir dos anos 1990, com a ascensão da política neoliberal e o surgimento de várias ONGs,¹⁸ originadas em movimentos feministas.

O II Congresso da Mulher Paulista ocorreu em 1980, contando com a participação de quatro mil mulheres...

Apesar disso, pode-se dizer que essas mulheres socialistas/comunistas foram as pioneiras na constituição do debate feminista após os anos 1960, ou seja, elas foram as protagonistas da construção da segunda onda do feminismo no Brasil e o fizeram com muito brio, força e resistência. Elas resistiram às prisões, à repressão, ao machismo na esquerda e seguiram de cabeça erguida, porque viam no horizonte a perspectiva de uma nova sociedade, sem exploração e opressão. Foram elas que, com muita altivez, iniciaram os debates dentro da esquerda, politizando as relações entre homens e mulheres não apenas no âmbito privado, mas também no espaço público da militância. Foram elas que levaram esse mesmo debate para as mulheres trabalhadoras e sofreram a influência destas, o que culminou na ampliação do seu projeto político. São elas que, ainda hoje, alimentam de esperança as jovens feministas, na medida em que a *práxis* que empreenderam não fez delas apenas testemunhas, mas construtoras da história. É essa *práxis* que

nos serve de exemplo e inspiração para continuarmos lutando em um contexto de barbárie explícita, em que parte da população crê que as mulheres são culpadas por serem estupradas, o país ocupa o 7º lugar entre os países com maior índice de assassinato de mulheres, vítimas da violência sexista e as mulheres sofrem com a precarização do trabalho, ante a reestruturação produtiva etc.

É o exemplo dessas mulheres, portanto, que pode fazer com que o feminismo classista tome, verdadeira-

mente, o rumo de sua aliança com as classes trabalhadoras e com os outros segmentos oprimidos, em uma perspectiva de superação da ordem destrutiva do capital e da opressão patriarcal, racista e homofóbica. **Pv**

Luciana Ribeiro Paneghini é assistente social do Ministério Público do Estado de São Paulo e mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP.

Referências

- MONCAU, Gabriela Logiodice. A segunda luta: o feminismo e as organizações de esquerda no Brasil. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. Coleção Tudo é História.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

Notas

1. É importante diferenciar as categorias *movimento feminista* e *movimento de mulheres*: o movimento feminista refere-se às mobilizações das mulheres em torno da denúncia do machismo presente na sociedade; o movimento de mulheres refere-se às mobilizações por elas realizadas em torno de suas principais demandas por serviços públicos: creche, serviços de saúde e melhores condições de saneamento básico, combate à carestia de vida etc. De uma forma ou de outra, ambos acabam se influenciando. O movimento feminista, por exemplo, incorporou grande parte das reivindicações dos movimentos populares liderados por mulheres.
2. UNE: União Nacional dos Estudantes.
3. AI-5: Ato Institucional nº 5.
4. ONU: Organização das Nações Unidas.
5. De acordo com Pinto (2003), o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira tinha por estrutura um centro de estudos, reflexão, pesquisa e análise, e um departamento de ação comunitária que tratava, em níveis locais, dos problemas da mulher. O objetivo do Centro era combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais.
6. SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
7. As principais reivindicações das trabalhadoras, no I Congresso da Mulher Metalúrgica, foram: salário igual para trabalho igual; acesso a cargos de chefia e a cursos profissionalizantes sem discriminação por sexo; contra o trabalho noturno e por iguais oportunidades de trabalho; contra o controle do tempo para ir ao banheiro e contra o abuso de autoridade imposto pela chefia; por creches e berçários, bem como por restaurantes coletivos, nos locais de trabalho; pelo direito de amamentar durante o trabalho; pela estabilidade da mulher casada e gestante; por melhor assistência médica; por uma maior participação política e sindical; e pela criação de departamentos femininos nos sindicatos. Esta última bandeira era rechaçada pelos dirigentes homens.
8. MDB: Movimento Democrático Brasileiro.
9. Arena: Aliança Renovadora Nacional.
10. Sabesp/Cetesb: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
11. CIM: Centro de Informação Mulher.
12. MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro.
13. PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
14. PCdoB: Partido Comunista do Brasil.
15. PCB: Partido Comunista Brasileiro.
16. DEAM: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.
17. PAISM: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.
18. ONG: Organização Não Governamental.



Largo do Arouche, São Paulo: ato de 13 de junho de 1980. (Divulgação)

“Abaixo a repressão – mais amor e mais tesão”

Um balanço sobre a homossexualidade no período da ditadura militar

RENATO TADEU VERONEZE

James Naylor Green,¹ professor de História da América Latina na California State University Long Beach, traz argucioso estudo sobre as expressões do universo urbano gay brasileiro. Green faz um resgate histórico recente das experiências de ser homossexual no Brasil de modo bastante instigante e bem-humorado, revelando fatos, acontecimentos e fases marcantes para a organização do Movimento LGBT brasileiro. Mais do que isso, o autor coloca às claras um universo polêmico, cheio de tabus, preconceitos, discriminações, lutas e vitórias.

Em seu livro *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, Green (2000) dedica um capítulo para descrever fatos e acontecimentos de um período de terror na história do Brasil: a ditadura militar (1964-1985). Em meio aos “anos de chumbo” do final dos anos 1960 e da década de 1970, se vê nascer um movimento de implicações po-

líticas e culturais que conseguiu escapar da mira dos militares.

Juntamente com a luta pela democracia e o fim da ditadura militar, esse movimento adentrou a década de 1980 com inúmeras vitórias. Por todos os estados brasileiros espalharam-se grupos e ONGs que organizam debates e grandes manifestações em prol da defesa das liberdades, da livre orientação e expressão sexual e da afirmação da diversidade sexual com uma identidade própria.

Em pleno período denominado “milagre econômico” (1968-1973) e da imposição do Ato Institucional (AI-5), que decretou o fechamento do Congresso Nacional, suspendeu os direitos constitucionais e acirrou a cassação de inúmeros mandatos, gays, lésbicas e feministas se organizavam para “subverter” a ordem conservadora e o machismo da sociedade brasileira.

Com essa efervescência política, social e cultural, embalados pela onda dos acontecimentos internacionais e dos eflúvios da *contracultura*, homossexuais, lésbicas e feministas traziam para o palco das discussões a imagem da sexualidade despudorada, instigavam questionamentos sobre os conceitos de gênero, uso e costumes, e colaboravam para a desestabilização dos códigos sexuais, principalmente em relação às mulheres, ao casamento, à virgindade, à virilidade, à homossexualidade e à bissexualidade, criando oportunidade para que os homossexuais “saíssem do armário” e se libertassem das amarras do machismo, do moralismo e do conservadorismo, mesmo diante das manifestações de censura, violência e perseguições dos militares. Vários artistas, escritores e músicos do país, entre outros opositores do governo militar, lutaram contra a ordem hegemônica que reinava no Brasil naquele período (Green, 2000, p. 409).

Esse movimento, em contornos gerais, contribuiu para que homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros não só “saíssem do armário” para ir a festas, mas também para ir a assembleias e reuniões de pauta, sobretudo, as que se fizessem enquanto identidade e movimento social (Simões; Facchini, 2009).

Um ano depois do evento ocorrido em Stonewall² em 28 de junho de 1969, a história de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros começou a se alterar. Cansados das humilhações e perseguições, cerca de dez mil homossexuais, provenientes de diversos estados norte-americanos, marcharam pelas ruas de Nova York, mostrando que estavam dispostos a lutar por seus direitos e a se libertar da opressão sofrida por décadas. Tal atitude conquistou um grande público ao redor do mundo, que embarcou na mesma onda.

No Brasil, em 1968, começaram os protestos estudantis contra a ditadura, que traziam em seu bojo um crescente sentimento de otimismo em prol da democracia. Conjuntamente, ativistas gays e feministas aliaram-se contra o sexismo e a cultura machista dominante.

[...] Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo “espaço de oportunidade” no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay. (Green, 2000, p. 395)

O AI-5 foi o signo escancarado da ditadura militar. Baixado em 13 de dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, vigorou até dezembro de 1978, produzindo um elenco de ações arbitrárias de efeitos catastróficos e duradouros. Tido como um dos momentos mais duros do regime militar, o AI-5 dava poder aos governantes para punir de forma arbitrária qualquer inimigo do regime ou como tal considerado. Torturas e prisões tornaram-se práticas comuns, principalmente no período Médici, espalhando terror e pessimismo em todo o país.

Esse movimento, em contornos gerais, contribuiu para que homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros não só “saíssem do armário” para ir a festas, mas também para ir a assembleias...

Em contrapartida, os principais eventos nacionais – futebol e carnaval –, segundo alguns historiadores, eram mantidos e incentivados pelos militares como “válvulas de escape para a frustração represada das massas de trabalhadores” (Green, 2000, p. 398). Porém, isso não eliminou as medidas repressivas e as constantes batidas policiais em diversos lugares, a fim de erradicar a “subversão” ou preservar “a moral e os bons costumes” (*idem, ibidem*).

Artistas como Caetano Veloso, Edu Lobo, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda e tantos outros partiram para o exílio na Europa. Por outro lado, uma onda de euforia nacional tomou o país em 1970, quando a seleção brasileira venceu a Copa do Mundo no México, alimentando o *slogan*: “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Diante desse quadro de efervescências políticas, sociais e culturais, homossexuais buscaram lançar as

fundações para a construção de um movimento que alteraria significativamente a sua história.

Observa Green (2000) que ao longo de dez anos (1969-1978) houve uma significativa expansão de espaços urbanos gays no Brasil. Bares, discotecas e saunas proliferaram, tendo como principal característica o crescimento das oportunidades de consumo entre a classe média urbana. E esses locais, ao contrário do que ocorreu na Argentina, onde espaços de entretenimento gays foram forçados a fechar, continuaram a funcionar com “relativa liberdade” no Brasil de 1972 em diante.

Embora com esse clima de “relativa liberdade”, locais de entretenimento, fossem para homossexuais ou não, sofriam constantes incursões policiais. Green (2000, p. 398) aponta que “[...] embora os proprietários dos clubes eventualmente fossem pressionados pelas autoridades, o dinheiro da propina mantinha a polícia apaziguada”.

Para os militares, os “guctos” gays eram relativamente insignificantes, contanto que estes permanecessem em espaços fechados e não atrapalhassem ou ofendessem a “ordem e os bons costumes”. A predominância do moralismo social culminava sempre com queixas e denúncias que terminavam em detenção na maioria dos casos.

[...] Em 1972, a polícia prendeu 25 travestis usando biquínis no Flamengo, próximo ao centro. De acordo com o porta-voz da PM, os homens vestidos com roupas de mulher haviam praticado *performances* para divertir os banhistas de domingo. (Green, 2000, p. 402)

As incursões policiais e parapoliciais em locais frequentados por homossexuais tinham como pretexto “combater a vadiagem e o tráfico de drogas” (Simões; Facchini, 2009, p. 74).

O “milagre econômico” contribuía para o aumento crescente da comercialização e mercantilização do sexo nos grandes centros urbanos. Número considerável de pessoas da classe média tinha a oportunidade de pagar por sexo. Por outro lado, a pobreza que assolava os segmentos mais pauperizados da população – excluídos dos benefícios advindos do “milagre

econômico” – forçava seus membros a se prostituírem para obter uma fonte de renda para a sua sobrevivência. Além disso, muitos homens efeminados tinham dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. A grande maioria daqueles que se prostituíam ganhavam cerca de duas vezes mais que os seus salários “profissionais”.

Outro fenômeno destacado por Green (2000) foi o aumento dos *michês*, jovens – em geral de famílias proletárias – que buscavam homossexuais de meia-idade ou mais velhos para serem amantes e, em troca, recebiam presentes, um lugar para morar e dinheiro.

A prostituição parecia, em grande medida, a porta de entrada para solucionar os problemas da miserabilidade...

[...] Os meninos mais velhos e os rapazes, motivados pela pobreza ou promessa de obter dinheiro fácil em troca do corpo, usavam sua juventude e habilidade para projetar uma imagem de masculinidade rude que atraía os homens de meia-idade. Em troca, eles recebiam compensação financeira e, de tempos em tempos, podiam ingressar num universo social de outro modo inacessível. O cruzamento de classes sociais excitava sexualmente, mas às vezes também representava perigo físico. (Green, 2000, p. 408)

A prostituição parecia, em grande medida, a porta de entrada para solucionar os problemas da miserabilidade. Em contrapartida, travestis e “michês” eram, de certa forma, uma oportunidade para satisfazer os apetites sexuais ou até mesmo para a realização de muitos homossexuais, homens e mulheres, que não tinham coragem para se assumir ou para sanar a solidão da velhice, não vendo alternativa a não ser pagar para obter a satisfação de seus desejos sexuais.

[...] A prostituição em si não era considerada crime no Brasil. Contudo, a polícia podia acusar seus praticantes de vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos

em público, a fim de controlar os travestis que se prostituíam. A acusação mais comum era a de vadiagem. (Green, 2001, p. 404)

As medidas tomadas pelo regime criavam um clima de preocupação na comunidade gay como em qualquer movimento que se organizasse nesse período...

A necessidade de espaços em que se pudessem encontrar pessoas do mesmo sexo e se divertir sem constrangimento provocou o surgimento de uma comunidade onde se difundiam ideias e fomentavam discussões sobre a homossexualidade, que convergiu para o desenvolvimento de um movimento homossexual politizado e contribuiu para alterar o comportamento sexual e social do Brasil.

Nas décadas de 1960 e 1970, a difusão das ideias do movimento gay internacional propunha uma tomada de consciência, na qual se buscava fazer uma crítica ao machismo e à homofobia/lesbofobia. Porém, as prisões e torturas sistemáticas de membros e simpatizantes da esquerda tinham um efeito desmobilizador sobre os ativistas que participavam ativamente dos protestos de 1968 ou aqueles que temiam ser alcançados pela mão de ferro da repressão.

[...] O fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi uma época de revolta política e social. As ideias da contracultura haviam penetrado no Brasil e influenciavam muitos jovens da classe média. (Green, 2000, p. 409)

Essa onda de “subversão” fez com que grupos como Dzi Croquetes e Secos & Molhados invertessem todos os padrões e papéis sexuais heteronormativos, abalando as marcas das representações do gênero masculino, enfatizando a liberdade sexual. A androginia dos Dzi Croquetes e do cantor Ney

Matogrosso fazia uma crítica à repressão e à masculinidade dos militares. O andrógino, de certo modo, era o filho do militar.

[...] Os homens de classe média e alta que transgrediam os limites de gênero eram descritos como pessoas andróginas, enquanto os pobres e a classe trabalhadora eram travestis, um termo que cada vez mais passou a ser associado com prostituição, vida nas ruas e marginalidade. (Green, 2000, p. 411)

Recentemente, o filme *Tatuagem*, lançado novembro de 2013 e dirigido por Hilton Lacerda, mostrou com muita irreverência detalhes do Recife de 1978. Shows repletos de deboche e com cenas de nudez fazem parte da história de uma trupe teatral que apresentava espetáculos num espaço denominado Chão de Estrelas. No decurso das cenas, um jovem militar, seduzido por uma das personagens (Clécio) mantém um intrincado relacionamento homossexual, colocando em xeque a masculinidade dos quartéis. Repressão e paixão dividem momentos intrigantes da trupe diante da grande repressão do regime militar.

As medidas tomadas pelo regime criavam um clima de preocupação na comunidade gay como em qualquer movimento que se organizasse nesse período. A “relativa liberdade” a partir de 1972 propiciava campo fértil para a constituição de novos pontos para os encontros de pessoas do mesmo sexo. Discotecas, bares, saunas e cinemas eram os únicos espaços da vida social dos homossexuais. Esses estabelecimentos foram se tornando cada vez mais um negócio rentável, possibilitando que novos espaços fossem abertos para atender à demanda crescente.

No âmbito cultural, o tropicalismo, puxado por Cactano Veloso, pelo grupo teatral Dzi Croquetes e por Ney Matogrosso, trazia a figura do “unissex” para desviar os estereótipos de gênero e expor a androginia como padronização do masculino e do feminino. A propaganda da bissexualidade se tornava cada vez mais popular, fazendo provocações sobre os papéis e as identidades de gênero.

Demonstrava-se que as experiências sexuais com indivíduos do mesmo sexo eram comuns no

meio social e que, apesar das avalanches repressivas e difamatórias, esse comportamento, na clandestinidade, era socialmente aceito. Punha-se às claras uma sociedade hipócrita, que condenava a homossexualidade mas, por outro lado, se servia dos deleites por ela oferecidos.

Peças teatrais, livros, jornais e revistas ganhavam cada dia mais destaque e, apesar da censura militar, muitos conseguiam burlar esse cerceamento e encontravam espaços na imprensa brasileira para trazer notícias do surgimento e do crescimento do movimento internacional de gays e lésbicas.

A grande empresa manietada pela censura propiciou o aparecimento de jornais alternativos, em formato tabloide, que funcionavam como veículos para se fazer crítica política e cultural. *O Pasquim* (1969) foi o primeiro jornal de grande circulação a tratar de temas referentes à idiosincrasia, a contracultura, o *underground* e o “desbunde”, temas e expressões que popularizaram a cultura gay no Brasil.

Nesse período, usar roupas justas ou de cores como o vermelho e o rosa, assim como bolsas e assessorios, eram tabus na indumentária masculina, uma espécie de afronta às convenções heteronormativas: “[...] José Wilker parava o trânsito em Ipanema, no Rio de Janeiro, vestido de rosa da cabeça aos pés, com uma microcamiseta, calças de pijamas bem baixas e uma enorme bolsa a tiracolo” (Bahiana *apud* Simões; Facchini, 2009, 75).

Enquanto isso, as ruas eram tomadas pelos estudantes da década de 1970 que protestavam contra o arbítrio, o autoritarismo, o cerceamento da liberdade, a violência imposta e o terror do regime militar. Em meio a esse emaranhado, a imprensa, internacional e nacional, convidava os chamados “setores oprimidos” (mulheres, negros, índios e homossexuais) a se engajarem na luta pela democracia e pela efetivação dos direitos dos segmentos minoritários.

Segundo Green (2000, p. 416), “[...] os artigos informavam frequentemente aos leitores sobre os protestos, ações legais e atividades voltadas à ampliação dos direitos democráticos para gays e lésbicas nos Estados Unidos e na Europa”. Centenas de organizações de gays e lésbicas surgiam pelo mundo. Na América Lati-

na, a única organização sul-americana que se firmava era a Frente de Libertação Homossexual, na Argentina (*idem*, p. 417).

Essas notícias deram um ânimo novo aos ativistas e logo começou a ser veiculado nas bancas de todo o país um tabloide mensal dirigido ao público gay chamado *Lampião da Esquina*.³ O lançamento desse jornal teve como catalisador a visita de Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Estados Unidos, em fins de 1977, que veio ao Brasil para colher material para a publicação de uma antologia da literatura gay latino-americana (*idem*, p. 430).

A união de alguns intelectuais que propunham a abertura da temática da homossexualidade ao público brasileiro estimulou outros ativistas e figuras ligadas à imprensa, bem como outros meios culturais, a editarem periódicos semelhantes. Logo em seguida, grupos gays começaram suas primeiras organizações que militariam pela libertação homossexual e pela afirmação da diversidade sexual.

A imprensa alternativa, que conseguia burlar a vigilância da censura, fazia severas críticas à ditadura militar e elegia como público-alvo estudantes, intelectuais e jovens de modo geral, informando e conscientizando sobre as mudanças políticas e culturais nos mais variados países.

A arte empregava o humor como principal crítica à ditadura e aos costumes sociais conservadores. *O Pasquim* persistiu e, apesar das perseguições por se opor às restrições do regime militar, alcançou prestígio nacional, conquistando leitores em todo o país.

Muitos homossexuais que se filiavam a organizações, a alguns partidos ou movimentos de esquerda que defendiam a posição tradicional stalinista, também sofriam forte preconceito. A defesa do tradicional stalinismo encarava a homossexualidade como um “produto da decadência burguesa” (Green, 2000, p. 428).

Edith Modesto (2006), em seu livro *Vidas em arco-íris: depoimentos sobre a homossexualidade*, traz um depoimento interessante de um integrante de grupo de esquerda que sofria o ostracismo social:

[...] eu pertencia a grupos de esquerda que não aceitavam duas coisas: desvios da heterossexualidade e manifestações hedonistas como, por exemplo, o culto ao corpo. A esquerda tinha esse lado horrórico: você tinha que reprimir a sua sexualidade. Você tinha mesmo era que procriar. Então, durante os anos 70, eu reprimi muito a minha homossexualidade. Eu tinha mais relações com heterossexuais do que com homossexuais, porque era uma parte separada, uma coisa esquizofrenizada da minha vida. (Modesto, 2006, p. 51)

Os ensinamentos judaico-cristãos e o machismo esquerdista⁴ condenavam a homossexualidade como pecaminosa e imoral frente a um discurso hegemônico heteronormativo preconceituoso e discriminatório. Mesmo assim, ativistas gays e lésbicas questionaram esse pensamento dominante e “subverteram” a ordem estabelecida no final dos anos 1970.

Alimentados pela onda de protestos estudantis, pelas manifestações internacionais e pelo Movimento Feminista que crescia a passos largos, desencadearam-se, na sociedade brasileira, manifestações e debates sobre a homossexualidade. Ativistas gays e feministas aliaram-se contra o sexismo e contra a cultura machista dominante, abrindo caminhos para a formação de movimentos politizados.

No dia 1º de julho de 1976, um grupo de ativistas distribuiu convites, em alguns lugares frequentados por homossexuais, anunciando um encontro social da União do Homossexual Brasileiro. O convite foi enviado também para a imprensa. O encontro, denominado Dia do Homossexual, iria acontecer três dias depois, nos jardins do Museu de Arte Moderna, em São Paulo. No dia do encontro, porém, oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial cercaram o Museu e impediram o evento. Jornais da época estampavam em suas manchetes as seguintes chamadas: “Polícia acaba com o Dia do Homossexual”; “Polícia assustou os enxutos que iam ter congresso no MAM” (Green; Polito, 2006, p. 170 e 171).

Aos poucos, os homossexuais brasileiros foram conquistando os espaços públicos e se cons-

cientizando politicamente. O primeiro grupo chamou-se Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais que, no final de 1978, passou a se denominar *Somos*. A partir de então, vários outros grupos começaram a se organizar para defender os direitos das minorias. Conjuntamente, esses movimentos incorporaram a luta pela democracia e o fim da ditadura militar.

...Ativistas gays e feministas aliaram-se contra o sexismo e contra a cultura machista dominante, abrindo caminhos para a formação de movimentos politizados.

Em 1979, o regime acusou o *Lampião* de ofender “a moral e os bons costumes”, mas pressões de intelectuais, artistas, sindicatos e da imprensa em geral denunciaram as medidas do governo, pondo fim às perseguições militares à equipe do jornal.

Gays, lésbicas, psiquiatras, sexólogos e acadêmicos começaram a publicar material significativo sobre as relações homoafetivas e revistas especializadas apontavam a homossexualidade apenas como um dos diferentes comportamentos sexuais possíveis e não mais como patologia.

Apesar do clima de terror, das perseguições, prisões e mortes ocorridas no regime militar, os grupos de homossexuais, lésbicas e feministas conseguiram atravessar esse período e saíram fortalecidos e vitoriosos. Em 13 de junho de 1980, cerca de 500 pessoas – um número expressivo para o período – se reuniram nos degraus do Teatro Municipal para protestar contra as prisões arbitrárias do período, entoando o *slogan*: “Abaixo a repressão – mais amor e mais tesão”.⁵ **Pv**

Renato Tadeu Veroneze é Assistente Social, Professor do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – Unifeg e Doutorando em Serviço Social pela PUC-SP.



Estudantes e integrantes de movimentos sociais seguram cartazes de desaparecidos na época da ditadura militar.
[Foto: Danilo Verpa / Folhapress / Divulgação]

Referências

- AZEVEDO, Cecília. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos*. Resenha. São Paulo: *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 31, fev. de 2010, p. 39.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- MODESTO, Edith. *Vidas em arco-íris: depoimentos sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- RODRIGUES, Humberto. *O amor entre iguais*. São Paulo: Mythos, 2004.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- VERONEZE, Renato Tadeu. *A expressão sexual diferenciada: um grito de liberdade na luta contra a discriminação e o preconceito*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – Unifeg. Guaxupé: Unifeg, 2007.

Notas

1. Autor de vários livros em que estuda a temática da homossexualidade masculina, entre eles *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos* (Companhia das Letras, 2009). O livro, além de uma "pesquisa detalhada em fontes diplomáticas e de imprensa, se baseia em memórias de brasileiros e norte-americanos que constituíram uma rede política internacional, até hoje invisível, com vistas a influenciar a opinião pública e denunciar as relações do governo americano com os militares latino-americanos" (Azevedo, 2010).
2. O motim de Stonewall foi um acontecimento marcante na história das lutas político-sociais do Movimento LGBT. Na noite de 28 de junho de 1969, detetives do Sexto Distrito de Manhattan, acompanhados de outros oficiais, invadiram um bar gay, o Stonewall Inn, localizado na Christopher Street, no coração de Greenwich Village, em Nova York. O bar era alvo de constantes batidas policiais, mas naquela noite os seus frequentadores resolveram reagir de forma nada usual. Uma multidão irrompeu contra os policiais atirando pedras e garrafas. A rebelião prosseguiu noite adentro e durou uma semana. Um ano depois foi criada a Frente de Libertação Gay (GFL), em Londres, inspirada nesse movimento de Nova York. Esses eventos motivaram a institucionalização do "Dia do Orgulho Gay" em todo o mundo (Simões; Facchini, 2009; Rodrigues, 2004).
3. Estes tabloides podem ser encontrados no *site* do Grupo Dignidade, em: <<http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>>. Acesso em 20 abr. 2014.
4. Aqui, não nos referimos a todos os partidos ou movimentos de esquerda do período em análise, mas sim àqueles que defendiam a proposta tradicional stalinista. Green (2000, p. 428) aponta que "a aversão ideológica à homossexualidade continuou a existir em todas as organizações que emergiam do Partidão", e também aponta que o Partido Comunista Brasileiro "sofreu uma fratura em razão do conflito sino-soviético iniciado em 1962 e das disputas internas quanto a apoiar ou não a luta armada contra a ditadura" (*idem, ibidem*).
5. Sobre o assunto, verificar o artigo de Green (2000) "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis, disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/n15a12.pdf>>, assim como a entrevista com James Green, concedida a José Gatti, disponível em: <<file:///C:/Users/Seven/Downloads/11932-36620-1-PB.PDF>>.



Movimento estudantil de São Paulo lutando contra a ditadura militar. [Arquivo Brasil Nunca Mais/Divulgação]

Documentação, memória e ditadura

O Cedic/PUC-SP e testemunhos da resistência

HELOISA DE FARIA CRUZ

Passados 50 anos do golpe de 1964, a discussão pública sobre os 21 anos da ditadura brasileira ainda é profundamente marcada pela herança autoritária imposta pelo pacto conservador da abertura, que propõe o perdão institucional aos responsáveis pelo terror de Estado e que se manifesta na prática cotidiana e contínua da violação de direitos humanos de nossa sociedade. Apesar disso, há que se reconhecer que no decorrer da última década as questões propostas pelas articulações entre memórias da ditadura, história e cidadania ganharam força crescente no debate público em diferentes espaços da sociedade brasileira. E que, desde 2012, a conjuntura delineada pela aprovação e atuação da Comissão Nacional da Verdade e o funcionamento de inúmeras comissões, comitês e grupamentos diferenciados voltados para a discussão e ação sobre o tema tem produzido avanços signifi-

cativos das lutas pelo direito à verdade, à memória, à justiça, e contra a impunidade em nosso país.

Do mesmo modo, a aprovação da Lei Geral de Acesso à Informação, em 2011, regulamentando o direito à informação garantido pela Constituição Federal de 1988, e estabelecendo que a documentação sob a responsabilidade dos órgãos governamentais deve considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção, traz novos instrumentos para as reivindicações, ações e projetos que buscam romper o silêncio e o esquecimento sobre a violação dos direitos humanos no período da ditadura civil-militar, e que, nas últimas décadas, defenderam a abertura dos arquivos à consulta pública, à pesquisa e à reflexão sobre a história da ditadura.

Os desdobramentos concretos dessas leis podem significar passos fundamentais na instituciona-

lização dos processos de recuperação, organização e disponibilização dos arquivos da repressão e do consequente processo de patrimonialização dessa documentação em nosso país.

As dinâmicas de preservação e renovação das fontes históricas estão intimamente articuladas às relações que as sociedades estabelecem com seu passado e com suas reivindicações no campo da memória social a cada conjuntura histórica. Esse é um processo delineado num campo composto por movimentos políticos mais amplos que põem em questão as disputas em torno da memória. Sabemos que os usos sociais do passado organizam tanto a lembrança como o esquecimento, e que os atos que selecionam registros do passado e os transformam em documentação histórica/permanente inscrevem-se no interior dessas disputas a cada momento histórico. O ato de organizar e constituir arquivos refere-se à organização de poderes em torno da história e da memória social em cada presente e as intenções dos arquivos e de seus atos de preservação estão intimamente articuladas com as disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico.¹

Vale notar que a emergência de preocupações culturais e políticas voltadas para a discussão de memórias relativas ao passado recente é um fenômeno que ganha força na contemporaneidade em alguns países da Europa, principalmente após a queda do Muro de Berlim, bem como em vários países da América Latina, após a experiência de ditaduras recentes. As informações da Anistia Internacional indicam que o estabelecimento de comissões da verdade, reparação e reconciliação tem sido um caminho frequente das lutas contra a impunidade e pela revisão das histórias sobre períodos de violência e de arbítrio vividos por diferentes povos na segunda metade do século 20.²

De acordo com essas informações, desde os anos 1970 quase 40 comissões da verdade ou similares foram estabelecidas ao redor do mundo, a maioria delas nos últimos 20 anos.³ Grande parte dessas comissões, propostas sob a visão da justiça de transição e visando à luta contra a impunidade e ao estabelecimento de procedimentos de reparação a vítimas da violência, propugnou pelo estabelecimento de me-

canismos nacionais efetivos para a documentação da verdade sobre o arbítrio e os crimes perpetrados, propondo também a socialização do conhecimento sobre as razões e as circunstâncias que levaram às violações dos direitos humanos nas situações sob investigação.

É significativo assinalar que, com essas comissões, muitos desses países assumiram como tarefa e dever de Estado a recuperação, a preservação e a publicização da documentação sobre os períodos de violência institucionalizada. Nesses anos, particularmente nos países da América Latina, identificaram-se movimentos de grande vitalidade na área, que se articularam a importantes lutas políticas contra o arbítrio e a impunidade e pelo direito à verdade e à memória. Em vários desses países, as lutas tiveram/têm como dimensão importante a organização de suportes de memória da repressão e da resistência produzidos nos períodos ditatoriais, dando origem ao desenvolvimento de inúmeros projetos e à organização de instituições diversas voltadas para a ação, pesquisa e reflexão sobre a história desses períodos. É relevante também indicar que a força central desses movimentos esteve, em um primeiro momento – e permanece até a atualidade –, articulada aos grupos da sociedade civil organizados, tais como grupos de defesa dos direitos humanos, comitês de apoio e solidariedade, e grupos de ex-presos e familiares de desaparecidos, na luta por direitos e reparação.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a questão da disputa em torno da memória e da história recente emerge articulada à militância dos movimentos contra a ditadura e pela democratização do país, do Movimento pela Anistia e dos grupos de defesa dos direitos humanos. No entanto, aqui, a aprovação da Comissão Nacional da Verdade acontece numa conjuntura diferenciada da vivida pela maioria dos países latino-americanos quando da atuação de comissões similares. Em nosso país, as questões sobre a história recente definiram-se dentro dos limites impostos por um processo de anistia restrito, que se alimentou da noção do perdão e do esquecimento dos crimes cometidos, e que foi carregado por mais de duas décadas dentro de um arranjo negociado pelas elites no processo de transição lenta e gradual que caracterizou a chamada “Nova República”.

Como aponta Carlos Fico, em artigo sobre estudos relativos ao golpe de 1964 e à ditadura, só na metade da década passada é que se iniciaram os movimentos de abertura de acervos de documentos sigilosos diretamente produzidos pelos governos militares.⁴ E, ainda hoje, vários arquivos permanecem inacessíveis aos pesquisadores e ao público em geral.

As perspectivas de publicização de documentos sigilosos e de pesquisas sobre o tema ganharam impulso com a abertura de conjuntos documentais das polícias políticas de alguns Estados, primeiros documentos sigilosos sobre o período a serem liberados.

Cabe ressaltar que essa trajetória do sigilo ao acesso das fontes da ditadura só foi impulsionada de forma mais vigorosa a partir de 2005, quando foi criado um Grupo de Trabalho⁵ com o objetivo de elaborar um projeto para a implantação de um centro de referência para “abrigar informações, documentos, arquivos, objetos artísticos com valor simbólico, sobre as violações dos Direitos Humanos durante o período da ditadura militar no Brasil”.⁶

Assim, ainda em 2005, decretos presidenciais dispuseram sobre o recolhimento dos documentos arquivísticos públicos que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a sua transferência para o Arquivo Nacional dos documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI).

Desde 2005, com a formação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas, da qual participam mais de 60 entidades e instituições arquivísticas, públicas e privadas, entre as quais o Cedic, e que possuem acervos e projetos relacionados ao período da ditadura, ocorreram progressos significativos. Atualmente, o acervo do período da ditadura militar sob a guarda do Arquivo Nacional é constituído por mais de 16 milhões de páginas de documentos textuais, além de 1.363 metros lineares de outros tipos de documentos, como fotografias e mapas, 220 mil microfichas e 110 rolos de microfilmes que incluem os documentos públicos produzidos e acumulados por vários órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações

e Contrainformação (Sisni), entre os quais estão os acervos do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN).⁷

No que diz respeito à renovação da pesquisa e da reflexão histórica sobre os “anos de chumbo”, para além das fontes produzidas ou acumuladas por diversos órgãos e instâncias do governo no período da ditadura, parece fundamental identificar e disponibilizar as fontes produzidas pelos movimentos de resistência que, em suas várias formas históricas, atuaram naquele momento. Essas fontes, para além de possibilitar o diálogo com as práticas, causas e projetos políticos de sujeitos que se constituíram como opositores e dissidentes ao regime, expõem à crítica as versões colocadas pelas fontes da repressão.

Questão pouco lembrada pelos estudos sobre as lutas sociais emergentes nas décadas de 1970 e 1980, a reivindicação por outras memórias e histórias também se apresenta como dimensão importante no fazer-se dos diversos movimentos sociais e sindicais de então. Naqueles anos, foram organizados muitos centros de apoio aos movimentos social, popular e sindical, em diversos pontos do país. Com feições diversificadas, assumindo denominações como Centro de Documentação Popular, Centro de Documentação e Informação, Centro de Educação Popular, Centro de Estudos Alternativos, Centro de Cultura, muitos deles estavam ligados aos movimentos sociais de igrejas ou de educação popular, organizando-se de Norte a Sul no país, com objetivos que abarcavam desde a preocupação com a comunicação e a educação popular até a organização de serviços de apoio jurídico.

Outro movimento a ser destacado no decorrer das décadas de 1970 e 1980 é o de criação de inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa e Memória Social, articulados com a promoção da pesquisa na área das Ciências Humanas, particularmente ligados à área da pesquisa histórica, sediados, em sua maioria, nas universidades, mas também em outros centros voltados para a pesquisa acadêmica. Entre os centros criados nesse momento estão o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – Unicamp (1971), o Centro de Memória Social Brasileira, do

Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (1973), para citar apenas alguns.⁸

Fruto da articulação de inúmeros fatores conjunturais, entre os quais estavam a estruturação da pós-graduação e a renovação da pesquisa histórica em nosso país, vários desses centros também se constituíram, como indica Paulo Knauss, como lugares que ofereciam proteção à documentação “que as forças oficiais da época não admitiam”.⁹ Alguns deles passaram a preservar importantes conjuntos documentais referentes aos projetos e às lutas de resistência e contestação à ditadura, como também relativos à violência e à repressão institucional. Acolheram documentos das organizações de esquerda guardados em casa por militantes ou organizações ligadas à igreja e a movimentos leigos, coleções da imprensa de resistência alternativa e/ou clandestina do período, documentos relativos a presos políticos e de denúncias de tortura e de identificação de torturadores, entre outros. Como sustenta Yara Aun Khoury:

[...] a emergência dos Centros de Documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses Centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão.¹⁰

O Cedec e os arquivos da resistência

O Centro de Documentação e Informação Científica (Cedec) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) caracteriza-se como um desses centros universitários citados. Sua criação, em 1980, como centro de documentação compromi-

sado com a preservação do patrimônio documental e dimensões da memória de movimentos sociais até então pouco visíveis ou silenciadas, articula-se a uma proposta de diálogo da universidade com as questões urgentes daquela conjuntura de lutas pela democratização da sociedade brasileira. Firmando-se como espaço de resistência ao autoritarismo do regime então vigente, no início dos anos 1980, a PUC-SP vienciaria um período profícuo na construção de seus caminhos enquanto instituição universitária comunitária, aliando projetos de promoção da qualidade acadêmica ao diálogo com as questões sociais e políticas mais urgentes da sociedade brasileira. A criação e estruturação do Cedec como centro de documentação da PUC-SP compromissado com a preservação do patrimônio documental e dimensões da memória de movimentos sociais articula-se a essas lutas pela democratização da sociedade brasileira. Aqui importa indicar que desde então a PUC-SP, através do Cedec, incorporou ao seu patrimônio acervos de grande importância para a memória social brasileira, e que o histórico de seus acervos está intimamente associado à atuação acadêmica, cultural e política da Instituição.

Hoje, nosso acervo é formado por conjuntos documentais, chamados na arquivologia de “fundos de arquivo”, e coleções geradas por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa ou pelas próprias atividades acadêmicas da PUC-SP, além de possuir hemeroteca especializada e uma rica biblioteca de apoio voltada para a história dos movimentos. São, hoje, 19 fundos de arquivo e mais de 100 coleções de documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais, num total de aproximadamente 900 mil itens. Vários desses fundos e coleções são de grande relevância para o estudo das lutas sociais dos anos 1960 e dos movimentos de resistência à ditadura.¹¹

Devido à forte atuação de leigos cristãos, nas décadas de 1950 a 1980, questionando injustiças sociais na realidade brasileira, seus movimentos foram severamente reprimidos e muitos de seus arquivos apreendidos a partir do golpe militar de 1964. Parcela significativa do acervo do Cedec se refere a alguns desses movimentos, reunindo registros que foram preservados de diferentes maneiras. Entre eles, desta-

cam-se, principalmente nos anos 1950 e 1960, os arquivos da Ação Católica Brasileira – ACB e seus movimentos específicos, que constituem um patrimônio documental expressivo da intensa atuação de muitos grupos leigos mediados pela ação da Igreja Católica. O movimento da Juventude Agrária Católica – JAC, por exemplo, contém registros diversos e valiosos sobre muitas dimensões da vida rural brasileira naqueles anos em várias regiões do país. Sendo uma prática do movimento a realização de inquéritos para melhor atuar na realidade, são variadas e numerosas as informações sobre a vida nas zonas rurais e nas pequenas cidades assim como sobre as propostas e lutas pela reforma agrária. Problemas como fome, saúde, analfabetismo, escolas e educação rural, sindicatos e outras organizações de trabalhadores no campo são alvo das preocupações e militância desses grupos, e ganham visibilidade em inúmeros relatórios, estudos, inquéritos, periódicos diversos, cadernos e cartilhas de formação, documentos de congressos e reuniões diversas de trabalhadores rurais. Os arquivos da Juventude Universitária Católica – JUC e da Juventude Estudantil Católica – JEC, por sua vez, trazem dimensões importantes dos movimentos estudantis brasileiros, dos problemas da educação, da política universitária e dos movimentos políticos mais amplos da sociedade brasileira. Assim, relatórios, periódicos diversos, textos de formação, documentação de encontros e congressos diversos deixam ver o envolvimento político dos estudantes universitários e secundaristas, via Centros e Diretórios Acadêmicos, Uniões Estaduais de Estudantes e União Nacional dos Estudantes, num período em que o movimento estudantil se constituía numa significativa força política no País. Expressão de lutas sindicais e político-partidárias, trajetórias de organizações e movimentos estudantis, educacionais, políticos, sociais e culturais em favor de uma sociedade mais justa, como núcleo original do acervo documental do Centro, os fundos da ACB e seus movimentos constituem referência importante na construção das lutas sociais e da resistência à ditadura.

Também de grande relevância sobre a militância em prol dos direitos humanos na América Latina é o Fundo Clamor (Comitê de Defesa dos

Direitos Humanos para os Países do Cone Sul), nominado patrimônio nacional e da América Latina e do Caribe pelo Programa Memória do Mundo da Unesco. Fundado em 1978, por iniciativa de um grupo de leigos cristãos apoiados pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o Clamor tinha como objetivo proporcionar proteção e assistência aos refugiados dos países do Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai –, vítimas de violações dos direitos humanos. No final dos anos 1970, com as lutas pela anistia e a redemocratização no país, o Brasil vivia um momento diferenciado de alguns países do Cone Sul. Passados mais de 20 anos do golpe de 1954, o regime ditatorial paraguaio continuava forte e fechado. No Uruguai e no Chile, “os anos de chumbo” impostos pelos golpes de 1973 mantinham situações cotidianas de perseguições, prisões, assassinatos e intensas violações de direitos humanos. A Argentina vivia o terror imposto pelo golpe militar, que, em 1976, depôs o governo de Isabel Péron, marcado por violência indiscriminada, perseguição, repressão ilegal, tortura sistemática, assassinatos, desaparecimentos forçados de pessoas e manipulação da informação. No Brasil, no clima de abertura lenta e gradual da era Geisel, tornou-se possível a criação e a atuação do Clamor. O comitê atuou com sede em São Paulo entre os anos de 1978 e 1991, e é reconhecido como uma das mais importantes entidades de solidariedade para com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, e de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. Atuando na contramão da conhecida Operação Condor, no Brasil e na América Latina, prestou efetiva assistência aos refugiados no país, oriundos da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai.

A documentação organizada no arquivo do Clamor é extremamente rica e significativa para o estudo do período e contém inúmeros registros de dimensões fundamentais das lutas contra o terrorismo de Estado imposto por regimes ditatoriais nos países do Cone Sul, bem como registros de lutas e ações em defesa

dos direitos de presos e exilados políticos. Os registros reunidos no fundo Clamor, por meio de boletins, informes, relatórios de conferências sobre presos e desaparecidos políticos, listagens e fichas de acompanhamento da situação de presos e outras vítimas, entre outros documentos, trazem ricas dimensões das lutas pelas liberdades democráticas e, principalmente, sobre a defesa dos direitos de presos e de exilados políticos, assim como das famílias dos desaparecidos mortos durante os regimes ditatoriais daquelas décadas na América do Sul.¹² Em seu conjunto, a documentação indica caminhos e estratégias da resistência dos diversos grupos militantes contra o arbítrio e revela modos, estratégias e ações de enfrentamento da “Lei de Segurança Nacional” e seus impactos.

Neste recorte, outro fundo de grande importância sobre a atuação de grupos leigos e religiosos católicos é o do Grupo Solidário São Domingos, que reúne arquivos sobre a atuação de militantes ligados aos dominicanos na década de 1980. Influenciado pela Teologia da Libertação, envolvendo-se no combate às desigualdades sociais no Brasil, mantendo forte contato com outras organizações que trabalham pela defesa de causas humanitárias no mundo todo e também parcerias com entidades nacionais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CJP (Comissão de Justiça e Paz), o Grupo São Domingos preservou registros não só de sua atuação nas questões sociais e dos direitos humanos, mas também de muitas outras entidades com as quais se relacionava.

O acervo do Cedic também possui uma documentação rica sobre projetos educacionais experimentais e alternativos que sofreram repressão em diferentes momentos da ditadura. Esse é o caso do Fundo do Movimento de Educação de Base – MEB. Projeto Educacional de destaque no cenário nacional na década de 1960, o MEB e suas Escolas Radiofônicas foi uma das experiências que, no decorrer daqueles anos, se propunha repensar e transformar a educação popular brasileira. Na conjuntura de avanço das mobilizações populares e de acirramento das lutas por transformações e reformas sociais, junto com outros movimentos como os Centros Populares de Cultura

da União Nacional de Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, e a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” do Governo do Rio Grande do Norte, o MEB voltou-se para a atuação no campo da cultura e da educação popular. Usando métodos de educação popular, inclusive o método Paulo Freire, o MEB alcançou o número expressivo de 29 emissoras e 6.200 escolas de rádio, sendo Pernambuco o estado com o maior número delas, seguido por Rio Grande do Norte, Pará e Sergipe. A documentação do MEB, doada ao Cedic no início da década de 1990, contém, além dos registros internos do projeto, exemplares dos vários instrumentos usados na educação das classes populares, como cartilhas, folhetos e também os roteiros integrais das aulas radiofônicas. Tais registros, ricos em sugestões e referências sobre a educação popular e rural, permitem entender os projetos e práticas implementados pelo MEB no campo da educação popular e que foram severamente reprimidos pela ditadura.

Considerado subversivo e extinto em 1969, o SEV – Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo e seus Ginásios (1961-1969) foi também uma dessas experiências alternativas que no decorrer dos anos 1960 se propunham repensar e transformar a educação brasileira.

Envolvendo em suas propostas pedagógicas inovadoras milhares de jovens alunos e professores, tendo como um de seus fundamentos a união entre autonomia intelectual, visão crítica de realidade e a habilitação profissional ainda no segundo grau do ensino, os Ginásios Vocacionais enfrentaram desafios educacionais que convivem conosco até os dias atuais. Muitos dos orientadores, professores e alunos foram reprimidos e parte dos arquivos e da história desse modelo educacional, fragmentada. Entre os educadores do SEV perseguidos pela ditadura estava Maria Nilde Mascellani, que chegou a ser presa naquele período e que posteriormente tornou-se professora da PUC-SP. Embora boa parte dos documentos do Arquivo do SEV e dos Ginásios Vocacionais tenha sido destruída pela repressão, o trabalho persistente de sua coordenadora e de outros integrantes do movimento logrou recompor parte significativa desse conjunto de

registros, que hoje está disponível para consulta pública em nosso centro de documentação.

Na área da produção cultural voltada para os movimentos sociais destaque-se a documentação da ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular. A ABVP foi criada em 1984 com o objetivo de incentivar iniciativas de vídeo – distribuição, capacitação e informação – junto aos movimentos sociais e populares. Constituiu-se ao longo de duas décadas em um espaço de discussão e reflexão acerca da produção videográfica alternativa popular, consolidando-se como um dos principais atores no debate e nas experiências de democratização da comunicação no Brasil, tornando-se referência na América Latina. A entidade chegou a congrega cerca de 250 organizações não-governamentais, produtores independentes e usuários de vídeo popular, e a produzir e distribuir em torno de 500 vídeos. O fundo da ABVP compõe-se de dossiês formados pelos documentos internos, tais como autorização de distribuição e difusão de vídeo, identificação dos participantes e condições legais, resumo, roteiro, publicações periódicas, dossiês de participação e promoção de eventos na área, como Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, atas de reunião, catálogos de vídeo, Boletim Vídeo Popular e documentos iconográficos de diversos produtores, entre os quais estão o Canal Comunitário da TV A CABO (2), Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Instituto Cajamar, Movimento de Mulheres do Paraná, Movimento dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina, Movimento Nacional de Meninos/as de Rua, vários sindicatos, TVT, União dos Movimentos de Moradia, Uzina Vídeo, Vídeo Ação de Rua e Vídeo Independente.

O Cedic também detém a guarda de inúmeros conjuntos organizados em forma de coleção temáticas, várias delas resultantes de doações da documentação utilizada por projetos de pesquisa desenvolvidos na nossa universidade. Nessa seção encontram-se coleções importantes sobre lutas de resistência e movimentos sociais atuantes em São Paulo, mas também em outros Estados, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Entre as coleções que se referem ao pe-

ríodo da ditadura destacam-se algumas relativas aos movimentos de leigos e católicos, como as Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais; pequenas coleções de organizações de esquerda como ALN, AP e outras; de movimentos sociais urbanos e de luta pela terra, de movimentos sindicais, movimentos de mulheres e negros, movimentos de defesa de direitos humanos e movimentos culturais de contestação. Para além das coleções textuais, o centro ainda possui algumas coleções iconográficas, sonoras e audiovisuais de interesse para o estudo das práticas de resistência à ditadura, como a coleção de cartazes dos movimentos sociais, de depoimentos de militantes da JUC – Juventude Universitária Católica, de vídeos da Coleção Paulo Freire e de movimentos sociais diversos.

Com relação ao nosso acervo, há que se destacar também que a Hemeroteca do centro, com mais de 50.000 exemplares, possui coleções de parte significativa dos títulos da imprensa alternativa do período, como os jornais *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Brasil Mulher*, *Lampião da Esquina*, e muitos boletins e publicações dos movimentos católicos e dos movimentos populares e sindicais, que se constituíram como veículos impressos da resistência à ditadura.

Ao final, há que se destacar a perspectiva recente de identificação e organização de uma vasta documentação sobre a própria história de nossa universidade no período. O funcionamento da Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvea Kfoury tem oportunizado não só a identificação e coleta de inúmeros conjuntos documentais sobre a atuação da universidade na resistência à ditadura, em episódios que dizem respeito tanto ao movimento estudantil como a outras manifestações e atividades realizadas na universidade, tais como os movimentos de anistia, a realização da SBPC, o acolhimento de professores cassados e exilados, como também a produção de novas fontes via depoimentos com professores, alunos, ex-alunos e outros personagens que participaram das lutas universitárias daquele período. Ao final dos trabalhos da Comissão, como proposto no ato de sua criação, toda essa documentação deverá ser recolhida, organizada e disponibilizada à consulta pública no Cedic.

Como se argumentou em vários pontos deste artigo, a organização e a disponibilização pública dos muitos e diversos conjuntos documentais relativos às lutas políticas daqueles anos é um passo fundamental para o avanço da reflexão sobre a história daquele período, e das reivindicações que hoje se fazem ouvir de forma mais contundente sobre a garantia dos direitos à verdade, à memória e à justiça em nosso país. Parece necessário que, para além da identificação, preservação e disponibilização dos documentos produzidos e/ou acumulados pelas diversas instâncias do poder público, também as fontes ligadas aos movimentos de resistência sejam disponibilizadas e contribuam para o exercício da crítica e da contestação às versões produzidas a partir

das fontes da repressão. Das possibilidades abertas pelo diálogo e confronto de vozes desses muitos lugares e sujeitos, desenham-se perspectivas para a audição de muitas memórias sobre o período, para a escrita de outras histórias e para o avanço de uma cultura do “Nunca Mais” em nosso país. **Pv**

Heloisa de Faria Cruz é Doutora em História Social pela USP, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic) da mesma instituição, e membro da Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvea Kfoury.

Notas

- 1 Ver interessante reflexão sobre a politização das concepções no interior da arquivologia em Schwartz, Joan M.; Cook, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*, Toronto, n. 2, p. 1-19, 2002.
- 2 Ver Anistia Internacional. *Truth Commissions*. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/international-justice/issues/truth-commissions>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- 3 *Idem*. Os usos sociais do passado organizam tanto a lembrança como o esquecimento. Ver também a Cartilha “A Comissão da Verdade no Brasil”, publicada pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, em 2011, disponível em: <[http://www.nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/documentos/cartilha_web_\(capamiolo\)_sd.pdf](http://www.nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/documentos/cartilha_web_(capamiolo)_sd.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- 4 Cf. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.
- 5 O Grupo de Trabalho foi criado por meio da Portaria nº 21, de 21 de fevereiro de 2005, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
- 6 Ver histórico do projeto em: BRASIL. Arquivo Nacional. *Memórias Reveladas*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- 7 *Idem*.
- 8 A discussão sobre a natureza e a trajetória desses centros e sobre a diversidade e a importância dos acervos que mantêm sob sua guarda vem sendo retomada por historiadores envolvidos com instituições arquivísticas. Ver, particularmente, os textos de Camargo, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: Silva, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1999; Knauss, Paulo. Usos do passado: arquivos e universidades. *Cadernos do CDHIS*, Uberlândia, v. 40, ano 22, 2009, p. 9-16; Khoury, Yara Aun. Cedic 25 anos – Centro de Documentação da PUC-SP: trajetórias e perspectivas. In: Seminário Preservação do Patrimônio Cultural e Universidade (em comemoração aos 25 anos do Cedic – PUC-SP), 13 set. 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC-SP, 2005; Moreira, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e Centros de Documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, p. 66-74.
- 9 *Op. cit.*, p. 13.
- 10 Cf. Cedic 25 anos – Centro de Documentação da PUC-SP: trajetórias e perspectivas.
- 11 Informações detalhadas sobre o acervo encontram-se referenciadas no site da Instituição: <www.pucsp.br/cedic>.
- 12 Ver Andrade, Ana Célia Navarro de. *Inventário do fundo Clamor: organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.



A PRO PUC

Associação dos Professores da PUC-SP
Rua Bartira, 407 - Perdizes - CEP 05009-000 - São Paulo - SP